

ISSN-01035576 ISSN ONLINE-2594-7869

TRAVESSIA



CEM
CENTRO DE ESTUDOS MIGRATÓRIOS

revista do migrante 89

Publicação do CEM - Ano XXXIII, n° 89, Julho - Dezembro/2020



Memória

Migrantes sazonais

Cadeias migratórias

Migrações fronteiriças

Repositório

Trabalho

Italianos

Agronegócio

Abdelmalek Sayad

Reunião familiar

Frantz Fanon

TRAVESSIA - Revista do Migrante

Publicação do CEM - Centro de Estudos Migratórios (Federação Internacional dos CEMs J. B. Scalabrini), de natureza interdisciplinar, que visa contribuir para o intercâmbio entre a ampla e diversificada produção do conhecimento e aqueles que atuam em movimentos sociais e pastorais junto aos migrantes.

Diretor do CEM

Paolo Parise

Editor Chefe

José Carlos Pereira - CEM/MISSÃO PAZ

CONSELHO CIENTÍFICO

Alfredo José Gonçalves (Pia Soc. dos Miss. de S. Carlos/Scalabrinianos),
Carlos Bernardo Vainer (IPPUR/UFRJ), Dulce Maria Tourinho Baptista (PUC/SP),
Francisco Nunes (Casper Líbero), Giralda Seyferth (Museu Nacional/PPGAS/UFRJ)
José Jorge Gebara (UNESP), Lelio Alberto Mármora (Universidad de Buenos Aires),
Lorenzo Prencipe (CSER/Roma), Marcia Anita Sprandel (ABA e CEMI/Unicamp),
Maria Aparecida de Moraes Silva (UFSCar), Oswaldo Mário Serra Truzzi (UFSCar),
Sidney Antonio da Silva (UFAM), Heinz Dieter Heidemann (USP),
Mariagrazia Santagati (Università Cattolica – MILANO)

COMITÊ EDITORIAL

Ana Carolina Gonçalves de Leite (UFES), Ana Cristina Arantes Nasser (USP),
Carlos Freire Silva (USP), Darlene Aparecida de Oliveira Ferreira (UNESP-Rio Claro),
Érika Pires Ramos (USP), Fernando Antonio Lourenço (CERES/IFCH/Unicamp),
Gustavo Dias (UNIMONTES), Helion Póvoa Neto (NIEM e IPPUR/UFRJ),
Léa Francesconi (USP), Luis Felipe Aires Magalhães (PUC-SP),
Margarida Maria de Andrade (USP), Marilda Aparecida de Menezes (UFABC),
Neusa de Fátima Mariano (UFSCAR), Odair da Cruz Paiva (UNIFESP),
Patrícia Villen (UNICAMP), Rosana Baeninger (Nepo/IFCH/Unicamp),
Rosemeire Salata (UNESP/Car), Sidnei Marco Dornelas, cs (CEMLA)
Tatiana Waldman (Museu da Imigração), Verônica Pessoa (UFCG)

COLABORADORES

Yara Sílvia Tucunduva, Dirce Trevisi P. Novaes (PUC-SP)

CENTRO DE ESTUDOS MIGRATÓRIOS

Rua Glicério, 225 - Bairro Liberdade

01514-000 - São Paulo / SP - Brasil

Fone: (11) 3340-6952

travessia@missaonspaz.org

cem@missaonspaz.org

www.missaonspaz.org

Capa - Sergio Ricciuto Conte

sergioricciuto@gmail.com

www.sergioricciutoconte.com.br

Impressão - Max Editora e Impressões Digitais Ltda - (11) 3379-7046

SUMÁRIO

Apresentação	03
José Carlos A. Pereira	

ARTIGOS

Em busca de um lugar de memória de trabalhadores/as rurais. Constituição de um repositório digital em dois espaços-tempos	07
<i>Maria Aparecida de Moraes Silva; Tainá Reis</i>	

Doña Elvira Elena Capriotti, o la historia de una marchigiana en pergamino	27
<i>Patricio Andrés Klimezuk</i>	

A inviabilidade de adoção legal de crianças sírias por brasileiros <i>Alethea Rodrigues Sôlha</i>	45
--	----

O direito à reunião familiar no Brasil sob as lentes de Abdelmalek Sayad.....	57
<i>Patrícia Nabuco Martuschelli</i>	
<i>Maria Brizola</i>	

As contribuições de Sayad e Fanon para compreender as consequências enfrentadas pelo sujeito migrante na sociedade pós-colonial	75
<i>Rogério Macedo Ramos</i>	

RESENHAS

Crítica bibliográfica	85
-----------------------------	----

“La vuelta de todo eso. Economía y sociedad en la frontera chileno/ peruana – el complejo urbano transfronterizo Tacna/ Arica”	86
<i>Haroldo Dilla Alfonso; Camilla Alvarez Torres (edit.)</i>	
<i>Santiago de Chile, RIL editores / Universidad Arturo Prat, 2018, p. 232</i>	
<i>Por Sidnei Marco Dornelas, Cs.</i>	

“Des/venturas en la frontera: una etnografía sobre las mujeres peruanas entre Chile y Perú”88

Menara Guizzardi; Felipe Valdebenito; Eleonora Lopez; Esteban Nazal
Santiago de Chile, Ediciones Universidad Alberto Hurtado, 2019, p. 358
Por Sidnei Marco Dornelas, Cs.

Esta edição de Travessia traz um conjunto de artigos e resenhas que nos convidam a pensar sobre memória, cadeias migratórias, adoção internacional de crianças, reunião familiar, raça e migração.

O texto *“Em busca de um lugar de memória de trabalhadores/as rurais. Constituição de um repositório digital em dois espaços-tempos”* de Maria Aparecida de Moraes Silva e Tainá Reis parte da constatação do estado de São Paulo como um dos “maiores produtores de *commodities* (açúcar, etanol, suco de laranja, café etc.) do país. Há duas décadas, o modelo de produção agrícola implantado é caracterizado por um processo que possui duas faces: a) o desenvolvimento acelerado da modernização, por meio do emprego maciço de tecnologias avançadas, cujo resultado tem sido a dispensa de centenas de milhares de trabalhadores/as; b) o apagamento da memória laboral”. As autoras propõem importantes e necessárias reflexões sobre a “produção de um repositório digital, contendo a memória de trabalhadores/as rurais”. O repositório é constituído de material de pesquisa (fotos, entrevistas [mais de mil horas de entrevistas] “com migrantes, homens e mulheres do Vale do Jequitinhonha, Paraíba, Maranhão, Piauí, além de vários municípios do estado de São Paulo, e também com sitiantes e assentados rurais”. O rico acervo foi construído ao longo de mais de quatro décadas de pesquisas empreendidas por Maria Aparecida de Moraes Silva, cuja contribuição para a sociologia da migração, para a sociologia do trabalho e suas respectivas interfaces com as relações étnicas, raciais e de gênero articula, criticamente, o desenvolvimento científico às realidades de homens e mulheres na sua migração “permanentemente temporária” em busca de dignidade humana.

Patricio Andrés Klimezuk em *“Doña Elvira Elena Capriotti, o la historia de una marchigiana en pergamino”* aborda sobre a trajetória de Doña Elvira E. Capriotti, italiana imigrada ainda criança para a Argentina. O autor procura dar conta dos motivos que os levaram a se estabelecer em determinada região do país, revendo conceitos e métodos centrais dos estudos sobre migração internacional; arrola uma série de fontes orais e documentais nas quais baseia suas afirmações e questionamentos sobre métodos de pesquisa e conceitos explicativos de experiências migratórias. Patrício Klimezuk parte de uma afirmação central para abordar o tratamento da questão: que a decisão familiar de migrar e se estabelecer na região norte dos pampas argentinos, especificamente no distrito de Pergamino, foi influenciada por uma rede de contatos familiares já estabelecida no área, para a qual, o conceito de “cadeia migratória” torna-se central na análise e explicação de como as coisas poderiam ter acontecido.

Alethea Rodrigues Sôlha em *“A inviabilidade de adoção legal de crianças sírias por brasileiros”* nos convida a refletir sobre o complexo processo de adoção internacional de crianças, especialmente em contextos de guerras, refúgio e migração forçada. A

autora “apresenta um breve histórico da guerra na Síria, a qual completou nove anos em março de 2020, e descreve, resumidamente, sobre a situação geral das vítimas desse conflito, o qual inclui milhares de crianças mortas e outras milhares que estão se tornando órfãs diariamente. Tece noções gerais sobre a adoção internacional no Brasil. O artigo foca em explicar sobre a norma brasileira que impede que a adoção de crianças sírias seja concretizada; apresenta as leis da Convenção de Haia, a qual o Brasil é signatário, e afeta diretamente nesse impedimento; e esclarece sobre as leis islâmicas que influenciam diretamente para que esse processo não seja possível”.

Patrícia Nabuco Martuscelli em “*O direito à reunião familiar no Brasil sob as lentes de Abdelmalek Sayad*” se propõe a analisar a “consolidação do conceito e das práticas que envolvem o direito à reunião familiar à luz do pensamento de Abdelmalek Sayad”. A autora analisa “fontes primárias e secundárias para entender a presença e o desenvolvimento do direito à reunião familiar no Brasil. No âmbito internacional, há espaço para o reconhecimento do direito à reunião familiar como implícito no direito à família e, explicitamente, em caso de crianças”. Já o Brasil “reconhece o direito à reunião familiar após mudar o paradigma de sua legislação migratória, porém sua definição de família não comporta as diferentes realidades do percurso migratório”.

Rogério Macedo Ramos em “*As contribuições de Sayad e Fanon para compreender as consequências enfrentadas pelo sujeito migrante na sociedade pós-colonial*” aborda sobre “questões racial e migratória enfrentadas pelos médicos cubanos que vieram para o Brasil através do Programa Mais Médicos (PMM) do governo federal”. O autor discute essas questões considerando a relação histórica entre elas e a sociedade brasileira. O texto ainda articula autores que abordam “a questão racial e migratória, através de uma perspectiva pós-colonialista. Em particular, destaca-se Frantz Fanon e Abdelmalek Sayad, fundamentais para discutir as relações conflitivas, especialmente vinculadas à imigração”.

Sidnei Marco Dornelas nos apresenta duas resenhas críticas sobre dois livros, recentemente lançados no Chile, que abordam processos econômicos e sociais, bem como uma etnografia sobre mulheres peruanas na fronteira entre Chile e Peru. São eles:

“*La vuelta de todo eso. Economía y sociedad en la frontera chileno/peruana – el complejo urbano transfronterizo Tacna/Arica*” de Haroldo Dilla Alfonso; Camilla Alvarez Torres (edit.). Santiago de Chile, RIL editores / Universidad Arturo Prat, 2018, p. 232;

“*Des/venturas en la frontera: una etnografía sobre las mujeres peruanas entre Chile y Perú*” de Menara Guizzardi; Felipe Valdebenito; Eleonora Lopez; Esteban Nazal. Santiago de Chile, Ediciones Universidad Alberto Hurtado, 2019, p. 358

Sergio Ricciuto Conte, artista plástico, ilustrador e capista de Travessia, nos apresenta uma arte com dois rostos separados mas que se aproximam para compor o planeta, e também sugerem a reunião de pessoas. Trata-se de um diálogo com o conceito e o direito à reunião familiar. Ao lado esquerdo de um dos rostos há um monocultivo que sugere a expansão do agronegócio e o apagamento da diversidade, de outras experiências. Contudo, a aproximação entre os dois rostos também expressa a memória das trajetórias e histórias construídas, vivenciadas pelos sujeitos.

Chegamos ao final de 2020 envoltos na grave pandemia do novo coronavírus e a sua doença Covid-19 que tem afetado milhares de pessoas em todo o mundo. Pessoas em condições de vulnerabilidade social, especialmente migrantes, têm sido as mais atingidas, senão pela Covid-19, pelos efeitos igualmente perversos da pandemia como desemprego, despejos, decretos e portarias governamentais que, de modo inconstitucional e unilateral, tiram proveito da pandemia para restringir ou mesmo buscar impedir a entrada de migrantes e solicitantes de refúgio em diversos países. A próxima edição de Travessia, “*Travessia, 90, Ano XXXIV, Janeiro – Abril/2021*”, trará um dossiê sobre essas questões, com o objetivo de contribuir para esse debate em vista da observação e garantia, incondicional, dos direitos humanos de migrantes e refugiados.

Boa leitura!

José Carlos A. Pereira

Em busca de um lugar de memória de trabalhadores/as rurais. Constituição de um repositório digital em dois espaços-tempos

*Maria Aparecida de Moraes Silva**
*Tainá Reis***

1 ADVERTÊNCIA

As reflexões deste artigo se reportam a dois espaços-tempos. O primeiro diz respeito à realização das pesquisas ao longo destes últimos 40 anos. O segundo contempla o processo de construção do repositório digital. Assim sendo, a redação está dividida em duas partes. Vale ainda dizer que no segundo espaço-tempo, houve a participação de outra autoria e, desse modo, as duas escritas, respectivamente, serão feitas na primeira pessoa.

I

No Brasil, especificamente no estado de São Paulo, a partir da década de 1960, em virtude dos projetos de modernização agrícola, houve um processo continuado de emigração forçada para as cidades. As formas de produção caracterizadas pela parceria, arrendamento, colonato, posse e agricultura familiar e camponesa desagregaram-se diante da implantação das grandes usinas e complexos agroindustriais.

Desde início dos anos de 1980, venho desenvolvendo muitas pesquisas com trabalhadores/as rurais na região do estado de São Paulo, considerada a capital mundial do etanol, Ribeirão Preto. Inicialmente, os objetivos estavam voltados à análise da situação social de milhares de trabalhadores denominados boias-frias, que se concentravam nas periferias das cidades-dormitórios das regiões canavieiras. As periferias estavam habitadas não apenas por paulistas, como também por milhares de migrantes, provenientes da Bahia e norte de

* Professora Sênior do PPG/Sociologia/UFSCar. Coordenadora do Grupo TRAMA (Terra, Trabalho, Memória, Migração) do CNPq.

** Doutora em Sociologia pela UFSCar. Vice-coordenadora do Grupo TRAMA

Minas Gerais. Minhas preocupações teóricas eram inicialmente voltadas para as questões relacionadas às classes sociais. Aos poucos, foram emergindo aquelas relativas à raça/etnia e gênero. A migração, enquanto categoria analítica, foi interpretada transversalmente.

Em 1988, após ter entrevistado alguns trabalhadores num barracão de uma fazenda de café em Altinópolis/SP, optei por realizar uma pesquisa no Vale do Jequitinhonha/MG, considerado uma das regiões mais pobres do país, então. As razões dessa investigação estavam fundadas na necessidade de compreender os sentidos de “terra da gente, lugar da gente e terra que não é da gente e lugar que não é da gente”. Assim, paulatinamente, empiria e teoria foram se imiscuindo. A compreensão das relações de trabalho, da superexploração nos canaviais, cafezais e laranjais nos lugares de destino desses trabalhadores não poderia restringir-se à análise de dados objetivos acerca do processo de trabalho, mas também a partir das representações, dos sentidos, dos elementos simbólicos constituintes dessas relações. Enfim, busquei ler o invisível. Busquei nas vozes silenciadas dos subalternos, dos que vivem nas margens, suas histórias, experiências, dores, sofrimentos, lutas, conformismo e esperanças. A migração foi entendida como *migração permanentemente temporária*, produzida num processo que envolve os que ficam e os que partem.

A partir do ano de 2002, quando são fabricados os carros com motores *flex fuel*, com a utilização do etanol e/ou gasolina, incrementam-se as áreas ocupadas com cana de açúcar, os níveis de produtividade exigidos, passando de 08 toneladas de cana cortada por dia a 10. A partir de 2010, passam a ser exigidas 12 a 15 toneladas. Com isso, no período de 2003 a 2008, foram registradas 23 mortes de trabalhadores por exaustão durante a jornada laboral. Às pesquisas, somaram-se as participações mais diretas nos movimentos sociais dos trabalhadores, principalmente, por meio da colaboração com a Pastoral dos Migrantes, sediada em Guariba/SP, e também nos locais de origem dos migrantes. Em razão das denúncias feitas ao Ministério Público, à Procuradoria, sediada na cidade de São Paulo, ao Ministério da Justiça, houve algumas mudanças relacionadas à observância dos direitos trabalhistas. No entanto, as formas abusivas de exploração continuaram.

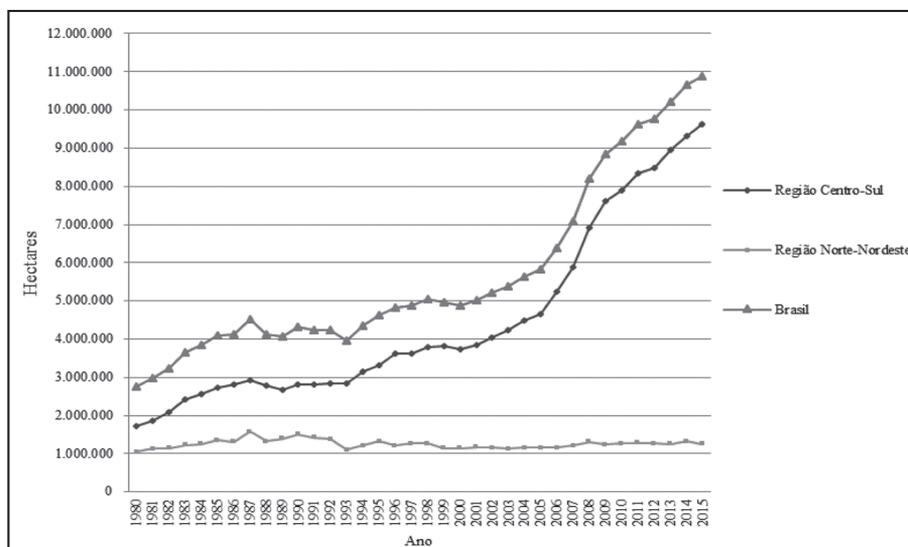
Vale dizer que a partir dos anos 2000, houve uma mudança na *cartografia migratória* para essa região. Além dos mineiros, baianos, alagoanos, cearenses, pernambucanos, milhares de outros vieram do Piauí e Maranhão. Assim sendo, em 2007, realizei mais uma pesquisa nos locais de origem desses migrantes. Em Francisco Nonato/PI e Timbiras, Coroa e Codó/MA¹.

Na medida em que os canaviais avançavam, novos contingentes de trabalhadores eram exigidos. A paisagem dos campos paulistas foi se tornando cada vez mais uniforme, dominada pelos canaviais. Atualmente, mais de seis milhões de hectares são ocupados por essa gramínea. O estado de São Paulo

é o maior produtor de cana, açúcar e etanol do país. Produz dois terços dessas *commodities*. A fim de aprofundar a análise dessa gigantesca produção, realizei uma pesquisa comparativa no estado de Alagoas², maior produtor de cana do nordeste. Os objetivos estavam ancorados na temática da reconfiguração do trabalho, tendo em vista o processo da mecanização do corte da cana em São Paulo estar mais avançado do que em Alagoas.

O Gráfico 1 mostra o crescimento vertiginoso das áreas canaveiras no país e nas principais regiões produtoras. O estado de São Paulo produz dois terços da cana do país, como foi dito acima.

Gráfico 1 – Evolução da área plantada (hectares) com cana de açúcar por regiões (1980-2015)

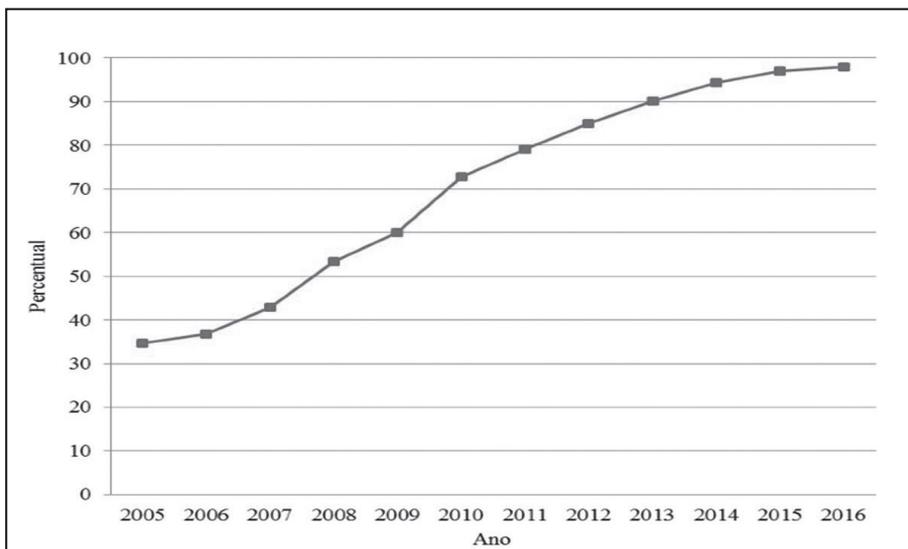


Fonte: Bunde (2017).

Em razão da degradação ambiental, provocada pelas queimadas de cana, dos processos trabalhistas, das repercussões negativas internacionais acerca das mortes de trabalhadores e da superexploração, o que trazia danos à *imagem sustentável do etanol como combustível verde*, a resposta das empresas foi a intensificação da mecanização do corte da cana e também das outras fases do processo produtivo, como plantio, preparo do solo, transporte etc. Essa medida gerou, sucessivamente, a dispensa de centenas de milhares de trabalhadores. Segundo dados do Ministério do Trabalho e Emprego, em 2007, havia no estado de S. Paulo, 178.510 canavieiros e em 2017, 56.503. Este montante não registra, entretanto, a informalidade existente nessa atividade. De todo modo, é um indicador importante para a análise da eliminação de milhares de empregos

formais. Segundo esses dados, mais de 120 mil empregos foram eliminados em apenas 10 anos. Os índices de mecanização chegam a quase 100% em várias regiões do estado. O Gráfico 2 revela o grau de mecanização na região centro sul do país no período de 2005 a 2016.

Gráfico 2 – Evolução do corte mecanizado na região centro sul (2005-2016)



Fonte: Bunde (2017). O percentual do ano de 2016 foi estimado.

A partir da comprovação desses dados, realizei duas pesquisas a fim de analisar o processo de reconfiguração do trabalho, buscando entender a realidade dos operadores de máquinas, tratoristas, caminhoneiros, distribuidores de vinhaça³, e também das mudanças ocorridas na divisão sexual do trabalho. Os achados dessas pesquisas mostraram que, embora o número de cortadores de cana tivesse diminuído muito, outras funções surgiram para atender à nova maneira de produzir. É evidente que não houve um equilíbrio em relação ao número de trabalhadores anteriormente empregados, pois uma máquina chega a substituir até 120 pessoas, embora empregue três operadores e três tratoristas durante uma jornada de 24 horas. Ademais há outras funções de apoio às máquinas, como mecânicos, além dos distribuidores da vinhaça e de agroquímicos. No que se refere às mulheres, elas foram destinadas às funções mais desqualificadas, tais como: distribuidoras de veneno, recolha de restos de cana e de pedras nos canaviais⁴.

A figura 1 se refere à *turma do veneno*. É necessário a distribuição de praguicidas antes do corte mecanizado. São empregadas mulheres, basicamente, nessa atividade.

Figura 1: Turma do veneno



Fonte: autora, 2014.

À medida que essas pesquisas foram sendo realizadas, observei que o processo de reconfiguração laboral traduzia um verdadeiro nomadismo entre várias plantações, como colheita da laranja, manga, goiaba, tomate, cebola. O mercado laboral nesse momento está se constituindo, cada vez mais, por turmas que circulam de uma plantação a outra e são contratadas por empreiteiros, também chamados *gatos ou turmeiros*.

Com intuito de aprofundar a compreensão desse processo, realizei em 2016-2017 uma investigação com os/as trabalhadores/as da laranja na região central do estado de São Paulo, também o maior produtor de suco de laranja do país. Os achados dessa pesquisa apontaram para o incremento dos níveis de superexploração. Grande parte destes contingentes é constituído por mulheres. Foram encontradas também trabalhadores/as nas granjas de ovos onde as condições de trabalho são insalubres e degradantes.

Em virtude do descarte de milhares de empregos no corte manual da cana, o trabalho rural do estado de São Paulo é cada vez menos desempenhado por migrantes provenientes de outras regiões do país. Ao longo de mais de seis décadas, desde o surgimento das grandes usinas, milhares de migrantes destinaram-se ao estado de São Paulo, na condição de trabalhadores temporários, safristas, que vivenciaram o fenômeno das *migrações permanentemente temporárias*. Assim, permaneciam durante oito ou nove meses nas áreas laborais e retornavam aos

seus locais de origem no final da safra. A mecanização do corte manual ceifou as contratações, sobretudo dos migrantes, homens em sua grande maioria. Assiste-se a uma verdadeira diáspora nesses últimos anos nos campos paulistas.

Do mesmo modo, a diáspora vem sendo acompanhada do aumento cada vez maior das *commodities* - açúcar, etanol, suco de laranja, café etc - produzidas para o mercado externo. O mundo visível é o das *commodities*. Nos subterrâneos desse mundo foram sepultadas as memórias, as experiências de milhares de homens e mulheres, negros, pardos, mestiços, pobres, cuja força de trabalho foi responsável pela produção dessa riqueza.

Com o intuito de escovar a história a contrapelo, a partir dos ensinamentos de W. Benjamin (1987) de retirar as camadas que silenciaram as vozes desses subalternos e ir na contramão de um verdadeiro memoricídio, foi surgindo, pouco a pouco, a ideia/propósito de produzir um repositório digital, um lugar que fosse capaz de abrigar a memória coletiva, capaz de ressurgir dos subterrâneos dessas plantações. Nos termos de Pollak (1989, 1992), uma memória subterrânea. Na contramão das ideias de Spivak (2014), segundo a qual, os subalternos não podem falar, o lugar de memória abrigará as vozes recolhidas no decorrer dessas pesquisas. Muitos narradores já morreram. Outros tantos fazem parte do processo diaspórico. A verdade é que eles foram silenciados e invisibilizados socialmente. Em sua quase totalidade não fazem mais parte do grande exército de trabalhadores rurais desse estado. Fazem parte de outras temporalidades, portanto, passadas. Seguramente, as gerações futuras nada ou quase nada saberiam sobre suas existências. As máquinas, advindas do gigantesco desenvolvimento tecnológico, apagariam seus rastros. É uma forma de ir na contramão da desmemória ou, até mesmo, do memoricídio (Beiguelman, 2019, p. 216)⁵.

Ademais, na condição de pesquisadora, orientada pelo compromisso social, e por fazer parte da *comunidade de destino* dessas pessoas -, por meio não somente das inúmeras pesquisas realizadas, como também, por meio da participação nos movimentos sociais, que visavam o reconhecimento de seus direitos ao longo dessas quatro décadas -, objetivo disponibilizar socialmente o acervo que está, até então, em minha posse. Acervo constituído por mais de mil e duzentas horas de entrevistas gravadas, como foi dito, centenas de fotos, material bruto de dezenas de horas filmadas para a produção de quatro vídeos, fotos, slides, negativos de fotos, além de documentos.

2 ALGUMAS IDEIAS NORTEADORAS PARA A CONSTITUIÇÃO DO REPOSITÓRIO

Nas palavras do filósofo francês, L. Althusser, o futuro dura muito tempo. Nesse sentido, acredito que, ao disponibilizar socialmente o acervo, estarei permitindo que, no futuro, a memória dos trabalhadores seja vivificada e dure

por muito tempo, além de meus escritos passados, presentes e futuros... É assim que compreendo o sentido da práxis com a feição do rizoma⁶, segundo Deleuze e Guattari. Cada vez mais, afirma-se na época contemporânea, a sociedade do esquecimento, marcada pelo domínio homogeneizador da informação midiática. Recuperar o passado individual e coletivo, por meio da memória como metodologia de análise, configura-se como um dos caminhos possíveis para a redescoberta dos processos de desenraizamento social e cultural, e, por conseguinte, para a redefinição dos projetos que articulam passado, presente e futuro.

As investigações, acima referenciadas, remetem à comprovação de que a cultura do mundo rural de antes sofreu profundas transformações em virtude da homogeneização imposta pela cultura de massa, sobretudo, aquela veiculada pela televisão. O que existe são os fragmentos daquela cultura na memória e nas lembranças de alguns. A cultura de antes, tratada enquanto *lugar*, está presente na memória individual e na conservação de algumas tradições. As tradições do mundo de antes, inseridas na sociabilidade ancorada nas relações familiares, de compadrio e de vizinhança transformam com a vinda para as cidades, emergindo novas formas de sociabilidade e arranjos familiares. Este fato está relacionado ao modo pelo qual se verificou a expulsão destes trabalhadores do campo. Em outros trabalhos (Silva, 1999, 2001), analisei as consequências imediatas provocadas pelo Estatuto do Trabalhador Rural (ETR), promulgado em 1963, no país como um todo. No que tange à região de Ribeirão Preto, espaço empírico sobre o qual fundam-se as presentes reflexões, houve a vinda de milhares de migrantes rurais, provenientes não apenas do próprio estado de São Paulo, como de várias outras áreas do país, como já foi mencionado. Nesse sentido, as periferias das cidades médias e das cidades-dormitórios foram constituídas pelo agrupamento de milhares de pessoas, de várias procedências, e, conseqüentemente, portadoras de múltiplas culturas e modos de vida diferenciados (Melo, Silva, 2011).

Espaços reduzidos, sociabilidade, marcada, muitas vezes, por conflitos, violência, preconceitos, e, sobretudo, por sinais de estranhamento mútuo. A sociabilidade ancorada nas relações primárias, caracterizadas pelo reconhecimento interpessoal e auto reconhecimento cedem lugar à sociabilidade individualizada e estranhada. Com o passar dos anos, a vida social foi sendo reconstruída nestes novos espaços. No entanto, as tradições, a cultura do mundo de antes, não couberam nos limites destes espaços. Foi necessária a construção dos *lugares* para protegê-las, para impedir sua morte.

A curiosidade pelos lugares onde a memória se cristaliza e se refugia está ligada a este momento particular de nossa história. Momento de articulação onde a consciência da ruptura com o passado se confunde com o sentimento de uma memória esfacelada, mas onde o

esfacelamento desperta ainda memória suficiente para que se possa colocar problema de sua encarnação. O sentimento de continuidade torna-se residual aos locais. Há locais de memória porque não há mais meios de memória (NORA, 1993, p. 7).

Segundo Nora (1993), ainda:

Os lugares de memória são, antes de tudo, restos... Os lugares de memória nascem e vivem do sentimento que não há memória espontânea, que é preciso criar arquivos, que é preciso manter aniversários, organizar celebrações, pronunciar elogios fúnebres, notariar atas, porque essas operações não são naturais (NORA, 1993, p. 12-13).

A definição de lugares de memória se refere a três sentidos: material, simbólico e funcional, de acordo com o historiador. No entanto, segundo ele, “só há lugar de memória se a imaginação o investe de uma aura simbólica” (p. 21).

Os três aspectos coexistem sempre... É material por seu conteúdo demográfico; funcional por hipótese, pois garante ao mesmo tempo, a cristalização da lembrança e sua transmissão; mas simbólica por definição visto que caracteriza por um acontecimento ou uma experiência vividos por um pequeno número uma maioria que deles não participou (NORA, 1993, p. 22).

A aura simbólica seria o elemento que nutre, que fecunda os lugares de memória, caso contrário, seriam cristalizados, fixados em algum espaço. Portanto, a aura simbólica vivifica os lugares de memória, impedindo a morte das lembranças. Na condição de temporários, a grande maioria dos trabalhadores regressava aos seus locais de origem no final da safra. Nos locais de destino eram alojados em barracões (até os anos de 1980) e depois em alojamentos nas áreas de cana. Geralmente, havia a divisão de moradias, segundo os locais de origem, evitando-se, assim, a reunião entre eles, com o fim de promover o esfacelamento e a fragmentação política. Assim, as lembranças eram cada vez mais centradas no trabalho. A sociabilidade com as pessoas das cidades era casual e, muitas vezes, controlada por agentes policiais. Eram vítimas de preconceito étnico e social. Operava-se, em geral, o desenraizamento social. O visitante que se dispuser a viajar pelo interior do estado de São Paulo, encontrará poucos sinais da cultura nordestina ou mineira, exceto em algumas periferias das chamadas cidades-dormitórios das áreas canavieiras. Tais sinais foram conservados e constituídos pelos trabalhadores que permaneceram definitivamente nelas e não pelos temporários.

A *construção* de um lugar desta memória preenche, portanto, o vazio, as brechas deixadas por esse sistema de dominação, segundo o qual, não somente os excedentes do trabalho eram apropriados, como também a própria memória.

Segundo Santo Agostinho

[No palácio da memória] ... estão presentes o céu, a terra e o mar com todos os pormenores que neles pude perceber pelos sentidos, exceto os que já esqueci. É lá que reencontro a mim mesmo, e recorro as ações que fiz, o seu tempo, o lugar, e até os sentimentos que me dominavam ao praticá-las. É lá que estão também todos os conhecimentos que recorro, aprendidos ou pela experiência própria ou pela crença no testemunho de outrem (SANTO AGOSTINHO, 1980, p. 176-177).

Nesse excerto, o filósofo/teólogo assevera que é no palácio da memória que estão guardados, armazenados não somente os sentimentos, as experiências individuais, como também de outras pessoas. É também aí o lugar de encontro com o *self*, com as práticas do passado, as lembranças, enfim (Silva, 2011). Num outro belíssimo ensaio, O Narrador, Walter Benjamin, com base na obra de Nikolai Leskov, delineia um conjunto de situações, extremamente valioso para as presentes reflexões. No início do texto, ele afirma que o narrador está desaparecendo nas sociedades de hoje.

É a experiência de que a arte de narrar está em vias de extinção. São cada vez mais raras as pessoas que sabem narrar devidamente (...). Uma das causas deste fenômeno é óbvia: as ações da experiência estão em baixa, e tudo indica que continuarão caindo até que seu valor desapareça de todo (BENJAMIN, 1987, p.197, 198).

Afinal, quem é o narrador de quem Benjamin fala? Para o filósofo há dois tipos de narradores: aqueles que permanecem sempre no mesmo local de origem e aqueles que viajam. “Quem viaja tem muito a dizer (...)” (BENJAMIN, 1987, p.198). Neste último caso, o narrador é imaginado como alguém que vem de longe. No primeiro grupo estão aqueles que não viajam e que conhecem profundamente suas tradições. Fazem parte desse grupo, os camponeses e artesãos; os marinheiros formam o outro contingente. Outra questão seria em relação às causas do fim do narrador. Segundo o autor, a narrativa sempre tem um propósito utilitário.

Essa utilidade pode consistir, seja num ensinamento moral, seja numa sugestão prática, seja num provérbio ou uma norma de vida - de qualquer maneira, o narrador é um homem que pode dar conselhos. Mas se dar conselhos parece hoje algo de antiquado, é porque as experiências

estão deixando de ser comunicáveis. Em consequência, não podemos dar conselhos a nós mesmos nem aos outros (BENJAMIN, 1987, p. 200).

Na sequência destas inflexões, Benjamin mostra que a informação transmitida pelos meios de comunicação e o novo seriam principalmente responsáveis pelos elementos de demolição da narrativa e do narrador. Essa afirmação pressupõe que a narrativa é produzida em um contexto de pessoas se comunicando uns com os outros. O narrador precisa de ouvintes, consequentemente seguidores.

Contar histórias sempre foi a arte de contá-los de novo, e ela se perde quando as histórias não são mais conservadas. Ele se perde quando ninguém mais fia ou tece enquanto ouve a história. Quanto mais o ouvinte esquece de si mesmo, mais profundamente se grava nele o que é ouvido. Quando o ritmo de trabalho se apodera dele, ele escuta as histórias de tal maneira que adquire espontaneamente o dom de narrá-las. Assim se teceu a rede em que está guardado o dom narrativo. E assim essa rede se desfaz hoje por todos os lados, depois de ser tecida, há milênios, em torno das mais antigas formas de trabalho manual (...). Assim, se imprime na narrativa a marca do narrador, como a mão do oleiro na argila do vaso (BENJAMIN, 1987, p. 205).

No final do texto, o autor, depois de analisar algumas histórias da obra de Leskov, introduz um outro fato importante. Por pertencer a um mundo governado pelos valores de uso, portanto, onde o tempo não é determinado pelos produtos, pelo valor de mercado, a narrativa é produzida no centro das relações sociais, cuja sociabilidade é determinada pelas práticas do trabalho artesanal. Ou seja, práticas definidas pela não separação entre produtor e produto do trabalho. É neste sentido que o autor demonstra que a narrativa não é apenas um produto de voz. Ela também se refere às mãos, aos olhos e também à alma.

A alma, o olho e a mão estão assim inscritos no mesmo campo. Interagindo, eles definem uma prática (...). Na verdadeira narração, intervém decisivamente com seus gestos, aprendidos na experiência do trabalho (...). Seu dom é poder contar sua vida; sua dignidade é contá-la inteira (BENJAMIN, 1987, p. 220-221).

Essas reflexões conduzem ao conceito benjaminiano de experiência. No início do pequeno texto “Experiência e pobreza”, há um provérbio de Esopo, em que um homem moribundo diz a seus filhos que ele está deixando-lhes um grande tesouro escondido na vinha, e que eles vão descobri-lo cavando a terra sem descanso. Com o passar do tempo, os filhos descobrem que suas vinhas foram

as melhores da região e que o tesouro era, na verdade, o trabalho, transmitido como experiência pelo pai. A experiência, portanto, o é algo compartilhado. Leandro Konder (1994)⁷ afirma que;

Erfahrung é o conhecimento obtido através de uma experiência que se prolonga, que se desdobra, como uma viagem; o sujeito integrado numa comunidade dispõe de critérios que lhe permitem ir sedimentando as coisas com o tempo. Erlebnis é a vivência do indivíduo privado, isolado, é a impressão forte que precisa de ser assimilada às pressas, que produz efeitos imediatos (KONDER, 1994, p.146).

Essas seriam, em tese, as principais ideias norteadoras da construção do repositório digital⁸. Memória, narrativas, experiência formam o fio condutor para a construção do lugar de memória dos trabalhadores rurais que labutaram nos cafezais, laranjais, e, sobretudo, nos canaviais paulistas. Ainda acrescentaria: “Os documentos orais pertencem à ordem do múltiplo. Disponibilizá-los em um museu virtual significa estender o múltiplo em sua reprodução ilimitada” (Bauer, 2010, p. 61). As afirmativas reforçam a produção de um acervo com o perfil do rizoma, tal como foi proposto acima. Outro propósito é estender o múltiplo em sua reprodução ilimitada⁹. Visa-se, assim: divulgar o conteúdo do repositório, como um lugar de memória dos trabalhadores rurais; incentivar outros pesquisadores a vivificarem o acervo por meio da participação e constituição de redes; democratizar as informações sobre o trabalho nos canaviais, cafezais e laranjais do estado de São Paulo; criar as condições para a produção de uma práxis, cujo objetivo maior é o enfrentamento das desigualdades e injustiças sociais. O museu como um dispositivo de pesquisa (repositório); promover a democratização do conhecimento científico. Os repositórios virtuais são uma tendência da museologia contemporânea. As exposições e programas (produtos) agem como processos educacionais. Um museu absorvido por atividades de parceiros tem um papel de articular redes de pesquisadores por meio de uma plataforma *online*, em domínio público.

II

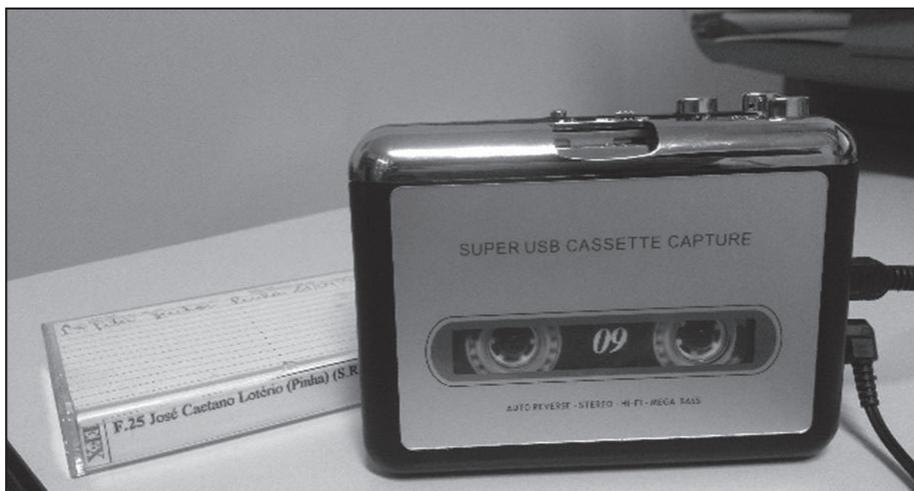
O trabalho com o acervo de pesquisas de quase quarenta anos foi desafiador e instigante desde o início. Deparei-me com mais de setecentas fitas cassete, com fotografias - algumas em slides -, e documentos dos mais diversos. A maior parte do trabalho esteve focada na digitalização dos áudios das fitas cassetes, gravações realizadas em pesquisas que ocorreram entre 1984 e 2008¹⁰. Nas 740 fitas, que totalizavam em torno de 800 horas, havia relatos orais dos mais diversos – trabalhadores/as rurais, seus filhos e companheiras, crianças, idosos, sitiantes, sindicalistas, assentados, médicos, enfermeiras, professoras,

advogados, entre outros. Além de entrevistas, histórias de vida e relatos, havia também áudios de oficinas realizadas com os sujeitos pesquisados e eventos da área de estudos rurais.

O material do acervo (fitas cassete, fotografias, recortes de jornal, tabelas, entre outros) foi separado segundo as pesquisas realizadas, cronologicamente, bem como a explicação dos respectivos projetos. O trabalho com as fitas cassete se dividiu em três etapas: 1) organização e categorização do material; 2) conversão dos áudios das fitas em arquivo digital (extensão MP3) e; 3) edição dos áudios. As duas primeiras etapas foram realizadas entre setembro de 2019 e julho de 2020.

Após a organização das fitas, iniciei a etapa da digitalização. Para tanto, utilizei o conversor e leitor de fita cassete para MP3 EZCAP. Trata-se de um aparelho similar a um *walkman* (tape portátil), acompanhado de cabo USB. Junto com o aparelho vem o CD de instalação do programa conversor, chamado Audacity. Esse equipamento, em conjunto com o software livre de edição digital Audacity, foi utilizado para a digitalização de todas as 740 fitas cassete.

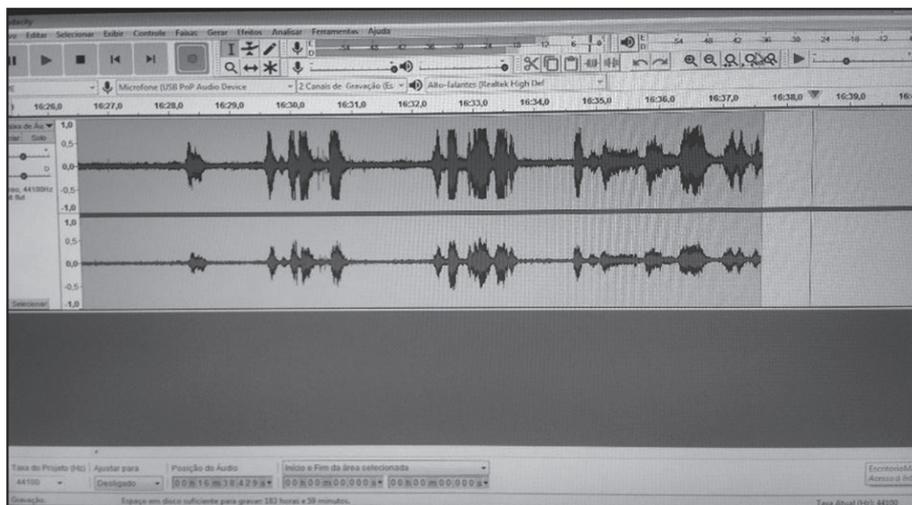
Figura 2: Aparelho leitor e conversor de fita cassete Ezcap



Fonte: Tainá Reis, 2019.

A digitalização com o referido equipamento ocorre da seguinte forma: a) o tape portátil Ezcap é conectado ao computador por meio de cabo USB; b) a fita cassete é inserida dentro do tape; c) o programa Audacity é aberto, e seleciona-se o dispositivo de gravação do tape portátil Ezcap; d) aciona-se o comando *rec* no programa Audacity e o botão play no tape portátil. O aparelho Ezcap automaticamente executa os dois lados da fita¹¹. Ao final do áudio, seleciona-se na aba Arquivo a opção Exportar para MP3. Assim, o áudio é convertido.

Figura 3: Programa Audacity em funcionamento



Fonte: Tainá Reis, 2019.

As fitas encontravam-se em bom estado de conservação. Assim, mesmo em entrevistas realizadas há mais de trinta anos, os áudios não estavam danificados a ponto de serem inutilizados. Contudo, edições iniciais foram necessárias. Há um intervalo de tempo para que, após acionada a tecla *play* do tape portátil, o som da entrevista realmente inicie, o que significa alguns segundos de silêncio na gravação. A transição automática entre o lado A e o lado B da fita cassete também representa certa duração de silêncio na gravação. Esses momentos de silêncio foram retirados na edição inicial para que, uma vez os arquivos de áudio indexados na base de dados, a audição do material seja objetiva.

A audição das entrevistas era necessária para a identificação dos momentos de interferência no áudio. Dentre os áudios que requerem edição – um pouco mais de um terço do total de fitas cassetes –, os principais problemas são tanto de ordem de captação do som quanto de defeitos da própria fita cassete. São, então, dois tipos de edição diferentes: um relacionado às condições de captação do áudio (vozes ao fundo, voz do entrevistado muito baixa e barulhos no ambiente de gravação), e outro, à correção de defeitos na própria fita cassete (alterações na velocidade de execução do áudio - áudio acelerado ou reduzido, alterações no volume do áudio e ruídos próprios da fita cassete).

Algumas entrevistas eram realizadas na casa dos entrevistados, mas tratando-se de pesquisas em áreas rurais, muitas vezes podem-se ouvir ao fundo galinhas cacarejando ou outros sons próprios “da roça”. Quando as casas eram em áreas urbanas, ou as entrevistas eram realizadas em lugares abertos, havia também a interferência de outros barulhos, como automóveis, buzinas, vozes e/

ou vento. É interessante destacar que as entrevistas com mulheres em suas casas sempre eram atravessadas por inúmeras demandas dos filhos (choros, gritos), ou até mesmo pela curiosidade das crianças em relação ao gravador. Nesses casos, me questionava se na edição deveria cortar aqueles trechos ou não.

A presença das crianças compunha o cenário em que os relatos eram colhidos, assim como o som dos pássaros, os cachorros latindo, o carro de som passando, a vizinha chamando. Se na pesquisa social é preciso atentar para todo o contexto no qual o sujeito pesquisado está inserido, na elaboração de um repositório digital com áudios que serão ouvidos por inúmeras pessoas, não necessariamente acadêmicas da área de Sociologia, a manutenção dessas interferências no áudio seria produtiva? Tenho optado¹², sempre que possível, por aplicar efeitos de edição que não cortam trechos da entrevista, mas apenas reduzam o volume dos barulhos de fundo que interferem na fala do entrevistado.

A edição do material é realizada no programa Audacity. O software dispõe de inúmeras ferramentas de edição, para alteração de velocidade, de tom, de volume, de redução de ruídos, normalização, equalização do áudio, entre muitas outras. A edição consiste em abrir o arquivo já digitalizado no Audacity, selecionar os trechos que apresentam falhas ou interferências e aplicar os efeitos de edição necessários. Essa etapa exige bastante minúcia, pois a edição do áudio pode requerer o uso de diferentes ferramentas em diferentes trechos, e é preciso aplicar o efeito de edição, avaliar a qualidade do efeito aplicado e mudar o efeito caso necessário. Essa edição final é fundamental para a conclusão do acervo digital, pois as vozes, entonações e pausas na fala dos entrevistados poderão ser ouvidas com clareza.

A coleta dos relatos orais desde a década de 1980 tem se orientado pelos princípios metodológicos da História Oral, focando nos sujeitos - em suas interações e trajetórias -, que têm sido historicamente silenciados. O trabalho com a digitalização e edição dos áudios mantém a perspectiva de valorização da experiência dos sujeitos. Justamente por isso as correções nos áudios não buscam torná-los perfeitos, sem nenhum ruído, pois os sujeitos não estão isolados, mas são parte de relações e interações sociais que podem ser percebidas nas interferências das entrevistas (crianças, animais, vizinhos, companheiros etc.). O foco recai sobre as lembranças e as narrativas, já que a intenção com a elaboração do repositório digital é guardar e revivificar a memória de trabalhadores e trabalhadoras rurais. Tenho precisado fazer esse balanço cotidiano entre garantir um áudio de qualidade para pessoas diversas ouvirem e captarem o conteúdo dos relatos, e preservar o máximo possível do mundo social circundante.

A realização do trabalho de escuta desses relatos e da edição desses áudios para a futura disponibilização me colocou diante de algo inteiramente novo. Não tinha nenhuma experiência com a digitalização e edição de áudios. Pude superar as dificuldades técnicas por meio de um aprendizado autodidata, com leituras de tutoriais, por exemplo. Mas trata-se não de um trabalho exclusivamente técnico¹³. Com efeito, o grande desafio era minha experiência enquanto pesquisadora;

primeiro, aprender a trabalhar com uma tecnologia que não estava habituada; segundo, ouvir entrevistas com conteúdos relacionados à minha área de pesquisa em um espaço-tempo completamente distinto. Separo aqui esses dois desafios, mas na experiência havia apenas a sensação de estar perdida.

Foi o sentimento de estar perdida que permitiu que eu me encontrasse, como numa espécie de epistemologia benjaminiana que une o racional e o sensível. Benjamin (1995) diz que “saber orientar-se numa cidade não significa muito. No entanto, perder-se numa cidade como alguém se perde numa floresta, requer instrução” (p. 73). Foi no redescobrimto do que parecia conhecido que fui atravessada pelos relatos.

Os temas abordados nessas entrevistas variavam de acordo com as pesquisas. Então se um conjunto de entrevistas abordava os direitos reprodutivos das trabalhadoras rurais¹⁴, em outro as mulheres falavam sobre a migração dos maridos para o corte de cana em São Paulo. Sindicalistas contaram sobre a luta, as estratégias de resistência, mas também as injustiças. Trabalhadores que narravam a rotina de trabalho com um tom de voz mais baixo, que subia quando falavam da terra natal, do fim da safra e do reencontro com a família. Por muitas vezes, foi preciso parar de ouvir os relatos, precisava respirar, precisava chorar. Sentia alívio em ouvir a voz dos sitiantes, falando sobre a relação com a terra, e esperança em ouvir assentados contando a trajetória de expropriação que findou na conquista do acesso à terra.

Ouvi as mulheres, trabalhadores rurais, relatando suas trajetórias e cotidianos, histórias de abusos, exploração, abandono. Mas, ao mesmo tempo, histórias de lutas, superações, resistência. Em um relato, logo no começo da entrevista, uma cortadora de cana diz: “Eu não tive uma vida, tive uma tragédia”. A mesma depoente, ao final, afirma: “Só o que a gente pode fazer é seguir em frente”. Esse relato me revelou a complexidade da experiência social. Serviu também como inspiração para minha própria trajetória. Não há dicotomia na vida.

Tendo feito minha pesquisa de doutorado com trabalhadores rurais adoecidos, pesquisa realizada há mais de trinta anos após parte das entrevistas que ouvi, senti desesperança, porque depois de tanto tempo, tantas lutas e tantas mudanças na organização do trabalho rural, muitos eventos continuam tão parecidos. Mas, ao mesmo tempo, pude acessar minhas próprias memórias ao ouvir vozes com sotaques da mesma região em que realizei minha pesquisa de campo. Pude ouvir a entrevista de um sindicalista mineiro do Vale do Jequitinhonha cujo nome atualmente intitula um centro de agricultura alternativa. Que alegria senti por poder estar com esse sujeito tão importante nas lutas pela terra na região, apesar de não ter estado de fato, já que o mesmo faleceu quando eu tinha apenas cinco anos de idade.

As reflexões sobre a relação sujeito pesquisador e sujeito pesquisado são frequentes desde as primeiras pesquisas que realizei. Especialmente na pesquisa de doutorado pude sentir a diferença entre a realidade e o livro, entre o vivido

na carne (olhares, vozes, gestos, cheiros) e o conhecido intelectualmente (Matta, 1974). E assim me conectei com o aspecto mais humano do ofício sociológico. Mas no caso das entrevistas do acervo no qual tenho trabalhado, é outro tempo e espaço. Nunca estive no Maranhão com as mulheres quebradeiras de coco babaçu, por exemplo. Muitas falas me emocionaram. Outras me levaram ao choro. Muitas vozes eram de pessoas já falecidas. Somente havia conhecido o nome do sindicalista mineiro na placa indicativa da Associação de camponeses, quando lá realizei minha pesquisa. De todo modo, nunca “estive lá”, no sentido atribuído por Geertz (1998).

Porém, ao ouvir as vozes desses trabalhadores e trabalhadoras rurais, trinta, vinte, quinze anos depois, fui atravessada, afetada pelos relatos que ouvia. Ser afetado não se constituiu como algo puramente emocional, não se trata de empatia, mas nem observação participante (Favret-Saad, 2005), o que no caso da pesquisa do repositório digital não seria nem possível. Como no estudo sobre feitiçarias no Bocage francês de Favret-Saad (2005), fui afetada, não buscando compreender ou reter, mas simplesmente ser atravessada pelo o que ouvia. Pude perceber, novamente, que as emoções fecundam a razão, como diria a professora Heleieth Saffioti. A dialética temporal estabelecida entre essas entrevistas e pesquisas, que compõem o acervo e minha própria subjetividade enquanto pesquisadora, entre diferentes espaço-tempos, a alteridade dos sujeitos pesquisador e pesquisado, a relação extemporânea que se estabelece, são alguns dos resultados dos trabalhos de digitalização de 800 horas de entrevistas.

Uma relação é criada com pessoas que talvez nem estejam mais vivas, não conheço seus rostos – salvo aqueles que foram registradas em fotografias –, mas conheço suas vozes, tempos de fala, entonações. Conheço suas trajetórias, sentimentos, almas. E quando é preciso editar um áudio, preciso ouvir pequenos trechos repetidamente, conforme aplico os efeitos de correção. A frequência das vozes que aparecem na interface do programa Audacity me lembra a frequência de batimentos cardíacos que se pode ver num eletrocardiograma. A vida está ali, naquela voz. Disponibilizar essas vozes ao público é revivificar essas trajetórias, é mantê-las vivas, a despeito das inúmeras tentativas de apagamento que existem por parte do agronegócio.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O propósito deste artigo foi o relato da constituição do repositório digital sobre pesquisas realizadas ao longo de quarenta anos com trabalhadores/as rurais. As motivações traduzem as marcas acadêmicas e de uma práxis política orientada por estratégias que visam a construção de caminhos, capazes de impedir a desmemória ou, até mesmo, o memoricídio. Nas palavras de W. Benjamin, o passado nos dirige um apelo. Apelo para a conservação da memória e, sobretudo,

para a retirada das camadas encobridoras de centenas de milhares de vozes. Vozes que desarranjam a ordem social dominante. Memórias subterrâneas que reclamam outras interpretações sobre a produção das *commodities* no estado de São Paulo.

A escrita do artigo feita a quatro mãos, muitas vezes, sob a forma de narrativa, foi a opção encontrada para ser fiel às falas e para expressar os sentimentos que afetaram e atravessaram as pesquisadoras no momento da revisitação do acervo. Não se tratou meramente da transposição de uma técnica para outra, porém, de uma tentativa/desafio de reconstrução, que, ao fim e ao cabo, implicou em investimentos intelectuais, em como fazer, em como proceder, por onde começar, além dos investimentos emocionais. Foi um processo de (re) tradução simbólica e subjetiva, por meio da interação imanente e transcendente entre sujeito pesquisador e sujeito pesquisados. O repositório digital será uma fonte de pesquisas futuras sobre os trabalhadores rurais. Um lugar de memória, *last but not least*.

NOTAS

¹ Em colaboração com Marilda Aparecida de Menezes, foi realizada uma pesquisa exploratória na zona da mata paraibana com migrantes sertanejos que se deslocavam para essas áreas de cana, em 1999.

² Esta pesquisa contou com a participação de Lúcio Vasconcellos de Verçoza.

³ A vinhaça (ou vinhoto) é um subproduto, resultante da fermentação do caldo de cana para produzir o etanol. Por conter matérias orgânicas em decomposição, o odor exalado é extremamente prejudicial à saúde dos trabalhadores que o distribuem nos canaviais, pois é utilizado como fertilização.

⁴ Antes da colheita pela máquina, há a necessidade de retirar as pedras da área, a fim de evitar que as lâminas sejam danificadas. Trata-se de uma tarefa penosa, pois as mulheres trabalham no meio das canas, sob altas temperaturas. Ademais há o risco de picadas de cobras, escorpiões etc. Segundo seus depoimentos, trata-se de uma tarefa que lhes traz, além do desgaste físico, sentimento de vergonha por ser extremamente desvalorizada.

⁵ Memoricideo é o neologismo criado em 1991 pelo croata, Mirko Grmek, que significa a tentativa de apagamento da história e cultura de um povo em um determinado território.

⁶ “Em contraponto aos sistemas centrados, que privilegiam o centro, são apresentados os a-centrados, em que o privilégio é dos meios, dos intervalos, das ervas daninhas entre as plantações são cartesianamente organizadas. O rizoma é classificado como a-centrado, uma rede de autômatos finitos. A condição deste tipo de sistema é a de complexidade, em que não há um decalque, uma cópia de uma ordem central, mas sim múltiplas conexões que são estabelecidas a todo o momento, num fluxo constante de desterritorialização e reterritorialização. O problema proposto pelo rizoma é análogo ao da máquina de guerra, a Firing Squad: é necessário realmente um general para que os *n* indivíduos disparem

simultaneamente? O rizoma, como um sistema a-centrado, seria, portanto, a expressão máxima da multiplicidade em detrimento às outras duas condições apresentadas de raiz e radícula, que não expressam nada mais do que a proposta de um todo disciplinador, um totalitarismo estrutural”. <<https://pt.wikipedia.org/wiki/Rizoma>> . _ (filosofia).

⁷ Konder, L. Na nota 12 do ensaio “Sobre alguns temas em Baudelaire”. In. BENJAMIN, W. Obras escolhidas. São Paulo: Brasiliense, 1994.

⁸ Sobre os desafios para a organização de acervos orais, consultar, dentre outros: Luiz, Teixeira (2013); Alberti (1998); Borges (2012); Amado, Moraes (1998).

⁹ No início do mês de agosto de 2018, participei, juntamente com o professor José Sergio Leite Lopes, de uma mesa no Evento, Escola de Inverno (2), organizada pelas professoras Cibele S. Risek, Isabel P. H. Georges, na UFSCar. O debate foi muito profícuo porque havia duas realidades historicamente distintas: a memória dos operários da fábrica Paulista, de tecidos em Pernambuco, inseridos em contextos manufatureiros, no início do século XX, discutida por José Sergio, e a captura da memória dos trabalhadores rurais, descartados pelo avanço da modernização e inseridos em relações flexíveis de trabalho, apresentada por mim, no momento atual. Enquanto a permanência dos operários da fábrica Paulista no mesmo local foi fundamental para a preservação da memória, o vaivém permanente dos trabalhadores rurais impediu que se estruturassem as bases da memória laboral nos campos do estado de São Paulo. Ao contrário, a espoliação da memória foi o campo fértil para o esquecimento e o apagamento de suas histórias.

¹⁰ O acervo é composto por outras entrevistas, realizadas já com gravador digital depois de 2008, aproximadamente, 300 horas. São áudios já em versão digital, por isso não precisaram passar pela primeira etapa do trabalho – a digitalização das fitas cassete -, mas precisarão passar pela edição posterior.

¹¹ Apesar de ter vivido em um período histórico em que se ouviam muitas fitas cassete – eu mesma possuía algumas -, tive uma dificuldade em um aspecto simples dessa etapa: o lado certo de inserir a fita dentro do tape. Em qualquer um dos lados que a fita fosse inserida, o aparelho começaria a “rodar” a fita, mas dependendo do lado colocado, o áudio poderia iniciar pelo lado B. Foi preciso cometer esse erro, e na audição do áudio perceber que tratava-se do lado B da fita cassete, para aprender o lado correto de inserção da fita no tape.

¹² A etapa da edição dos áudios foi iniciada no mês de julho de 2020.

¹³ Um exemplo foi a árdua edição de uma entrevista que se referia às greves dos cortadores de cana. Tratava-se de um trecho muito curto, de poucos segundos, mas era o exato momento em que o trabalhador dizia “As sete ruas”. A mudança na organização do corte de cana de cinco para sete ruas foi um dos motivos para a organização das primeiras greves dos cortadores de cana, momento histórico na luta dos trabalhadores do campo. Se eu não soubesse disso, poderia facilmente ter cortado aquele trecho na edição, pois significava pouco tempo no todo da entrevista e estava com uma interferência no áudio muito grande. Foi por ser pesquisadora do trabalho rural que soube a importância daquele minúsculo trecho da entrevista e insisti em editá-lo até que fosse audível.

¹⁴ Nos anos 1980, usinas do estado de São Paulo exigiam que as trabalhadoras apresentassem comprovante de laqueadura tubária para serem contratadas.

REFERÊNCIAS

- ALBERTI, V. **O acervo de história oral do CPDOC**: trajetórias de sua constituição. Rio de Janeiro: CPDOC, 1998.
- AMADO, J; FERREIRA, M. M. **Usos e abusos de história oral**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1998.
- BEIGUELMAN, G. **Memória da Amnésia**. Da cidade interativa às memórias corrompidas. São Paulo: Editora Sesc, 2016.
- BENJAMIN, W. O Narrador. Considerações sobre a obra de Nikolai Leskov. In: _____. **Obras escolhidas**. 3ª. Edição. São Paulo: Editora Brasiliense, 1987, p. 197-221.
- _____. Experiência e pobreza. In: _____. **Obras escolhidas**. 3ª. Edição. São Paulo: Editora Brasiliense, 1987, p.114-119.
- _____. Rua de Mão Única. In: _____ **Obras escolhidas**. Volume III. 5ª. ed. São Paulo: Brasiliense, 1995.
- BAUER, L. Acervos orais, acervos virtuais, pessoas e histórias de vida. **História oral**, v. 13, n. 2, pg. 53-64, 2010.
- BORGES, V. T. As falas gravadas pelos outros: fontes orais, arquivos orais e arquivos sonoros, inquietações da história do tempo presente. **Diálogos**. Maringá, v. 16, n. 2. P.663-676, maio/ago. 2012.
- FAVRET-SAAD, J. O ser afetado. **Cadernos de Campo**, São Paulo, n. 13, p. 155-161, 2005.
- GEERTZ, C. O dilema do antropólogo entre “estar lá” e “estar aqui”. **Cadernos De Campo**, São Paulo, v. 7, n. 7, p. 205-235, 1998.
- HALBWACHS, M. **A memória coletiva**. São Paulo: Vértice, 1990.
- LUIZ, J. R.; TEIXEIRA, M. A. S. Alguns desafios na organização de acervos orais: O caso do Núcleo de Pesquisa, Documentação e Referência sobre Movimentos Sociais e políticas Públicas no Campo (CPDA/UFRRJ). **Revista História Oral**, v. 16, n.2, 2013
- MATTA, R. O ofício do etnólogo, ou como ter “Anthropological Blues”. In: NUNES, E. O. (Org). **A aventura sociológica**. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.
- MELO, B. M.; SILVA, M. A. M. Trajectorias migratórias: trabajadores rurales entre el nordeste y los cañaverales de San Pablo/Brasil. IN: BENENCIA, R.; LIMA, F. H.; LEVINE, E. (Orgs.). **Ser migrante latino-americano, ser vulnerable y trabajar precariamente**. México: ALAST, Casa abierta al tempo, 2011, p. 77-108.
- NORA, P. Entre memória e história. A problemática dos lugares. **Projeto História**, v. 10, 1993.
- POLLAK, M. Memória, silêncio e esquecimento. **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, v.2, n. 3, p. 3-15, 1989.
- POLLAK, M. Memória e identidade social. **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, p. 200-212, 1992.

SANTO AGOSTINHO. *Confissões. Coleção*. Os pensadores. São Paulo: Abril cultural, 1980.

SILVA, M. A. M. *Errantes do fim do século*. São Paulo: Edunesp, 1999.

_____. Reestruturação produtiva e os impactos sobre os migrantes. In: GIARRACA, Norma (Org.). *Una nueva ruralidade em America Latina*. Buenos Aires; CLACSO, 2001, p. 289-306.

_____. Expropiación de la tierra, violència y migración. Campesinos del nordeste de Brasil em los cañaverales de San Pablo. In: FLORES, Sara Maria (Org.). *Migraciones de trabajo y movilidad territorial*. Mexico: Angel Porrúa/Conacyt, 2011, p. 307-332.

SPIVAK, G. *Pode o subalterno falar?* Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2014.

RESUMO

O estado de São Paulo é um dos maiores produtores de *commodities* (açúcar, etanol, suco de laranja, café etc) do país. Há duas décadas, o modelo de produção agrícola implantado é caracterizado por um processo que possui duas faces: a) o desenvolvimento acelerado da modernização, por meio do emprego maciço de tecnologias avançadas, cujo resultado tem sido a dispensa de centenas de milhares de trabalhadores/as; b) o apagamento da memória laboral. Diante deste contexto, objetiva-se neste artigo tecer algumas reflexões acerca da produção de um repositório digital, contendo a memória de trabalhadores/as rurais. Este repositório é constituído pelo acervo de mais de mil horas de entrevistas com migrantes, homens e mulheres do Vale do Jequitinhonha, Paraíba, Maranhão, Piauí, além de vários municípios do estado de São Paulo, e também com sitiantes e assentados rurais. As entrevistas ocorreram no espaço das últimas quatro décadas.

Palavras-chave: repositório digital; trabalhadores rurais; memória; agronegócio; gênero; etnia.

ABSTRACT

The state of São Paulo is one of the largest commodities producer (sugar, ethanol, orange juice, coffee, etc.) of the country. For two decades, the agricultural production model implemented has been characterized by a process that has two sides: a) the accelerated development of modernization, through the massive use of advanced technologies, the result of which has been the dismissal of hundreds of thousands of workers; b) the erasure of working memory. Given this context, the objective of this article is to make some reflections about the production of a digital repository, containing the memory of rural workers. This repository consists in a collection of more than a thousand hours of interviews with migrants, men and women from Vale do Jequitinhonha, Paraíba, Maranhão, Piauí, in addition to several municipalities in the state of São Paulo, and also with rural settlers and settlers. The interviews took place over in the last four decades.

Key words: digital repository; rural workers; memory; agribusiness; gender; ethnic.

Doña Elvira Elena Capriotti, o la historia de una marchigiana en pergamino

*Patricio Andrés Klimezuk**

1 INTRODUCCIÓN

Doña Elvira Elena Capriotti llegó a la Argentina el 26 de noviembre de 1921, a la edad de 7 años, proveniente del puerto de Génova, en el barco llamado Napoli¹. El camino había comenzado en la *Comune di Fermo*, en ese entonces provincia de Ascoli Piceno, en la región de Las Marcas², una de las veinte que conforman la actual República Italiana. Ubicada en la zona central del país, limita al norte con Emilia-Romaña y San Marino, al este con el mar Adriático, al sur con Abruzos, al suroeste con Lacio, al oeste con los montes Apeninos que la separan de Umbría, y al noroeste con la Toscana.

En las próximas páginas, al calor de la travesía de Doña Elvira y su familia, intentaremos dar cuenta de los motivos que los llevaron a instalarse en una determinada zona del país, revisando conceptos y métodos centrales del estudio de las migraciones internacionales.

Para este caso particular, contamos con una serie de fuentes en las que buscaremos asentar nuestras afirmaciones, a la vez que a través de una exploración intensiva de las mismas y de preguntas que fueron surgiendo, creemos que se dejan las bases para una investigación que pueda responder esos interrogantes para tener un cuadro más completo de lo que fue la migración de una región particular de Italia a una de la Argentina.

También se establecerán posibles itinerarios de búsquedas para alcanzar esos objetivos, como localización de archivos y referencias de fuentes, sobre todo orales, que confiamos tengan la consistencia suficiente para lograr explicaciones de un alcance más profundo.

Partiremos de una afirmación central para acercarnos al tratamiento del tema: que en la decisión familiar de migrar y de asentarse en la región norte de la pampa argentina, específicamente en el partido de Pergamino, influyó una red de contactos familiares ya establecidos en la zona, para lo cual, el concepto de “cadena migratoria” se vuelve central en el análisis y explicación de cómo pudieron haber sucedido las cosas.

* *Licenciado en Ciencia Política por la Universidad de Buenos Aires y Profesor de Educación Media y Superior en Ciencia Política por la Universidad del Salvador de la Argentina. Contacto: patricioklimezuk@gmail.com*

Resaltaremos también la importancia que tuvo en la llegada de Doña Elvira y su familia como de otros marchigianos la similitud en el trabajo agrícola que desarrollaban en su lugar de origen y que ahora desarrollarían en la sociedad de acogida, aunque consideramos que el tenor explicativo de esta cuestión es más difícil de ponderar, sobre todo teniendo en cuenta que una gran cantidad de inmigrantes, sobre todo de aquellos que se asentaron en los grandes conglomerados urbanos y que fueron mayoría, abandonaron sus antiguas labores y comenzaron a trabajar en nuevos oficios.

Teniendo en cuenta esta circunstancia, que fuera remarcada por los principales investigadores de las migraciones italianas, creemos, sin embargo, que en el trayecto migratorio de esta y otras familias marchigianas que se afincaron en la Pampa argentina la posibilidad de continuar con las tareas agrícolas fue una variable a considerar en la decisión de migrar.

Somos conscientes que el análisis de un caso de ninguna manera puede hipostarse de manera tal de adjudicarle a un grupo las características de esa situación particular. Por ende, lo que se intentará presentar es la historia de Doña Elvira y su grupo familiar, los conceptos que pueden ser de utilidad heurística para explicar su movimiento migratorio, las fuentes con las que contamos para respaldar las afirmaciones que se van a ir desarrollando, los problemas que van surgiendo en esa investigación y, por último pero no menos importante, indicios de rasgos compartidos entre el caso particular y otros casos de la *Comune di Fermo* que marquen una dirección para futuros trabajos.

2 ¿DE DÓNDE VINIERON LOS CAPRIOTTI?

Lo primero que podemos observar es un cambio de orden político-administrativo que con los datos recogidos hasta este momento no podemos determinar su alcance en función de afirmaciones e indicios que se irán desgranando en lo que sigue. En 1861 la *Comune di Fermo* fue asignada a la provincia de Ascoli Piceno³. Sin embargo, el crecimiento de la ciudad y de la zona generó que el Parlamento italiano decidiera por una ley promulgada el 11 de junio de 2004, puesta en vigencia a partir del 1 de enero de 2009, la creación de la Provincia de Fermo, perteneciente a la región de Marcas, con 40 municipios en su interior.

Algunos números nos posibilitarán conocer más sobre la migración marchigiana a la Argentina. Cacopardo y Moreno⁴ agruparon las distintas regiones italianas en tres grandes grupos. Le Marche, según su mirada, es parte de la Italia Nordoriental y central, y junto al Veneto, son las dos zonas de ese grupo que más caudal inmigratorio aportaron hacia Argentina.

Los autores afirman que la migración marchigiana fue de poca importancia en el comienzo y que va aumentando en 1895, manteniéndose con alrededor de 10% hasta 1925. Sin embargo, y como apuntaremos más adelante, los picos se produjeron entre 1900 y 1913, cuando superaron el 11% e incluso se acercaron al 12%. Éste período coincide con el inicio de la cadena migratoria bajo análisis.

El viaje de la familia nuclear de Doña Elvira se enmarca en un momento en que la inmigración marchigiana estaba en descenso. En el período 1920-1924 el porcentaje no llega al 10% y en el siguiente, se establece superando apenas el 6%⁵.

Según las fuentes a las que accedimos, no está claro en qué parte específica de Fermo nació y vivió nuestra protagonista. Tanto en las escritas como en las orales se menciona simplemente “*Comune di Fermo*” o *Fermo* a secas, pero teniendo en cuenta la cantidad de municipios que actualmente forman parte de la provincia, es evidente que hace falta una mayor precisión por el valor que puede tener esa información a fines de responder una serie de preguntas que nos hacíamos antes de comenzar este trabajo o que surgen al ponerse en contacto con los materiales con los que contamos.

Lo que se logró establecer es a qué comuna dentro de la actual Provincia de Fermo pertenecía Basilio Capriotti, el primero de la familia en instalarse en Argentina. Según el testimonio de su hija, María Veneranda⁶, su padre era originario de *Montottone*, una localidad que actualmente y por información que recogimos del *Istituto Nazionale di Statistica* italiano, cuenta con 1024 habitantes y para la época en que emigró Doña Elvira y su familia, apenas superaba los 2.000.

Consideramos que la información que poseemos, respaldada por testimonios de familiares directos⁷ de Doña Elvira que pudiera conocer la casa en la que vivió en su país de origen, nos llevan a inferir que la protagonista de esta historia también residió en *Montottone*.

La reconstrucción de las historias de emigración de esa región en particular no debería ser difícil por su reducido número de habitantes, pero hay que recordar que tenemos, además, varias zonas más para investigar: la ex comuna y actual provincia de Fermo, la provincia de Ascoli Piceno y la región de Las Marcas.



Montottone, Provincia de Fermo, Italia. Fuente: Familia Mircoli-Capriotti.



Casa de la familia Capriotti, lugar donde nació Doña Elvira. Fuente: Familia Mircoli-Capriotti.

3 LA TRAVESÍA DE DOÑA ELVIRA ELENA CAPRIOTTI Y SU FAMILIA: ¿POR QUÉ EMIGRARON Y POR QUIÉN O QUIÉNES LO HICIERON?

Creemos, como Sánchez Barricarte, que “la mayoría de las veces, la gente emigra al extranjero por razones económicas...” pero que “la naturaleza compleja y polifacética de las migraciones exige una teoría que incorpore una variedad de perspectivas, niveles y supuestos” (Barricarte, 2010, pp. 19)⁸. Es decir, si bien la motivación de una vida mejor se encuentra presente en la mayoría de las emigraciones, esta afirmación no basta para explicar una serie de decisiones que se toman como, por ejemplo, el destino final que adquiere el movimiento migratorio.

Como explica Franco Ramella, respecto a los enfoques que surgieron en los estudios en esta área historiográfica,

...la emigración dejó de ser una acción de desesperados, compelidos a partir a causa de una situación económica catastrófica, y se transformó en una elección realizada por individuos movilizados por estrategias de superación social. Y a medida que se iba imponiendo esta nueva – y especulativa – visión de los emigrantes, los vínculos sociales comenzaron a asumir un nuevo valor a los ojos de los investigadores (RAMELLA, 1995, p.9-21)⁹.

Consideramos valiosa esta definición, aun teniendo en cuenta las críticas que el propio autor recoge sobre un uso defectuoso del concepto de red social que derivó en la construcción de historias de emigración “...que corren el riesgo de parecer desesperadamente similares y repetitivas” (RAMELLA, 1995, p.9-21).

En definitiva, lo que permite poner de relieve, según nuestra mirada, es que necesitamos explicaciones multicausales, que provengan tanto de las decisiones de los actores en cuestión como de análisis estructurales¹⁰.

Sin entrar en mayores detalles, porque implicaría detenerse en una cuestión que excedería los marcos del trabajo que presentamos en esta ocasión, cabe recordar el debate en la historiografía de las migraciones internacionales que se dio entre los partidarios de los factores push y aquellos que respaldaban la posición de los factores pull; es decir, las discusiones que se dieron según se privilegiaron los factores de expulsión del país de origen o de atracción del país de acogida.

Sin ninguna duda, el marco general en el que se dieron los movimientos migratorios no se puede desconocer. Los cambios en la política, la sociedad y la economía italiana en el siglo XIX, así como, por ejemplo, la diferencia salarial entre los países de acogida y los de partida, son fenómenos muy importantes a tener en cuenta.

En ese sentido, en la introducción del libro “La inmigración Italiana en la Argentina”, Devoto y Rosoli (1985), que son compiladores de una serie de artículos de prestigiosos investigadores de la temática, aseguran que “el problema de las causas de los movimientos migratorios es uno de los argumentos a menudo más unilateralmente tratados por la historiografía” (DEVOTO y ROSOLI, 1985, p.10)¹¹. Por eso consideramos que el concepto de cadena migratoria, al que nos referiremos en las próximas páginas con más detalle, nos permite dar cuenta de las decisiones que toman los actores en un marco espacio-temporal determinado. Es decir, la estrategia de migrar, dónde y cómo hacerlo, tiene un trasfondo en el que factores de diferente naturaleza están operando para que se tome ese camino.

Es interesante al respecto el trabajo de Blanca Zeberio (1998)¹² sobre los emigrados de tres regiones españolas: los vascos, los leoneses y los gallegos, más allá de que su enfoque tenga dos diferencias fundamentales con lo que estamos observando en el recorrido de la familia Capriotti: el origen de los migrantes y la elección de la zona de radicación, con lo que ello implica en posibilidades de acceso a la tierra¹³. Sin embargo, la autora busca vincular las dos dimensiones que aquí se plantean. Zeberio dice: “Empero, nuestra visión quedaría empobrecida si no se intentara ir más allá de una explicación centrada en las ventajas comparativas. Existen otras dimensiones menos estructurales que pueden ayudar a explicar las diversidades que dicho proceso presentó...” (ZEBERIO, 1998, p.180). Pensamos que la posibilidad de desarrollar una explicación lo más completa posible radica en integrar escalas de análisis de distinto nivel, para facilitar una comprensión cabal del proceso que estamos buscando explorar.

En el caso que nos ocupa, hay que tener en cuenta dos factores para ver la relevancia que adquiere el concepto de cadena migratoria¹⁴ para explicar la opción por emigrar y de hacerlo al partido de Pergamino: en primer lugar, que “el grueso de la inmigración marchigiana llegó al país entre 1900 y 1913,

es decir en la denominada inmigración intermedia” (RUFFINI DE LASAGNA; SENIGAGLIESI, 2006, p. 12)¹⁵, por lo que teniendo en cuenta que Doña Elvira y su familia llegaron en 1921, formaron parte de lo que se llamó la “inmigración tardía”; en segundo lugar, y yendo a lo específico de la provincia de Ascoli Piceno, una de las que componen Las Marcas y en donde se encontraba la *Comune di Fermo*¹⁶, según nos cuenta Carlos Senigagliesi en un libro editado por el Centro Marchigiano de Pergamino, si bien casi un 50% de los marchigianos emigraron hacia la Argentina, “esta tendencia dentro de la región fue más acentuada en las dos Provincias centrales: Ancona y Macerata. En Pesaro el flujo emigratorio se dirigió principalmente a otros países, mientras que de Ascoli Piceno fueron a Estados Unidos...” (RUFFINI DE LASAGNA; SENIGAGLIESI, 2006, p. 11).

Una entrevista del autor de éste trabajo con María Cristina Ruffini de Lasagna, que fuera presidenta durante años del centro pergaminense, reveló que allí se realizó un censo para conocer cuántos marchigianos habían arribado al partido bonaerense. La entrevistada recordaba que los datos confirmaban que Macerata, de donde además era su propia familia, era la provincia que más caudal migratorio había aportado, pero no tenía en su haber los números finales del censo y dudaba que el centro, cuyo funcionamiento había decaído en los últimos años, mantuviera en su archivo el trabajo que se había hecho. En su lugar, recomendó acudir a la FEDEMARCHE, la Federación Marchigiana de la República Argentina, porque creía que ellos podían tener una copia de lo actuado. Los intentos de contacto con la institución fueron, hasta el momento, infructuosos, pero por la importancia de esa fuente se insistirá para conseguirla.

En cuanto a los factores que mencionamos más arriba, los mismos dan paso a la utilización del concepto de cadena migratoria porque nos permiten aventurar una serie de preguntas para cuya respuesta es útil su poder explicativo: Si la familia de Doña Elvira llegó al país en la inmigración tardía y si en su provincia natal, la opción de emigrar hacia los Estados Unidos era la que prevalecía, ¿por qué se tomó la decisión de hacerlo a la Argentina, y más específicamente al partido de Pergamino? ¿Qué influyó para que se recorriera ese camino trasatlántico y no otro? ¿Hay una pauta particular dentro de la provincia de Ascoli Piceno de los habitantes de la *Comune di Fermo* y/o de los de *Montottone*? ¿Hubo algún vínculo que permitiera facilitar el viaje y la instalación en la región?

Es la respuesta a la tercera pregunta la que nos podría habilitar a realizar un estudio de una profundidad y calidad diferentes en cuanto a la cantidad de casos que caerían bajo análisis e investigación. Hasta el momento solo contamos con indicios que indicarían una posible diferenciación, pero se encuentran vinculados a la familia Capriotti y, más específicamente, a Doña Elvira. El primero es su familia entendida en un sentido amplio: tíos y primos, originarios ellos también de la *Comune di Fermo*, se instalaron en Pergamino y, como veremos a continuación, uno de ellos fue el que inició la cadena migratoria. En segundo lugar, así como

los primeros Capriotti volvieron a su pueblo natal para casarse, una vez instalada en la Argentina, Doña Elvira también contrajo matrimonio con un emigrado de Fermo: Don Enrique Mircoli¹⁷, que a su vez había llegado a Pergamino de la mano de un hermano mayor que se había asentado en el país con anterioridad. Haciendo referencia a los matrimonios, y si bien no fue la pauta generalizada de la primera generación de hijos de inmigrantes, Julia Mircoli, hija de Doña Elvira, se casó con Oscar Crosetti, que según el libro del Centro Marchigiano de Pergamino, también provenía de una familia emigrada de *Fermo*.

En cuanto a la pregunta que realizábamos, respecto a los vínculos que influyeron en la decisión de emigrar y asentarse en el partido de Pergamino de la familia Capriotti, los testimonios orales y bibliográficos que tenemos a disposición nos han permitido reconstruir el recorrido con detalle.

Sin embargo, llegados a este punto del trabajo, vamos a clarificar el concepto de “cadena migratoria” que ya utilizamos pero que no definimos ni mencionamos de donde fue tomado. El mismo, y siguiendo a Samuel Baily¹⁸, responde a la formulación clásica que estableció John S. MacDonald, de la “Escuela de Camberra” de demografía histórica:

Puede definirse la cadena migratoria como el movimiento por el cual los migrantes futuros, toman conocimiento de las oportunidades laborales existentes, reciben los medios para trasladarse y resuelven su alojamiento y su empleo inicial, por medio de sus relaciones sociales primarias con migrantes anteriores (BAILY, 1985, p.45-47).

La definición de MacDonalds tiene un punto de contacto con el trabajo que aquí presentamos que la hace no solo muy interesante a nuestros fines, sino que también y fundamentalmente, muy útil. Él la utilizó en función de su investigación sobre las fuerzas sociales e informales que operaban en la emigración italiana, justamente lo que nosotros buscamos determinar a raíz de la familia de Doña Elvira.

Frank Sturino (1988, p.6) detalla una serie de beneficios que tiene la definición provista por MacDonalds, resaltando sobre todo su vigencia para el caso italiano: sirve para explicar la selectividad de la migración de ese país, tanto en su origen como en su destino; destaca su vigor para poner de manifiesto las redes sociales que se impusieron a restricciones impuestas por los Estados; y contribuye a analizar los patrones de asentamiento.

Sturino va a exponer a continuación, empero, que una de las deficiencias de los estudios sobre cadenas migratorias tiene como eje el problema de la escala territorial en el cual se entablan las relaciones sociales que darían origen al fenómeno emigratorio, haciendo hincapié en que los trabajos realizados hasta el momento toman como referencia dos tipos de cadenas migratorias principales: las de provincia y las de aldea.

Este problema planteado por el autor es de vital importancia si quisiéramos extender el análisis acá presentado de la familia Capriotti a los habitantes de la *Comune di Fermo* y comparar su pauta migratoria con el resto sus coprovincianos de Ascoli Piceno. ¿Es el ámbito comunal, teniendo en cuenta que estamos hablando de una división político-administrativa, el que deberíamos tomar en consideración? ¿O, como Sturino, usar la categoría de “área local”, y verificar cuál es el espacio social en el que las relaciones establecidas en el Viejo Mundo perduraban en el Nuevo Mundo?

Los datos con los que contamos nos permiten asegurar que, en la inmigración hacia la Argentina, y específicamente hacia Pergamino, operó una cadena migratoria que veremos a continuación cómo funcionó. Son redes de relaciones entre familiares directos que, entendemos, habitaban el mismo municipio en el Viejo Mundo y que continuaron vigentes una vez instalados en el país. Lo que la información que poseemos hasta el momento impide responder es si estas redes sociales fueron más amplias que el vínculo entre familiares directos¹⁹ y si el asentamiento expresa una pauta migratoria más amplia que tendría como referencia o a *Montottone* o a un área local que se debería especificar pero que sería distinta a la provincial si tomamos como certero que la mayoría de los migrantes de Ascoli Piceno tuvo como opción principal los Estados Unidos.

Basilio Capriotti fue el primer adelantado, llegando al país ni bien comenzado el siglo XX, en 1905²⁰. Es él quien comienza la cadena migratoria, ya que en 1912 arriban a la Argentina su padre Pompeo y su hermano Santos. Tanto éste último como Basilio vuelen a su pueblo natal para contraer matrimonio, lo que nos abre la ventana para profundizar en las pautas matrimoniales de los migrantes de *Fermo*. Cuando Basilio vuelve a la Argentina, ya casado con Carolina Iuvale, viajan junto a ellos el padre, la madre y el hermano de Carolina y toda la familia de Doña Elvira: su padre Francisco, su madre Julia Gazzola, y sus hermanos Alfredo y Candida. Irma, la menor de los cuatro hermanos, nacerá en el país. Respecto a Julia Gazzola, la mamá de Doña Elvira, tampoco contamos con información sobre su lugar de nacimiento, otro dato que podría ayudar a precisar cuál es el área de relaciones sociales en el Viejo Mundo.

4 PERO...¿CON QUÉ FUENTES CONTAMOS PARA AFIRMAR LO QUE AFIRMAMOS?

Hay un interrogante primordial, que, si bien dio vueltas el trabajo y se hizo alguna mención, aún no fue contestado: ¿Con qué fuentes contamos para realizar un análisis de estas características? En primer lugar, podríamos responder que tenemos diferentes tipos de fuentes, con distintos tipos de precisión y facilidad de acceso y que esa variedad permitiría enriquecer, a la vez que confirmar la validez, de las afirmaciones aquí vertidas, más allá, reiteramos, de su provisionalidad. Una de ellas ya fue citada: es el libro editado por el Centro Marchigiano de Pergamino

con testimonios de descendientes directos de los migrantes. Allí se encuentran tres que tienen particular interés: el primero es el de Cándida Capriotti, hermana menor de Doña Elvira, que tenía 4 años al momento de partir de Italia. Si bien sus afirmaciones sobre los motivos que condujeron a la emigración deben ser tomadas con pinzas por su corta edad, Cándida asegura que la razón que llevaba a la travesía era escaparle a la miseria y brinda detalles sobre la labor agrícola que desarrollaron en esos años a la vez que marca la dificultad para acceder no solo a la propiedad de la tierra sino incluso a terrenos en alquiler o arriendo. Esto refuerza la segunda afirmación que planteamos, la de las labores similares que desarrollaban los migrantes en su país de origen y en el de acogida y que, obviamente, facilitaban su instalación.

Sin dejar de reconocer las precauciones que impone un testimonio de estas características, no podemos, tampoco, desconocer su importancia para nuestro trabajo. Datos como que la decisión de sus padres de emprender el viaje se tomó en 15 días seguramente fueron relatados por ellos a su hija. Otros, son más significativos de las redes de paisanos ya establecidas en el país: Cándida afirma que “contábamos con familiares y conocidos en Argentina, entre ellos mis futuros suegros” y luego apunta que “además de mi propia familia, ingresaron muchas otras, y en un principio estuvieron en la misma vivienda”²¹.

Más allá de la riqueza de las anécdotas que cuenta, el texto sirve para confirmar lo que relatos orales directos habían señalado: el lugar de destino fue “La Violeta”, un paraje rural del partido de Pergamino.

El segundo testimonio que nos interesa aquí ya fue mencionado y es el de María Veneranda Capriotti²², hija de Basilio, primo hermano de Francisco Capriotti²³, padre de Doña Elvira. Es su relato el que nos introduce en aspectos esenciales que hacen a la vida del primer Capriotti que se instaló en la Argentina y arrojan el dato sobre el posible lugar de residencia de los Capriotti en Italia, *Montottone*.

Un tercer relato complementa información y a la vez reafirma los indicios que tenemos sobre el movimiento migratorio. Es el de Ida Iuvale, hija de Enrique, nacido en *Fermo* el 12 de mayo de 1900. Si prestamos atención al apellido, es igual al de la esposa de Basilio. Enrique llegó al país en 1922, por la misma época que otros emigrados, y por los motivos que nos apunta Cándida para la travesía trasatlántica, Ida añade el temor a un nuevo conflicto bélico. A la par, agrega que “conseguir todos los requisitos, les llevó tiempo”²⁴.

Ida relata que su padre viajó con 37 familiares pero que “en la Aduana los destinaron al interior a lugares diferentes”. Los Iuvale recalaron en San Jorge, provincia de Santa Fe, pero a los pocos años se mudaron a Pérez Millán, partido de Ramallo. ¿Cuál es la distancia entre Pérez Millán, en el partido de Ramallo, y La Violeta, partido de Pergamino? Según la página www.rutadistancia.com.ar, la distancia es de 11 kilómetros y el tiempo estimado de viaje son 20 minutos. Si bien puede pensarse que el viaje se hace en mucho menos tiempo ahora que hace casi 100 años, un recorrido de 11 kilómetros nos demostraría que en

principio habría un factor de atracción para que una familia entera se mude casi 320 kilómetros. Un factor adicional es que Enrique pudo comprarse rápidamente un automóvil Ford T 1927, acortando aún más la distancia. Esta información es, además, de resaltar a los fines de ver cómo fue el asentamiento de cada una de las familias emigrantes, sus éxitos y sus fracasos, ya que adquirir un automóvil en aquella época no era sencillo y es un indicador de una cierta bonanza económica.

Cabe apuntar aquí que La Violeta se encuentra a 3 kilómetros del límite interpartidos, que divide Pergamino de Ramallo, y a 46 kilómetros de la ciudad cabecera del partido que integra. Según información del Censo de 2010, hay una población de 1041 habitantes y se encuentra conectada a Pérez Millán por una red de transporte interurbano; todas estas informaciones nos permiten suponer que la relación principal de La Violeta es con el municipio de Ramallo y no con el de Pergamino.

Creemos que hay indicios fuertes para afirmar que la mudanza de la familia Iuvale respondió a las redes de relaciones sociales que, habiendo sido tejidas en Italia, continuaban siendo claves para el asentamiento en la Argentina. Aunque, su instalación en otro partido de la provincia de Buenos Aires nos está marcando que quizás hay que ampliar la mirada y recuperar los conceptos de área local y espacio social pero ahora para pensarlos en función de los emigrados que iban llegando al país. Una sugerencia en ese sentido podría indicar, a su vez, que La Violeta podría ser un centro administrativo y por eso los registros de los migrantes llevan el sello de esa localidad; sin embargo, el tránsito entre La Violeta y Pérez Millán o pueblos y ciudades cercanas a ambos márgenes de límite interpartido podría ser más fluido del que pensábamos cuando habíamos iniciado este trabajo.

El libro cuenta, a su vez, con análisis y datos de Carlos Senigagliaesi, que son una interesante introducción a una serie de interrogantes que podrían permitir profundizar en distintos aspectos de la emigración marchigiana y de *Fermo* específicamente y que se convierten en fuentes obligatorias para futuras investigaciones.

De hecho, si nos detenemos en la información que fuimos extrayendo del libro y sabiendo que existe un Centro Marchigiano en la ciudad, podemos concluir que hay a disposición otros testimonios y una base con datos de la emigración de la región que servirían para puntualizar y responder preguntas que nos van quedando sin contestar. El censo al que hicimos mención es una de esas posibles fuentes a explorar. Y los testimonios orales, como el de María Cristina Ruffini de Lasagna, otra, de diferente característica.

También contamos con fuentes nominativas: partidas de nacimiento originales de la *Comune di Fermo* de Doña Elvira y sus hermanos y su libreta de matrimonio con Enrique Mircoli, donde se consignan también los nacimientos de sus cuatro hijos²⁵. Además, y con respecto a Don Enrique, se logró conseguir un documento que habría que estudiar en profundidad pero que, teniendo en

cuenta el desarrollo que realiza Fernando Devoto (2001)²⁶ sobre las distintas restricciones que se fueron imponiendo a los migrantes que querían llegar a la Argentina a pesar de la vigencia de la Ley de Inmigración de 1876, puede ser de especial interés porque allí la *Comune di Fermo* consigna: “Atto di affidamento di minorenne che emigra all’estero a scopo di lavoro”; es decir, a la vez que se le permite salir de Italia a un menor de edad, se informa al país receptor que esa persona viene en busca de trabajo y, más abajo, se especifica que viene para desarrollar tareas agrícolas.

El documento señala también que Domenica Tottoni, la madre de Don Enrique, autorizaba a Francisco, su hermano mayor, a emigrar junto a su hermano.

Documento emitido por la Comuna di Fermo en el que autoriza a Francisco Mircoli a salir del país e informa al país receptor sobre el tipo de trabajo que viene a realizar.
Fuente: Familia Mircoli-Capriotti.

Don Enrique llegó al país en la década del 20, en su caso, en el año 22, pudiéndose hacer esta afirmación porque se cuenta con su pasaporte sellado en el puerto de Génova. En su caso puede reconstruirse también la cadena migratoria que lo trajo hasta la pampa agrícola y, como se dijo sobre Basilio y Santos, pero ahora con respecto a Enrique y a nuestra protagonista, Doña Elvira, habría que profundizar en el estudio de las pautas matrimoniales para conocer los motivos de enlace entre paisanos de la misma comuna de origen.

En el texto “Hasta que la Argentina nos una: reconsiderando las pautas matrimoniales de los inmigrantes, el crisol de razas y el pluralismo cultural”, Míguez, Argeri, Bjerg y Otero (1991)²⁷, señalan los primeros resultados de su investigación sobre matrimonios en Necochea y Tandil para un periodo determinado y analizan si lo que predomina son los enlaces entre nativos y extranjeros o entre extranjeros entre sí, y en estos últimos, si se puede hablar de una pauta que remarque el origen común, para verificar cuanto de endogamia y cuanto de exogamia hay en ellos.

A los autores los datos recogidos les sirven para volver a discutir en los términos del debate entre crisol de razas y pluralismo cultural²⁸; a nosotros, nos interesan más una serie de comentarios en los que se expongan y que sirven para continuar reforzando la idea de la continuidad y el reforzamiento de los lazos de los emigrados.

Hemos visto en las páginas precedentes que el primer adelantado, Basilio Capriotti, vuelve a *Fermo* y se casa el 1 de octubre de 1921 en su pueblo natal. Siete años antes, su hermano Santos, había emprendido un viaje similar y había contraído enlace con María Lucía del Gatto. El matrimonio entre Doña Elvira y Don Enrique Mircoli se celebra ya en la Argentina, pero ambos son originarios de *Fermo*. Y dijimos que incluso una de las hijas de ellos, Julia, se casa con otro descendiente de inmigrantes de la comuna, como Oscar Crosetti.

Míguez, Argeri, Bjerg y Otero (1991, pp. 781-808) afirman que el enfoque que eligieron y los datos que recolectaron les permiten afirmar “el peso de la trama de relaciones primarias en la conformación de las parejas por parte de los inmigrantes”. En nuestro trabajo hemos podido recolectar pocos casos, aunque creemos que son indicativos de una posible pauta matrimonial, en la que el origen común de los contrayentes es el factor determinante²⁹.

5 ALGUNAS CONCLUSIONES PROVISORIAS

Consideramos que en esta primera aproximación que realizamos al tema de la migración de Doña Elvira y su familia, hemos podido demostrar que su radicación en el país tuvo como elemento fundamental la presencia de una red de vínculos directos que con anterioridad se habían instalado en la Argentina, reconstruyendo la cadena migratoria que comenzó con la llegada de Basilio, primo hermano del padre de nuestra protagonista. Además, pudimos establecer una serie de indicios fuertes que nos permiten pensar en futuras líneas de investigación sobre una trama de relaciones más amplias, que vincula a los emigrados de lo que era la *Comune di Fermo*, o más específicamente *Montottone*, tanto en el Viejo Mundo, como en su travesía por el Atlántico, en la llegada a una zona en particular del Nuevo Mundo y en la continuidad de las mismas, lo que se terminaría plasmando, por ejemplo, en los enlaces matrimoniales entre ellos.

También, y en consonancia con los indicios, nos quedan una serie de preguntas que abren caminos de búsqueda de recolección de información y sistematización de datos para que los interrogantes que fuimos encontrando sean debidamente contestados.

Con respecto a la segunda afirmación, pensamos que los elementos con los que contamos nos dan una perspectiva de que el país era atractivo también desde el punto de vista de las posibilidades laborales que tenían los emigrados, ya que su trabajo agrícola en Italia los dotaba de los conocimientos necesarios para poder desarrollar una tarea semejante en la Argentina.

Futuras investigaciones podrán responder los interrogantes que planteamos y por lo tanto, enriquecerán la mirada que dejamos plasmada sobre el viaje que Doña Elvira y su familia realizaron a principios de la década del '20.

NOTAS

¹ Información recogida del buscador del Centro de Estudios Migratorios Latinoamericanos, cemla.com/buscador.

² De ahí el gentilicio que definió a los habitantes de la región: los marchigianos.

³ Este proceso hay que entenderlo en el marco de lo que se conoció como la “Unificación de Italia” que durante el siglo XIX llevó a los diversos estados en los que estaba dividida la península a confluir en uno solo.

⁴ Cacopardo, María Cristina y Moreno, José Luis: Características regionales, demográficas y ocupacionales de la inmigración italiana a la Argentina (1880-1939), en *La inmigración Italiana en la Argentina*, Devoto, Fernando y Rosoli, Gianfausto (compiladores), 1985, Buenos Aires, Editorial Biblos, pp. 63-85.

⁵ Cacopardo y Moreno consideran que el período de la inmigración masiva en Argentina abarca los años que van desde 1880 a 1930. El señalamiento que realizamos se basa en que hay otro conjunto de investigadores que reducen el mismo hasta 1916. Eso dará paso a que, en nuestro caso, se enmarque el viaje de la familia de Doña Elvira dentro de lo que se llama en cierto sector de la historiografía como “inmigración tardía”.

⁶ El testimonio se encuentra en María Cristina Ruffini de Lasagna y Carlos Senigagliesi, *Valijas de Cartón*, Pergamino, Provincia de Buenos Aires, Centro Marchigiano de Pergamino, 2006, pp. 26-27. El libro relata experiencias de viaje de marchigianos que se radicaron en el partido de Pergamino y, también, una serie de historias de descendientes de aquellos migrantes que, por diferentes motivos, decidieron instalarse en Italia.

⁷ En un testimonio que brindó para este trabajo, la nieta de Doña Elvira, Lorena Salim, comparó las fotos que sacó en su viaje en octubre del año 2015 con las que circulan por internet de *Montottone* y sostuvo que era el mismo lugar. Las percepciones, influidas por los comentarios que el investigador pueda realizar, son claramente relativas y de ninguna manera pueden implicar una certeza. Sin embargo, y apelando a la mixtura de fuentes que fuera realizada, pensamos que caminamos sobre pasos seguros al realizar la afirmación que realizamos.

⁸ Jesús Javier Sánchez Barricararte, *Socioeconomía de las migraciones en un mundo globalizado*, Madrid, Biblioteca Nueva, 2010, pp. 19.

⁹ Franco Ramella, “Por un uso fuerte del concepto de red en los estudios migratorios”, en María Bjerg y Hernán Otero (comps.), *Inmigración y Redes Sociales en la Argentina Moderna*, Buenos Aires, Ediciones Graffit SRL, CEMLA e Instituto de Estudios Histórico-Sociales, 1995, pp. 9-21.

¹⁰ Si bien no lo abordaremos en este trabajo, factores de carácter estructural en el estudio de la emigración de una familia italiana a principios de la década del '20 pueden estar relacionados con la situación económica en la que quedó el país luego de finalizada la primera guerra mundial y las perspectivas que ofrecía la Argentina en aquella época. Zeberio utiliza una potente imagen para graficar al respecto: “En una atractiva dialéctica entre mito y realidad la pampa argentina fue durante la segunda mitad del s. XIX y primeras del XX un espacio social donde proyectaron sus sueños miles de pobladores de origen europeo”. Blanca Zeberio, “Migración, familia y redes. Vascos y leoneses en la pampa triguera Argentina, 1880-1930”, en Pilar Bernaldo y Fernando Devoto, *Exils et migrations ibériques ver L'Amérique Latine*, Francia, Publications Université Paris 7, 1998, pp. 179.

¹¹ Devoto, Fernando y Rosoli, Gianfausto: “Introducción”, en *La inmigración Italiana en la Argentina*, de Devoto, Fernando y Rosoli, Gianfausto (compiladores), 1985, Buenos Aires, Editorial Biblos, p.10.

¹² Blanca Zeberio, “Migración, familia y redes. Vascos y leoneses en la pampa triguera Argentina, 1880-1930”, en Pilar Bernaldo y Fernando Devoto, *Exils et migrations ibériques vers L’Amérique Latine*, Francia, Publications Université Paris 7, 1998, pp. 179-180.

¹³ Una serie de estudios ha puesto de manifiesto las mayores facilidades con las que contaron los inmigrantes para acceder a la tierra en la zona sur con respecto a la zona norte de la pampa, lo que tendría como principal explicación que la última es una región que se incorporó con anterioridad al proceso de producción capitalista para el mercado mundial. Cabe recordar que no fue sino hasta la llamada “Campaña del desierto” que encabezó el General Roca y que significó el definitivo desplazamiento de los pueblos originarios de sus tierras, cuando fueron puestas en producción en sentido mercantil. Distinción importante porque si no pareciera que esas tierras eran “vírgenes”, y no estaban trabajadas o no eran habitadas y usufructuadas por nadie, más allá de la diferencia radical de concepto que tiene la tierra para los pueblos originarios. Para Pergamino contamos con el trabajo de Javier Balsa: “*El desvanecimiento del mundo chacarero. Transformaciones sociales en la agricultura bonaerense: 1937-1988*”, Buenos Aires, Editorial de la Universidad de Quilmes, 2007.

¹⁴ Si en las afirmaciones que le dan cuerpo a este trabajo no mencionamos la cadena migratoria como concepto central para explicar la decisión de emigrar es porque pensamos que queda integrada en la idea de red contactos directos que allí se expuso. Sin embargo, el concepto tiene una identidad propia que desarrollaremos más adelante y que se verificará como importante en el asentamiento de la familia Capriotti en el partido de Pergamino.

¹⁵ Ruffini de Lasagna y Senigaglia, op cit, pp. 12

¹⁶ Por eso señalamos al comienzo del trabajo la necesidad de profundizar en el conocimiento del origen específico de la familia Capriotti, lo que facilitaría la búsqueda de otros “paisanos” que hayan emigrado y a partir de esa información, precisar dónde y por qué eligieron ese lugar determinado. Ahí sí se podría avanzar hacia afirmaciones más globalizantes del flujo migratorio de la región.

¹⁷ Según pudimos reconstruir a través de testimonios orales, en éste caso pertenecientes a las hijas de Enrique Mircoli, Julia y Beatriz, su padre y su familia eran originarios de un municipio de la actual provincia de Fermo llamado “Monterrubiano”, en la que actualmente viven 2407 habitantes y que en la década del `20 tenía más de 3 mil. La distancia entre los municipios de Montottone y Monterrubiano es de alrededor de 20km, y en medio de ellas se encuentran otras localidades. Esta verificación es relevante a fines de establecer cuáles son los límites de la cadena o de las cadenas que tenemos que investigar. Si las cadenas de los Capriotti, de los Mircoli y de otros son independientes entre sí o sí se puede recurrir al concepto que Frank Sturino utilizó en su análisis de los inmigrantes de Rende de “espacio social”. En su estudio, Sturino encontró que “existía una unidad de interacción socio-económica, a menudo cara a cara, aproximadamente limitada a un radio de diez kilómetros desde Rende” y en la que quedaban comprendidos 8 municipios. En el estado actual de nuestra investigación aventurar cualquier respuesta sería imprudente, aunque la emergencia de la pregunta es un motor para continuar profundizando la investigación hacia otros derroteros. En las próximas páginas desarrollaremos más extensamente estas incógnitas. Franc Sturino: “Emigración italiana: reconsideración de los eslabones de la cadena migratoria”, Buenos Aires, Revista *Estudios Migratorios Latinoamericanos*, Centro de Estudios Migratorios Latinoamericanos, Año 3, N°8, abril de 1988, p.6.

¹⁸ Baily, Samuel L.: “La cadena migratoria de los italianos a la Argentina. Los casos de los agnoneses y siroleses” en *La inmigración Italiana en la Argentina*, Devoto, Fernando y Rosoli, Gianfausto, op.cit, p.45-47.

¹⁹ En este sentido, y siguiendo la lectura que Baily hace de la obra de Sturino, éste autor rechaza el enfoque basado en los intereses de la familia nuclear. Su postura es que hay que explorar la parentela entendida en un sentido más amplio y la importancia que tienen amigos y vecinos, en un intrincado sistema de deberes y obligaciones que unen a los individuos entre sí. Baily, Samuel L.: “La cadena migratoria de los italianos a la Argentina”...op.cit, p.46.

²⁰ Según cemla.com/buscador, Basilio llegó a la Argentina el 25 de noviembre de 1905, en el barco Vincenzo Florio, proveniente del puerto de Génova. Al llegar al país, fue anotado como “contadino”, es decir, como alguien que realizaba labores agrícolas. Aquí hay una diferencia entre las fuentes orales y la recopilación que realizó el Cemla. Según la hija de Basilio, su padre partió efectivamente del puerto de Génova en enero de 1904, por lo que de ninguna manera podría haber arribado a la Argentina en noviembre de 1905.

²¹ Los suegros de Cándida son, precisamente, Santos y su mujer, María Lucía del Gatto, de quien no tenemos mucha información por el momento. Cándida se casó con Pompeo Capriotti, hijo de Santos, hermano de Basilio y ambos primos hermanos de Francisco Capriotti. Cándida, a los usos de la época, era Capriotti de Capriotti.

²² María Veneranda está viva y al testimonio escrito que nos legará en este texto podría sumársele la riqueza de una entrevista que permita iluminar aspectos que seguramente ella conozca y no hayan sido plasmados en el texto.

²³ El testimonio de María Veneranda revela cuan intrincado es el sistema de parentesco de un municipio de esas dimensiones a principios de siglo XX pero a la vez demuestra la potencia de los conceptos aquí desarrollados para poder desenredar el nudo. Francisco Capriotti no sólo era primo hermano de Basilio, sino el hermano de la madre de su esposa. Todos provenientes de Fermo, según revelan las fuentes orales, que tenemos que profundizar para conocer los lugares precisos de origen de cada uno de ellos.

²⁴ Suponemos que se refiere a las exigencias que el Estado argentino comenzó a implementar y que más abajo se comentan a raíz de un texto de Fernando Devoto, “El revés de la trama: políticas migratorias y prácticas administrativas en la Argentina (1919-1949)”, *Desarrollo Económico*, Buenos Aires, Vol. 41, N.º 162, julio-septiembre de 2001.

²⁵ Las dos mujeres, Julia y Beatriz Mircoli, son además, fuentes orales accesibles a la investigación; aún viven en Pergamino, aunque ahora en la ciudad –cuando eran chicas, vivían con Enrique y Elvira en La Violeta, en la zona agraria del partido-, y son, respectivamente, tía y madre de Lorena Salim, quien fuera mencionada a raíz del testimonio que brindó para este trabajo comparando las imágenes que tenía con las que se encuentran en internet para afirmar que su abuela era originaria de *Montottone*.

²⁶ Haciendo referencia a una decisión del gobierno de Yrigoyen, Devoto afirma que “... aquella medida y las sucesivas formaron parte de un clima general de la posguerra de intervención de los distintos Estados en la regulación de los movimientos migratorios”, en

Fernando Devoto, "El revés de la trama: políticas migratorias y prácticas administrativas en la Argentina (1919-1949)", *Desarrollo Económico*, Buenos Aires, Vol. 41, N.º 162, julio-septiembre de 2001, pp. 282.

²⁷ Eduardo Míguez; María Elba Argeri; María Mónica Bjerg y Hernan Otero, "Hasta que la Argentina nos una: reconsiderando las pautas matrimoniales de los inmigrantes, el crisol de razas y el pluralismo cultural" en *Hispanic American Historical Review*, Vol. 71, N° 4, 1991, pp. 781-808

²⁸ En esta primera aproximación al tema, evitamos explayarnos sobre este punto en particular, aunque no podemos obviar que es una línea a desarrollar en una investigación sobre los emigrados de una región italiana a una zona específica de la Argentina. Sin ir más lejos, la reproducción de una pauta matrimonial nos estaría indicando una mayor cercanía al concepto de pluralismo cultural que al del crisol de razas. Coincidimos con Devoto y Otero en que su rigidización teórica poco ayuda, sin embargo, al estudio de casos, porque nos lleva a buscar encajar una situación determinada en un modelo establecido a priori. El debate en sí está planteado desde la gran ola migratoria que recibió el país y sus diferencias se basan en el nivel de integración que tuvieron las distintas colectividades. Para conocer más en profundidad al respecto, remitimos a: Fernando Devoto y Hernán Otero, "Veinte años después. Una lectura sobre el crisol de razas, el pluralismo cultural y la historia nacional en la historiográfica argentina", en *Estudios Migratorios Latinoamericanos*, Buenos Aires, Año 17, N°50, 2003, pp. 181-227.

²⁹ Si bien se trata de pocos casos, cabría recordar respecto a todos los brindados en las páginas anteriores, que en todos ellos hablamos de pequeños municipios de pocos habitantes. De hecho, Fermo en su conjunto no llega a los 200 mil habitantes, por lo que todas las tramas que mencionamos hay que tomarlas en cuenta a partir de esos números.

REFERENCIAS

DEVOTO, F. "El revés de la trama: políticas migratorias y prácticas administrativas en la Argentina (1919-1949)", en **Desarrollo Económico**, Julio-Septiembre de 2001, vol. 41, Número 162, pp. 282.

_____. **Historia de los italianos en la Argentina**, 2008 (segunda edición), Editorial Biblos, Buenos Aires, pp. 498.

DEVOTO, F. y OTERO, H. "Veinte años después. Una lectura sobre el crisol de razas, el pluralismo cultural y la historia nacional en la historiográfica argentina", en **Estudios Migratorios Latinoamericanos**, Buenos Aires, primavera de 2003, Año 17, N°50, 2003, pp. 181-227.

DEVOTO, F. y ROSOLI, G. (comps). **La inmigración Italiana en la Argentina**, Editorial Biblos, 1985, Buenos Aires, pp. 270.

MIGUEZ, E.; ARGERI, M. E.; BJERG, M. M. y OTERO, H. "Hasta que la Argentina nos una: reconsiderando las pautas matrimoniales de los inmigrantes, el crisol de razas y el pluralismo cultural" en **Hispanic American Historical Review** 71:4, 1991, Duke University Press, pp. 807.

- RAMELLA, F. "Por un uso fuerte del concepto de red en los estudios migratorios", en BJER, M. y OTERO, H. (comps.). **Inmigración y Redes Sociales en la Argentina Moderna**, CEMLA e Instituto de Estudios Histórico-Sociales, Buenos Aires, Ediciones Graffit SRL., 1995, pp. 9-21.
- RUFFINI de LASAGNA, M. C. y SENIGAGLIESI, C. (Recopilación): **Valijas de Cartón**, 2006, Centro Marchigiano de Pergamino.
- SÁNCHEZ BARRICARTE, J. J. **Socioeconomía de las migraciones en un mundo globalizado**, Biblioteca Nueva, 2010, Madrid, p. 19.
- STURNINO, F. "Emigración italiana: reconsideración de los eslabones de la cadena migratoria", en **Estudios Migratorios Latinoamericanos**, Buenos Aires, abril de 1988, Año 3, N°8.
- ZEBERIO, B. "Migración, familia y redes. Vascos y leoneses en la pampa triguera Argentina, 1880-1930" en BERNALDO, P. y DEVOTO, F. Exils et migrations ibériques ver **L'Amérique Latine**, Publications Université Paris 7- Francia, 1998.

RESUMEN

Doña Elvira Elena Capriotti llegó a la Argentina el 26 de noviembre de 1921, a la edad de 7 años, proveniente del puerto de Génova, en el barco llamado Napoli. En este texto, al calor de la travesía de Doña Elvira y su familia, intentaremos dar cuenta de los motivos que los llevaron a instalarse en una determinada zona del país, revisando conceptos y métodos centrales del estudio de las migraciones internacionales. Para este caso particular, contamos con una serie de fuentes en las que buscaremos asentar nuestras afirmaciones, a la vez que a través de una exploración intensiva de las mismas y de preguntas que fueron surgiendo, creemos que se dejan las bases para una investigación que pueda responder esos interrogantes para tener un cuadro más completo de lo que fue la migración de una región particular de Italia a una de la Argentina. También se establecerán posibles itinerarios de búsquedas para alcanzar esos objetivos, como localización de archivos y referencias de fuentes, sobre todo orales. Partiremos de una afirmación central para acercarnos al tratamiento del tema: que en la decisión familiar de migrar y de asentarse en la región norte de la pampa argentina, específicamente en el partido de Pergamino, influyó una red de contactos familiares ya establecidos en la zona, para lo cual, el concepto de “cadena migratoria” se vuelve central en el análisis y explicación de cómo pudieron haber sucedido las cosas.

Palabras clave: Doña Elvira; cadenas migratorias; Italia; Argentina

ABSTRACT

Doña Elvira Elena Capriotti arrived in Argentina on November 26, 1921, at the age of 7, from the port of Genoa, on the ship called Napoli. In this text, in the heat of the journey of Doña Elvira and her family, we will try to give an account of the reasons that led them to settle in a certain area of the country, reviewing central concepts and methods of the study of international migration. For this particular case, we have a series of sources in which we will seek to establish our assertions, while at the same time, through an intensive exploration of them and the questions that arose, we believe that the bases are left for an investigation that can answer these questions to have a more complete picture of what was the migration from a particular region of Italy to one of Argentina. Possible search routes will also be established to achieve these objectives, such as file location and source references, especially oral ones. We will start from a central statement to approach the treatment of the issue: that the family decision to migrate and settle in the northern region of the Argentine pampas, specifically in the Pergamino district, was influenced by a network of family contacts already established in the area, for which, the concept of “migratory chain” becomes central in the analysis and explanation of how things could have happened.

Keywords: Doña Elvira; migratory chains; Italy; Argentina

A inviabilidade de adoção legal de crianças sírias por brasileiros

*Alethea Rodrigues Sôlha**

1 INTRODUÇÃO

O tema Adoção Internacional é complexo, tornando-se muitas vezes polêmico, principalmente quando se trata de crianças que estão em situação de guerra ou vivendo algum tipo de problema grave em seus países de origem. É o caso das crianças sírias. Milhares delas estão refugiadas em outros países, e outras milhares vivem em meio a um conflito sangrento que teve início em quinze de março de 2011. Boa parte perdeu os pais e hoje vive em abrigo ou em campos de refugiados financiados pelas Nações Unidas com algum parente que sobreviveu. Com praticamente 500 mil mortos e quase seis milhões de refugiados, a guerra na Síria, que começou com uma revolução popular para tentar depor o presidente Bashar al-Assad do poder, não tem previsão para terminar. Por isso, a quantidade de crianças que estão se tornando órfãs não para de crescer.

Quase sempre, envolto em preconceitos e equívocos, cada país possui uma legislação e entende a adoção de uma maneira diferente. A escolha do tema “A inviabilidade da adoção legal de crianças sírias por brasileiros” mostra que, mesmo com a considerável quebra das fronteiras entre as nações no mundo globalizado, a adoção internacional pode não ser possível, como é o caso de brasileiros que sonham em adotar uma criança síria.

A procura por esse tipo de adoção cresceu, já que a guerra, não só abalou o país como o mundo todo. Hoje, vivemos a pior crise migratória desde a Segunda Guerra Mundial, e esse conflito é um dos grandes responsáveis por isso. De acordo com o website ONU News (2020), o número de pessoas forçadas a deixar suas casas, devido à guerras ou perseguições, superou a marca de 79 milhões pela primeira vez.

O número de refugiados durante a II Guerra Mundial, tanto na Europa quanto no Oriente, é bastante controverso e varia bastante dependendo da fonte consultada. De qualquer forma, houve, durante este conflito, deslocamentos em massa de populações em fuga do avanço nazista e, ao mesmo tempo, um deslocamento forçado – para fazendas e fábricas que utilizavam pessoas para o trabalho análogo a escravo ou sua colocação em campos de concentração – superado pela crise migratória atual (Fflich Diversitas, 2019).

** Jornalista, Internacionalista, Mestre em Cooperação Internacional, Direito Internacional e Direitos Humanos e especialista em Gestão de Projetos e Voluntariado.*

A força da mídia fez com que o assunto se tornasse preocupação mundial e muitas pessoas se sensibilizaram e passaram a cogitar a possibilidade de adotar uma criança síria, sem saberem ao certo que não é uma tarefa fácil. No Brasil, por exemplo, é possível afirmar que esse tipo de adoção não pode ser concretizada, pelo menos até o momento atual.

Entre os impedimentos, está o fato de a Síria não ser signatária da Convenção de Haia, da qual o Brasil faz parte. Outro fator é uma norma pouco conhecida publicada em nota pela Autoridade Central para assuntos de adoção internacional do Ministério da Justiça/ACAF, em janeiro de 2010, a qual afirma que a adoção não deve ocorrer em situações de instabilidade como guerras, calamidades e desastres naturais. As leis islâmicas que constam no Alcorão sobre adoção também serão consideradas no decorrer do artigo, a fim de justificar, juntamente com os pontos citados acima, a impossibilidade de uma criança síria ganhar uma nova família em terras brasileiras.

A pesquisa foi realizada com embasamento bibliográfico, através da análise de livros, artigos científicos e periódicos especializados. O método de pesquisa utilizado foi o quantitativo. Foram utilizadas técnicas de coleta de dados e entrevistas. O trabalho não busca enumerar ou medir eventos, mas, sim, obter dados descritivos que expressam os sentidos e razões dos fenômenos apresentados.

A autora escolheu esse tema após perceber, durante pesquisas feitas pela internet, que a procura por adoção de crianças sírias por brasileiros não era algo incomum. Outra razão crucial, é o fato dela mesma ter a pretensão de adotar uma criança síria nos próximos anos e nunca ter encontrado informações suficientes para entender se essa vontade poderia ou não ser concretizada.

2 BREVE HISTÓRICO SOBRE A GUERRA DA SÍRIA

As fronteiras da Síria foram artificialmente traçadas de acordo com os interesses ocidentais, em especial os britânicos e os franceses. Há mais de nove anos, esse país enfrenta um conflito denominado guerra civil, apesar de ter diversas influências externas. Dentre elas, as mais fortes como o Irã, que possui uma aliança bélica com Bashar-al Assad com os objetivos comuns de conter a influência americana no Oriente Médio e o enfraquecimento de Israel; a Rússia, que quis reposicionar seu país no cenário internacional, principalmente como potência atuante no Oriente Médio; e Israel, que teve sempre como sua maior preocupação na guerra civil síria a presença contínua da Guarda Revolucionária iraniana e de combatentes leais a Teerã na Síria. Acima de tudo, Israel sempre temeu que a milícia libanesa Hezbollah se estabeleça nas Colinas de Golã, na fronteira sírio-israelense, e bombardeie o país a partir daí. Vale lembrar que os Estados Unidos da América, durante todos esses anos de guerra na Síria, deixaram claro que os objetivos da política de Donald Trump são: a destruição do Estado Islâmico e a contenção da influência regional do Irã. O envolvimento dos EUA se limita, na maioria das vezes, à presença de forças especiais e ataques aéreos individuais (Globo.com, 2018).

A guerra teve início em março de 2011, quando protestos pró-democracia eclodiram na cidade de Deraa, ao sul do país, inspirados pelos levantes da chamada Primavera Árabe¹ em países vizinhos. O governo empregou o uso da força contra dissidentes, e as manifestações em todo o país começaram exigindo a renúncia de Bashar al-Assad. O clima de revolta se espalhou e a repressão se intensificou. Apoiadores da oposição pegaram em armas, primeiro para defender a si mesmos e, depois, para expulsar forças de segurança das áreas onde viviam. Bashar al-Assad prometeu acabar com o que chamou de “terrorismo apoiado pelos Estados Unidos”, em entrevista a TV Russa NTV (Hora do Povo, 2018). Em pouco tempo o país mergulhou em uma guerra. Assad é filho de Hafez al-Assad, que esteve no comando da Síria de 1970 a 2000. Há 20 anos no poder, Bashar al-Assad foi reeleito em 2014 para um novo mandato de sete anos. Foi a primeira eleição com mais de um candidato ocorrida no país em mais de meio século, mas que na época foi considerada uma farsa pela oposição.

Segundo a ACNUR, Agência das Nações Unidas para refugiados (Brasil, 2018), desde que a guerra começou, 5.615,582 milhões de sírios fugiram do país para escapar das bombas e balas que devastaram suas casas e estão refugiados em países vizinhos. A Turquia possui o maior número deles, atualmente abriga cerca de 3,5 milhões de pessoas. O Líbano aparece em segundo lugar nas pesquisas, com quase um milhão de refugiados sírios em seu território.

A Unicef Portugal - Fundo das Nações Unidas para a Infância (Lisboa, 2020) afirma que depois de quase uma década de violência extrema, crianças sírias continuam sofrendo, todos os dias, os horrores dessa guerra. Desde janeiro de 2018, cerca de 1.000 crianças perderam a vida ou foram feridas no interior da Síria devido aos confrontos; **mais de 2,6 milhões foram forçadas a abandonar o país** – com a sua família ou não acompanhadas – e vivem atualmente em condições, muitas vezes, precárias em **campos de refugiados, acampamentos informais ou comunidades de acolhimento** em países vizinhos.

A guerra na Síria contribuiu, e ainda contribui, consideravelmente para o agravamento da crise migratória no mundo. Para se ter uma ideia, atualmente, sete em cada dez deslocados no mundo são da Síria, da Venezuela, do Afeganistão, do Sudão do Sul e de Mianmar (ONU News, 2020). Essa situação sensibilizou o mundo todo, inclusive brasileiros que passaram a cogitar a possibilidade de adotar crianças que correm risco de morte, perderam toda a família, ou até mesmo parentes próximos, como pai e mãe.

2.1 Aspectos gerais da adoção internacional no Brasil

Adotar é colocar mais uma pessoa dentro da família, ou até mesmo formar uma família. É algo demorado, burocrático, exige paciência e esforço. Imagens que costumamos ver em noticiários de TV, notícias que lemos quase diariamente em jornais impressos e sites de internet, de crianças em meio à guerra (como é o

caso da Síria), ou vivendo em péssimas condições em campos de refugiados em países vizinhos, nos trazem uma dor profunda. Mas, essa mesma dor é substituída por um sentimento de maternidade ou paternidade a partir do momento que se decide fazer uma adoção.

É de fundamental importância deixar claro que não se trata de salvar uma criança, e sim de cuidar dela. Ser responsável por tudo, desde a escola, comida, médico, cursos, roupas e até a execução dos deveres de casa. Adotar uma criança é acordar ao lado dela e saber que isso acontecerá todos os dias, tanto nos momentos bons quanto nos momentos mais difíceis. Ver a situação dessas crianças na televisão ou nas redes sociais leva a uma comoção que dura alguns dias, talvez uma ou duas semanas. Já a adoção não é um ato heroico, é um compromisso que se estende para toda a vida.

O processo para adotar uma criança que vive fora do Brasil é bastante burocrático. A cartilha de Adoção Internacional disponibilizada pela CEJAI - RJ – Comissão Estadual Judiciária de Adoção internacional (Brasil, 2014) deixa claro que todos os brasileiros, ou pessoas residentes no Brasil, interessados em adotar uma criança estrangeira, independente da nacionalidade, primeiramente devem requerer sua habilitação perante o Juízo da Infância e Juventude de sua comarca de residência, respeitando as regras e procedimentos de cada comarca. A sentença de habilitação deverá indicar que os requerentes estão aptos a fazer a adoção.

Após aquela sentença ser aprovada, o Juízo encaminhará a cópia do processo para a CEJAI, que atua como Autoridade Central encarregada de dar cumprimento às obrigações impostas pelas leis e regras brasileiras em cada estado da federação. As funções da CEJAI são: verificar toda a documentação apresentada e fazer um estudo técnico complementar. Após anuência do Ministério Público, o processo será levado à Sessão de Julgamento para que seja deferida a habilitação. Após a expedição do Laudo de Habilitação, o processo será remetido, via Autoridade Central Federal, para o país de origem da criança.

Não há como estimar um prazo de duração para esse tipo de processo. O tempo de espera depende do perfil da criança desejada. Quanto mais nova, maior será o tempo de espera. A adoção no Brasil é gratuita, exceto os custos com traduções, documentos consulares, serviços do organismo estrangeiro etc.

Mas, se no Brasil há mecanismos que facilitam e aprovam a adoção internacional, por que a inviabilidade de adotar uma criança síria de maneira legal?

2.2 A Convenção de Haia

A adoção internacional já foi tratada em várias Convenções e Tratados Internacionais, com a finalidade de criar mecanismos que garantam o melhor interesse para a criança, porém uma delas ganha destaque, Convenção de Haia.

Na década de 1960, inúmeros problemas relacionados à adoção internacional começaram a ser discutidos, como a corrupção, suborno, falsificação de registros de nascimento, venda e rapto de crianças. Isso preocupou cada vez mais a comunidade internacional. Apesar dos Estados procurarem, de maneira isolada, solucionar os problemas apresentados nesse tipo de processo, a Convenção de Haia veio estabelecer procedimentos comuns para a aplicação do instituto da adoção, visando, assim, proteger a criança que será adotada. Além disso, o objetivo é facilitar o reconhecimento das adoções nos outros países, tornando, de certa forma, mais célere o processo.

No dia 29 de maio de 1993, no âmbito da 17ª Conferência de Direito Internacional Privado, que a Convenção Relativa à Proteção e a Cooperação em Matéria de Adoção Internacional, conhecida como Convenção de Haia, foi concluída.

A Convenção Relativa à Proteção das Crianças e à Cooperação em Matéria de Adoção Internacional (Haia, 1993) dispõe que cada país terá suas adoções internacionais controladas por uma Autoridade Central. No Brasil, essa autoridade é representada pela Secretaria Especial de Direitos Humanos.

As Autoridades Centrais ficam responsáveis por receber as informações dos adotantes e dos adotados, possibilitando uma troca de informações entre eles. Além disso, têm o papel de “fiscalizar” ou “supervisionar” a criança quando é levada para o seu país de acolhida, buscando, assim, assegurar a integridade e os direitos da mesma.

O processo de adoção internacional, para a Convenção de Haia, tem início quando o adotante procura a Autoridade Central do Estado de sua residência habitual e lá mesmo providencia o processo de habilitação. Mas, isso só poderá ocorrer entre os países que são signatários desse compromisso.

O Conselho Nacional de Justiça (Brasil, 2020) informa que, atualmente, são 116 os Estados Contratantes. O Brasil é um deles. Já a Síria não está nessa lista. Sendo assim, é um dos motivos que reforça a inviabilidade da adoção legal de crianças sírias por brasileiros.

O decreto Nº 3.087, que promulgou a convenção de Haia (Brasil, 1999), deixa claro, no capítulo 1/ artigo 1, as intenções desse acordo entre os países signatários: estabelecer garantias para que as adoções sejam feitas segundo o interesse superior da criança e com respeito aos direitos fundamentais que lhe reconhece o direito internacional; instaurar um sistema de cooperação entre os Estados Contratantes que assegure o respeito às mencionadas garantias e, em consequência, previna o sequestro, a venda ou o tráfico de crianças.

2.3 Sobre a determinação da Autoridade Central Brasileira

A autora solicitou, através de um e-mail enviado ao Ministério da Justiça, informações sobre a possível inviabilidade da adoção de crianças sírias por brasileiros. Lalis Froeder Dittrich, coordenadora do Núcleo de Subtração Internacional do Ministério da Justiça (Brasília, 2018), confirmou essa inviabilidade da adoção de crianças sírias por brasileiros no atual momento.

Em nota, a coordenadora explicou que em 2010, por ocasião do terremoto que assolou o Haiti, o Alto Comissariado da ONU expediu uma recomendação, corroborada pelo Serviço Social Internacional (ISS), dizendo que a adoção não deve ocorrer em situações de instabilidade como guerras, calamidades e desastres naturais, por não ser possível verificar o histórico pessoal e familiar da criança que se pretende colocar em adoção.

No mesmo ano, a então Subsecretária para Promoção da Criança e do Adolescente da Secretaria Especial de Direitos Humanos da Presidência da República e Presidente do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente - Conanda emitiu uma nota sem número na qual informava que a adoção internacional não deveria ocorrer em situações de instabilidade como guerras, calamidades e desastres naturais, por não ser possível verificar o histórico pessoal e familiar da criança que se pretende colocar em adoção.

Ainda sobre a orientação dos organismos internacionais, o deslocamento das crianças para outros países e sua colocação em famílias substitutas devem ser evitados por serem considerados traumáticos. Uma ruptura adicional àquela já sofrida por ocasião do desastre natural ou situação de calamidade pode aumentar o forte impacto psicológico vivenciado pela criança. Os esforços das autoridades governamentais e organizações de sociedade civil devem se voltar para prover medidas de proteção imediatas, tais como alimentação, assistência médica e psicológica, e de reaproximação ao grupo familiar e social.

Como a subsidiariedade é princípio da adoção internacional, tanto pelo que estabelece a Convenção de Haia de 1993 quanto pelo que estabelece a lei brasileira, mais especificamente o Estatuto da Criança e do Adolescente, a Autoridade Central Administrativa Federal - ACAF afirmou que respeita os termos das referidas recomendações.

A nota não se tornou lei em sentido estrito, mas reforça a recomendação da ONU relativa à situação do Haiti e a estende a casos como é o das crianças sírias. Sendo assim, a adoção dessas crianças por brasileiros se torna ainda mais difícil de ser concretizada.

2.4 Adoção no Islã

Quando se tratam de estatísticas, é extremamente difícil precisar dados de países que estão vivendo algum tipo de conflito, como é o caso da Síria. O site americano World Population Review (2020) afirma que cerca de 5.000 pessoas

fogem desse país todos os dias. Em 2012, a Síria tinha uma população estimada em 22.530.746. Esse número caiu drasticamente, e em 2018, a população era de apenas 18,28 milhões, sendo mais de 90% fiéis do islamismo.

O fato de a população síria ter maioria muçulmana, mesmo que a adoção legal fosse permitida no Brasil, isso seria mais um impedimento ou traria grandes dificuldades no processo de adoção. Isto porque, segundo publicação do site Islamweb (Catar, 2013), para a Sharia, que é a lei islâmica, não existe a adoção legal. Caso isso aconteça, a mesma não conferirá ao adotado o *status* ou os mesmos direitos de um filho biológico.

O capítulo 33 do Alcorão, livro sagrado do islã, cita que não é possível tornar filho real de uma pessoa somente através de uma declaração, muito menos produzir sentimentos naturais de afeto encontrados em relações entre pais e filhos biológicos ou transferir características genéticas.

O Islã enxerga a adoção como uma falsificação da ordem natural da sociedade. Considerar um “estranho” como parte da família e permitir que ele esteja em privacidade com mulheres que não são mahram (ou seja, parentes não casados) é considerado inadmissível no islamismo, pois a esposa do adotante não é a verdadeira mãe do filho adotivo, nem sua filha é a irmã do menino, nem sua irmã é a tia do menino, já que todas são não-mahram para ele e vice-versa para uma filha adotiva.

Ao entendermos melhor a concepção de adoção dos fiéis do Islã, sabendo que a Síria tem mais de 90% da população muçulmana, mesmo que a adoção fosse permitida por lei, brasileiros teriam que enfrentar, além da burocracia, mais impecilhos para conseguirem adotar uma criança.

Já em relação às crianças órfãs de pai e mãe, o Islã entende de uma maneira diferente, mas não proíbe. Um homem pode trazer para casa um órfão e quer criá-lo, educá-lo e tratá-lo como seu próprio filho. Neste caso, ele protege, alimenta, veste, ensina e ama a criança como se fosse sua, sem atribuir o filho a si mesmo, nem lhe dar os direitos que a Sharia (Lei Islâmica) reserva aos seus filhos naturais. Porém, a identidade linear da criança deve ser inalterada e a paternidade aos pais naturais não deve ser negada. Quando os pais desses filhos são desconhecidos, os filhos devem ser feitos irmãos com fé. Allah diz: “... E Ele não fez de seus filhos reivindicados seus filhos” (Alcorão 33:4-5)-. Nesse trecho do Alcorão, Allah se refere aos filhos adotados, como filhos reivindicados, e afirma que os mesmos não são considerados filhos verdadeiros, como os de sangue.

Apesar dessa lei “facilitar” a adoção de órfãos, não seria possível, no caso do Brasil. Liberati (2009) confirma isso ao dizer que quando um brasileiro adota uma criança, por lei, o adotado deixa de pertencer à família natural no exato momento em que a adoção se torna irrevogável. No Brasil, a adoção integra totalmente o adotado à família do adotante. Outro ponto que diverge

totalmente com a lei islâmica é que a integração do adotado à nova família que o acolhe em adoção é total e garante os mesmos direitos e qualificações, como se tivesse sido gerado biologicamente. Além disso, o ECA- Estatuto da Criança e do Adolescente (Brasil, 1990) deixa claro que o adotado pode assumir o sobrenome do adotante. Pode ainda, a pedido do adotante ou do adotado, modificar seu prenome, se for menor de idade. Essas determinações também vão totalmente contra os ensinamentos do Islã.

Art. 47. O vínculo da adoção constitui-se por sentença judicial, que será inscrita no registro civil mediante mandado do qual não se fornecerá certidão.

“§ 5º A sentença conferirá ao adotado o nome do adotante e, a pedido de qualquer deles, poderá determinar a modificação do prenome” (Estatuto da Criança e do Adolescente- 13 de julho de 1990).

A autora desse artigo esteve no Líbano em maio de 2018, para realizar um trabalho com crianças órfãs que perderam os pais na guerra da Síria e hoje se refugiam em campos financiados pelas Nações Unidas, em Zahlé (terceira maior cidade do país), e nos seus arredores. Todas elas vivem com algum parente que sobreviveu ao conflito. Em condições desumanas, os parentes criam essas crianças com auxílio financeiro das próprias Nações Unidas e doações vindas de voluntários de libaneses e estrangeiros.

Conforme constatado durante entrevistas realizadas pela autora com trinta mulheres sírias que possuem autorização para criar essas crianças, nenhuma delas aceitaria que as mesmas fossem adotadas e levadas a outros países, mesmo certas de que essa mudança garantiria condições melhores de vida a cada uma das crianças.

A síria Om Daham, por exemplo, vive em situação precária com 17 crianças sírias em um campo de refugiados na cidade de Zahlé. Todas elas são da mesma família e perderam os pais durante a guerra. Juntamente com o esposo, Daham cria as dezessete crianças em um espaço minúsculo e sobrevive de doações. Faltam comida, roupas e vagas nas escolas. Mas, ao ser perguntada sobre adoção, foi categórica ao afirmar que prefere todos juntos passando por dificuldades do que separados, e ainda citou que o islamismo é supremo e deve ser respeitado.

Com outras sírias entrevistadas não foi diferente, Arkan Aldewan cria as netas gêmeas de dez anos de idade que também perderam os pais durante um bombardeio na cidade de Damasco, capital da Síria. Em um dos acampamentos nos arredores de Zahlé, Arkan Aldewan vive com as duas meninas em uma situação difícil, mas afirmou que é totalmente contra a adoção, tanto pelo amor que tem pelas netas, quanto por respeito ao islã, o qual não é a favor da prática da adoção.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esse texto possibilitou uma análise pouco estudada anteriormente sobre normas e leis que inviabilizam a adoção legal de crianças sírias por brasileiros, e trouxe conhecimentos concretos sobre a importância da lei islâmica que claramente torna o processo ainda mais inviável. Discutir aspectos relacionados à adoção internacional dessas crianças é de fundamental importância, visto que o mundo enfrenta a pior crise de refugiados desde a Segunda Guerra Mundial, sendo que a guerra na Síria tem contribuído significativamente com dados alarmantes e trágicos. Há crianças se tornando órfãs todos os dias. Por esse motivo, o tema se torna ainda mais relevante, tendo em vista que a repercussão da mídia despertou a vontade de muitos brasileiros em ter essas crianças como parte das suas famílias.

Foi possível concluir que, pelo menos atualmente, seria impossível esse tipo de adoção ocorrer, tanto pelas normas e leis do Estado brasileiro quanto pela crença ao Islamismo de 90% da população Síria que dificultaria ainda mais um processo que já é extremamente difícil.

Para finalizar, a partir das reflexões apresentadas, é possível notar que a cultura síria, possivelmente, impactaria diretamente, caso uma criança síria fosse adotada por um brasileiro. Os impactos sociais positivos e negativos dessas diferenças culturais ensejam a possibilidade de novas questões de pesquisa sobre o mesmo tema. É possível, ainda, concentrar as pesquisas em projetos de leis que foquem na tentativa de autorizar esse tipo de adoção.

NOTAS

¹ Primavera árabe diz respeito às várias manifestações e protestos de movimentos populares, que vieram à tona em 2011, contra governos do Oriente Médio e do Norte da África (Egito, Tunísia, Líbia, Síria, Iêmen, Bahrein, Marrocos e Jordânia etc.), considerados autoritários. Ademais, os manifestantes protestavam contra o desemprego, alto custo de vida, falta de liberdade de expressão etc. *Nota do editor.*

REFERÊNCIAS

ACNUR BRASIL. **Síria**. Disponível em: <<http://www.acnur.org/portugues/siria/>>. Acesso em: 07 set. 2020.

ACNUR BRASIL. **Operational Portal Refugee Situations**. Disponível em: <https://data2.unhcr.org/en/situations/syria#_ga=2.250474502.1290345839.1537039255-171253928.1537039255>. Acesso em: 07 set. 2020.

BRASIL. Presidência da República Casa Civil Subchefia para Assuntos Jurídicos. **Convenção Relativa à Proteção das Crianças e à Cooperação em Matéria de Adoção Internacional**, concluída em Haia, em 29 de maio de 1993. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/D3087.htm. Acesso em: 02 set. 2020.

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA. **Países signatários - Convenção da de Haia**. Disponível em: <http://www.cnj.jus.br/poder-judiciario/relacoes-internacionais/convencao-da-apostila-da-haia/paises-signatarios>>. Acesso em: 06 set. 2020.

DONIZETTI LIBERATI, W. **Manual da adoção internacional**. São Paulo, 2009. 120-121 p.

ECA 2017- **Cartilha do Estatuto da Criança e do Adolescente**. Disponível em: http://www.chegadetrabalhoinfantil.org.br/wp-content/uploads/2017/06/LivroECA_2017_v05_INTERNET.pdf>. Acesso em: 03 set. 2020.

ISLAM WEB. **Adoption in Islam**. Disponível em: <http://www.islamweb.net/en/article/135420/>>. Acesso em 11 set. 2020.

PJRJ - Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro. Comissão Estadual Judiciária de adoção internacional do Rio de Janeiro. CEJAI. **Adoção internacional: Amor sem fronteiras**. Disponível em: <http://www.tjrj.jus.br/documents/10136/1607514/cartilha-adocao-internacional-amor-sem-fronteiras.pdf>>. Acesso em: 08 set. 2020.

PJRJ - Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro. Comissão Estadual Judiciária de adoção internacional do Rio de Janeiro. CEJAI. **Adoção internacional: Amor sem fronteiras**. Disponível em: <http://www.tjrj.jus.br/documents/10136/1607514/cartilha-adocao-internacional-amor-sem-fronteiras.pdf>>. Acesso em: 11 set. 2020.

UNICEF PORTUGAL. **Crianças da Síria**. Disponível em: <https://www.unicef.pt/criancas-da-siria/>>. Acesso em: 06 set. 2020.

WORLD POPULATION REVIEW. **Syria Population 2020**. Disponível em: <http://worldpopulationreview.com/countries/syria-population/>>. Acesso em 02 set. 2020.

FFLCH DIVERSITAS. **Refugiados da Segunda Guerra Mundial e os Direitos Humanos**. Disponível em: <http://diversitas.ffiich.usp.br/refugiados-da-segunda-guerra-mundial-e-os-direitoshumanos#:~:text=O%20n%C3%BAmero%20de%20refugiados%20durante,milh%C3%B5es%2C%20dependendo%20da%20fonte%20consultada>>. Acesso em 06 nov. 2020.

HORA DO POVO. Assad: “A Síria está vencendo os terroristas financiados pelos EUA”. **Hora do Povo**, 25 de julho de 2018. Disponível em: <https://horadopovo.com.br/assad-a-siria-esta-vencendo-os-terroristas-financiados-pelos-eua/>>. Acesso em 02 nov. 2020.

G1.GLOBO.COM. Quais interesses cada país tem na guerra da Síria? **G1, Globo.com**, por Deutsche Welle, 22/02/2018 15h55. Disponível em: <https://g1.globo.com/mundo/noticia/quais-interesses-cada-pais-tem-na-guerra-da-siria.ghtml>>. Acesso em 03 nov. 2020.

ONU NEWS. Mundo registra recorde de quase 80 milhões de deslocados internos e refugiados. **ONU NEWS**. Disponível em: <https://news.un.org/pt/story/2020/06/1717232>>. Acesso em 07 nov. 2020.

RESUMO

Este artigo versa sobre a adoção internacional de crianças sírias, tendo o Brasil como país requerido. Para tanto, apresenta um breve histórico da guerra na Síria, a qual completou nove anos em março de 2020, e descreve, resumidamente, sobre a situação geral das vítimas desse conflito, o qual inclui milhares de crianças mortas e outras milhares que estão se tornando órfãs diariamente. Tece noções gerais sobre a adoção internacional no Brasil, uma sucinta explicação de como é regida a sua natureza jurídica e esclarece dúvidas frequentes de como funciona todo o processo. O artigo foca em explicar sobre a norma brasileira que impede que a adoção de crianças sírias seja concretizada; apresenta as leis da Convenção de Haia, a qual o Brasil é signatário, e afeta diretamente nesse impedimento; e esclarece sobre as leis islâmicas que influenciam diretamente para que esse processo não seja possível. Esclarece sobre as justificativas pelas quais essas normas e leis foram implantadas pelo governo brasileiro, a fim de evitar problemas como o tráfico de crianças. A publicação ainda conta brevemente sobre o trabalho da autora com crianças sírias órfãs, as quais se refugiam em cidades do Líbano.

Palavras-chave: Adoção internacional; Guerra; Brasileiros; Crianças sírias.

ABSTRACT

This article deals with the international adoption of Syrian children, with Brazil as the requested country. To this end, it presents a brief history of the war in Syria, which turned nine years in March 2020, and briefly describes the general situation of the victims of that conflict, which includes thousands of dead children and thousands more who are becoming orphans daily. It weaves general notions about international adoption in Brazil, a brief explanation of how its legal nature is governed and clarifies frequent doubts about how the whole process works. The article focuses on explaining the Brazilian rule that prevents the adoption of Syrian children from materializing, presents the laws of the Haia Convention, to which Brazil is a signatory, and directly affects this impediment and clarifies the Islamic laws that directly influence the that this process is not possible. Clarifies the justifications for which these rules and laws were implemented by the Brazilian government, in order to avoid problems such as child trafficking. The publication also briefly tells about the author's work with orphaned Syrian children, who take refuge in cities in Lebanon.

Keywords: International adoption; War; Brazilians; Syrian children.

O direito à reunião familiar no Brasil sob as lentes de Abdelmalek Sayad*

*Patrícia Nabuco Martuschelli***

*Maria Brizola****

“Não se emigra (não se cortam laços com seu universo social, econômico, cultural, habitual) e não se imigra (não se agrega, mesmo que marginal e muito superficialmente a outro sistema), impunemente (sem consequências)”¹.

1 INTRODUÇÃO

As pessoas migram por razões diversas e complexas que podem ser classificadas como voluntárias, forçadas ou ambas. Na história mundial, houve diversas ondas de migrações, cada uma a seu tempo e a seu modo². O processo migratório envolve decisões difíceis, que podem implicar na separação de famílias. Nesse sentido, para garantir que famílias possam se reunir após uma decisão migratória e, assim, exercer seu direito à família, é necessário garantir o direito à reunião familiar³. O conceito de reunião familiar pode ser empregado tanto no caso de migração forçada ou voluntária.

Ao mesmo tempo, a negação ou a criação de dificuldades em processos de reunião familiar podem ser interpretadas como uma interferência do Estado na família e no direito a formar uma família, direitos esses cristalizados em diversos documentos internacionais de Direitos Humanos. No Brasil, o direito à reunião familiar para imigrantes com residência permanente no país está presente na Lei de Migração (Lei 13.445 aprovada em 24 de maio de 2017) e esse também é um princípio a ser seguido na política migratória. Essa inovação legislativa brasileira precisa ser analisada sob o olhar de autores que pensaram a migração em geral. Dentre os pensadores que dissertaram sobre o tema das migrações, podemos destacar a obra do sociólogo argelino Abdelmalek Sayad. Sayad foi um marco na literatura acerca do processo migratório ao afirmar que o nascimento de um imigrante envolve também o surgimento de um emigrante e que todo processo migratório, inclusive o retorno, deve ser entendido como um novo percurso migratório.

* O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001.

** Doutora em Ciência Política pela Universidade de São Paulo - USP Mestre e Graduada em Relações Internacionais pela Universidade de Brasília Bolsista CAPES patnabuco@gmail.com

*** Graduada em Relações Internacionais pela Faculdade - IBMEC MG - mariabrizolari94@gmail.com

Nessa linha, o presente trabalho analisa a consolidação do direito à reunião familiar na normativa brasileira à luz do pensamento de Abdelmalek Sayad. Ainda que o autor não tenha se dedicado exclusivamente à temática da reunião familiar, serão utilizados seus conceitos e pensamento para a análise. Para isso, utilizando o método dedutivo a partir da análise de fontes primárias e secundárias, o presente artigo está dividido em outras quatro seções, além dessa introdução. A primeira seção relaciona o direito à reunião familiar ao trabalho de Abdelmalek Sayad, propondo reflexões sobre a contemporaneidade do pensamento do autor e apresentando seus principais conceitos e ideias. A segunda seção constrói um histórico do direito à família, assim como, explica como surgiu e consolidou o direito à reunião familiar no âmbito internacional. Utilizamos tanto fontes primárias da norma jurídica internacional e fontes secundárias que se dedicam à temática de reunião familiar. A terceira seção apresenta como ocorreu a consolidação do direito à reunião familiar no âmbito doméstico brasileiro. Utilizamos como fonte tratados internacionais ratificados pelo Brasil concernentes ao refúgio e ao direito à reunião familiar assim como normas internas que abrangem o tema. Nessa seção, demonstramos como a Lei 9474/1997 dialoga com a atual e vigente Nova Lei da Migração de 2017 que consolida o direito à reunião familiar para imigrantes permanentes, o que inclui refugiados, no Brasil. A seção final retoma as principais conclusões deste trabalho.

2 O PENSAMENTO DE ABDELMALEK SAYAD E O DIREITO À REUNIÃO FAMILIAR

Abdelmalek Sayad, sociólogo argelino da Escola Francesa e autor de uma vasta obra sobre migrações, extrapola as correntes *mainstream* do campo, construindo uma análise profunda, sociológica, psicológica e filosófica acerca da constituição da imigração como um problema social⁴. Ainda hoje contemporânea, sua reflexão abrange desafios enfrentados pelos migrantes, categoria a qual ele próprio pertence. Embora não haja em sua obra uma menção direta ao conceito de reunião familiar, ao longo de sua construção conceitual é possível traçar paralelos e encontrar convergências que serão analisadas na presente seção.

Sayad reconhece que “A realidade da migração é algo muito antigo, o problema social que ela constitui, que é relativamente independente dessa realidade fenomênica (...), é relativamente recente”⁵. Com o fechamento de fronteiras, sistemas complexos e difíceis de vistos e restrições a possibilidades de reunião familiar em diversos países (principalmente na Europa e nos Estados Unidos da América), assim como a migração, a reunião familiar vem se construindo como um problema social recente, agravado por, cada vez maiores, períodos de separação de famílias. Exigências documentais, exames de DNA e

definições cada vez mais restritas de famílias têm separado pais e filhos, esposos e irmãos além de demais parentes⁶. Assim, o fenômeno da reunião familiar é tão antigo quanto a migração, porém, como bem afirma Sayad, ele se torna um problema social mais recente por razões majoritariamente políticas.

Sayad escreveu a maioria de seus trabalhos entre 1960 e 2000, quando viveu na França como imigrante. Suas ideias e conceitos, entretanto, são atemporais, podendo ser aplicados aos dias de hoje e a fenômenos migratórios contemporâneos sem prejuízos. Assim como todos os imigrantes, Sayad também se separou (seja momentaneamente ou de forma permanente) de seus familiares e amigos, rompendo laços sociais e emigrando para um país sem a presença de círculos de proteção social.

Um aspecto importante da obra de Sayad é que o autor faz uso de uma dupla análise ao longo da construção de sua narrativa: uma do ponto de vista do imigrante e outra do ponto de vista do país que o recebe, contrapondo-as. Na concepção do autor, o país que recebe o imigrante o vê meramente como uma força de trabalho provisória, temporal e em trânsito, reduzindo-o a um bem econômico e negligenciando outros fatores, como questões sociais e culturais. Nessa lógica, como os países receptores entendem o imigrante como temporário, não haveria razão para criar mecanismos para o reunir com sua família. Pelo contrário, a vinda da família entraria em contradição com a visão provisória do imigrante ligado ao trabalho. Sayad critica essa concepção adotada pelos países recebedores, os quais anulam a análise subjetiva do imigrante⁷.

O estudo da reunião familiar permite entender o imigrante como parte de complexas redes sociais, trazendo fatores sociais e culturais que vão além do econômico. Há pessoas que emigram buscando reunião familiar, como muitos menores desacompanhados de El Salvador, Honduras e Guatemala que vão atrás de seus familiares nos Estados Unidos da América ou milhares de casais transnacionais em que uma das partes emigra para casar, por exemplo. É importante entender que a integração local de imigrantes e refugiados está intimamente conectada com a possibilidade de reunião familiar, principalmente no caso de migrantes forçados, aqueles que saíram de seus países devido a guerras e perseguições que também podem se estender aos familiares que não imigraram⁸.

Outro conceito basal para Sayad é o da dupla contradição, que pode ser compreendido também como dupla ausência. A dupla contradição se dá pelo fato singular de a migração configurar um estado ambíguo, em que o sujeito da migração não sabe se está em “estado provisório que se gosta de prolongar indefinidamente ou em estado duradouro que se gosta de viver com intenso sentimento de provisoriedade”⁹, vivendo em uma provisoriedade definitiva. A dupla ausência pode ser entendida como a dificuldade do migrante em atuar no seu país de origem e também em atuar no país de trânsito ou de destino, fisicamente afastado do primeiro, e, social e politicamente afastado dos outros.

O fenômeno de reunião familiar dialoga com a dupla ausência pelo menos de duas formas. A primeira ocorre em uma situação em que o indivíduo emigra com intuito de gerar renda e sustentar a família, que ainda está no país natal. Nesse sentido, o imigrante não se encontra fisicamente com sua família no país de origem e nem psicologicamente ou socialmente no país de destino, pois ainda está conectado aos familiares no país natal. O segundo cenário é que a possibilidade e expectativa constantes de se reunir com a família no país de destino o colocam em um sentimento de provisoriedade e transitoriedade perpétuas. Dessa forma, o trazer a família se torna quase um atestado de que o processo migratório se tornou definitivo, diminuindo as chances de que essa família (uma vez adaptada no país de destino) venha a retornar para o país de origem.

Essa situação é especialmente relevante no caso do refúgio, em que a pessoa foi forçada a sair de seu país de origem ou residência habitual e não se sabe ao certo quando ou se será possível um dia retornar. Nesse sentido, ainda que tenha sido pensado como caráter provisório, o refúgio se torna definitivo dado que o tempo médio que uma pessoa fica fora de seu país como refugiada é 17 anos¹⁰. Há ainda casos de refúgio prolongado em que famílias moram em campos de refugiados sem possibilidade de integração local ou naturalização por várias gerações, ou seja, mais uma forma de transitoriedade perpétua.

Devido ao caráter duradouro da situação de grande parte das situações de exílio, torna-se pertinente mencionar uma das premissas imprescindíveis aos imigrantes e, por conseguinte aos refugiados, que Sayad enumera:

O mais das vezes casado e pai de família, não seria possível proibi-lo de trazer para junto de si, dentro de certos limites e sob certas condições, sua mulher e seus filhos - não se poderia nem mesmo impedi-lo indefinidamente de fazê-lo principalmente quando manifesta tal desejo (SAYAD, 1998, p.59).

Se, para imigrantes documentados e refugiados, há alguma possibilidade de obter reunião familiar seguindo os preceitos legais (ainda que possamos discutir se esses limites e condições são justos), para imigrantes indocumentados, ainda que manifestem o desejo de serem reunidos com suas famílias, isso não será possível. A única esperança de serem reunidos com suas famílias é o retorno (muitas vezes forçado por meio de expulsões e deportações) ou, então, trazendo os membros da família, de maneira irregular, por rotas perigosas e com o auxílio de contrabandistas de migrantes por fronteiras internacionais extremamente militarizadas e vigiadas.

Podemos conectar a reunião familiar como uma forma de lidar com aquilo que Sayad chama de *Ghorba*, ou seja, o estado psicológico que acompanha o fato de migrar e deixar sua terra de origem, e as feridas que o acompanham

como a melancolia e profunda solidão¹¹. Tendo a família no país de destino, o imigrante conta com mais apoios para se adaptar e ainda pode tentar reconstruir um lar e aquilo que é habitual dentro de sua casa ao cozinhar comidas de seu país de origem ou falar sua língua materna com membros de sua família, estar acompanhado para dividir alegrias, tristezas e celebrar datas comemorativas importantes em sua cultura.

Por fim, Sayad já apresenta algumas reflexões sobre um dos principais problemas envolvidos no tema da reunião familiar: a falta de uma definição de família universalmente aceita. Se para a maior parte dos países desenvolvidos família significa pais e filhos menores de idades, para países na América Latina e na África a família envolve outros parentes como avós, tios e irmãos por exemplo. Assim, Sayad questiona o conceito de família adotado pelos países recebedores e como a presença das famílias é de fato aceita. Uma discussão presente em seu trabalho é se há a imposição de uma estrutura rígida do que é uma família francesa (seu campo de estudo abrange majoritariamente a imigração argelina na França). Essa imposição acabaria “jogando” na ilegalidade as pessoas ascendentes, sobrinhos, sobrinhas e todas as pessoas agregadas à família por um sistema conjugal legítimo de direitos e obrigações¹².

Uma discussão presente na literatura é como classificar se pessoas fazem parte da mesma família. Países da América Latina tendem a reconhecer relações de dependência econômica entre imigrantes solicitando reunião familiar e familiares no país de origem que não sejam esposos e filhos. Uma definição interessante de família no contexto da migração de crianças é a presente na Opinião Consultiva Nº 21/2014 da Corte Interamericana de Direitos Humanos. Esta reconhece, em seu parágrafo 272, que,

a Corte recorda que não existe um modelo único de família. Por isso, a definição de família não deve restringir-se pela noção tradicional de um casal e seus filhos, pois também podem ser titulares do direito à vida familiar outros parentes, como os tios, primos e avós, para enumerar apenas alguns membros possíveis da família extensiva, sempre que tenham laços pessoais próximos. Além disso, em muitas famílias a(s) pessoa(s) responsáveis pela atenção, o cuidado e o desenvolvimento de uma criança de forma legal ou habitual não são os pais biológicos. Mais ainda, no contexto migratório, os “laços familiares” podem ter sido constituídos entre pessoas que não necessariamente sejam juridicamente parentes, máxime quando, no que diz respeito às crianças, não contaram ou conviveram com seus pais nestes processos¹³.

A definição da Corte Interamericana vai ao encontro da discussão de Sayad sobre definição de família, apresentando um conceito amplo para abarcar as diferentes modalidades e situações envolvidas no contexto da migração.

Principalmente em situações de conflitos armados e perseguições, novas configurações familiares podem se formar após mortes e separações entre pessoas. O processo de reunião familiar deve considerar essas possibilidades e não apenas a hierarquia familiar presente no país de destino do migrante.

A reunião familiar é amplamente discutida, tanto domesticamente quanto internacionalmente, por diversos campos do conhecimento como o direito, ciência política, sociologia e antropologia entre outros. Esse tema será ainda mais necessário com o aumento de pessoas deslocadas de maneira forçadas por conflitos e perseguições e com poucas chances de um retorno seguro. No ano de 2017, o ACNUR calculava a existência de 68,4 milhões de pessoas deslocadas de maneira forçada no mundo¹⁴. Sendo assim, a próxima seção discute a construção do conceito de reunião familiar no âmbito normativo internacional.

3 O DIREITO À REUNIÃO FAMILIAR: REFLEXÕES NO DIREITO INTERNACIONAL

Uma das principais dificuldades relacionadas à discussão sobre reunião familiar é que, ainda que exista o direito humano a sair de seu país de origem, não existe um direito a entrar. Isso acontece porque há o entendimento de que escolher quem pode entrar em seu território é uma prerrogativa soberana do Estado nacional. Sendo assim, quando um Estado reconhece que uma pessoa possui o direito à reunião familiar, ele está reconhecendo que certas pessoas (familiares) teriam o direito a entrar em seu território nacional por fazerem parte de uma família e não por “escolha” ou “decisão soberana” do Estado em questão. Por causa desse dilema, e também com medo da chamada “migração em cadeia” (em que a entrada de uma pessoa facilita a entrada de um familiar levando a um efeito dominó), Estados tendem a não reconhecer o direito à reunião familiar para imigrantes e refugiados como um direito humano que deveria ser assegurado e protegido internacionalmente. Apesar disso, podemos perceber como a normativa internacional apresenta esse tema de reunião familiar.

Em primeiro lugar, não há um consenso vinculante na norma internacional para migrantes e refugiados sobre a obrigatoriedade do direito à reunião familiar, como também não há um consenso acerca do conceito de família. Entretanto o direito à família, à unidade familiar ou a formar uma família e o direito a não sofrer interferência arbitrária do Estado na família (vida familiar) são considerados direitos humanos reconhecidos em diferentes documentos internacionais como na Declaração Universal de Direito Humanos (1948), no Pacto Internacional de Direitos Cívicos e Políticos (1966), no Pacto Internacional de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais (1966) e, no âmbito da América Latina, na Convenção Interamericana de Direitos Humanos (1969) dentre outros documentos. Como direitos humanos, estes devem ser protegidos e garantidos pelos Estados nacionais.

O conceito e emprego do termo “reunião familiar” na literatura e na norma, tanto internacional quanto doméstica, é relativamente recente, entretanto noções e esboços da ideia de que a família deva ser protegida pelo Estado e pela sociedade já existiam como direito costumeiro em alguns países, como Alemanha e França¹⁵. A primeira menção específica a respeito da família¹⁶, de grande relevância, em escala mundial, ocorre na Declaração Universal de Direitos Humanos (1948), como explicitado nos artigos 16 e 25:

Art. 16 (1) – A partir da idade núbil, o homem e a mulher têm o direito de casar e de constituir família, sem restrição alguma de raça, nacionalidade ou religião. 3. A família é o elemento natural e fundamental da sociedade e tem direito à proteção desta e do Estado.

Art. 25 (1) – Toda a pessoa tem direito a um nível de vida suficiente para lhe assegurar e à sua família a saúde e o bem-estar.

Os artigos presentes na Declaração Universal de Direitos Humanos (DUDH), no entanto, criam diretrizes para o tratamento da família de caráter aberto¹⁷ e não vinculante, assim como não fazem referência direta a situações de migração forçada ou refúgio. Contudo, há autores, como Martuscelli¹⁸, que considerando o princípio da não-discriminação, também presente na Declaração, apoiam a ideia de que:

O disposto no art. 2º do documento (DUDH) afirma que todos os seres humanos, sem nenhuma distinção incluindo de origem nacional ou social ou de qualquer outra situação (entenda-se *status* migratório ou jurídico), possuem os direitos e liberdades proclamados na DUDH. Isso significa que imigrantes forçados, independentemente de seu gênero e idade, possuem o direito à família disposto no art. 16 (MARTUSCELLI, 2018, p. 225).

Após a consolidação do conceito da proteção da família pela DUDH, diversos outros documentos, de esfera doméstica e internacionais, fizeram menção ao mesmo, de forma vinculante, tais como, os Pactos Internacionais de Direitos Civis e Políticos adotados pela Assembleia Geral das Nações Unidas, em 1966 e o Pacto Internacional sobre Direitos Econômicos, Sociais e Culturais do mesmo ano.

O documento mais relevante para entender o tema dos refugiados é a Convenção das Nações Unidas Relativa ao Estatuto do Refugiado de 1951, documento vinculante, fruto da tentativa de minimizar as consequências das populações deslocadas de maneira forçada durante a Segunda Guerra Mundial, evento que provocou dez vezes mais refugiados do que a Primeira Guerra Mundial¹⁹. Apesar de definir o conceito de refugiados e de garantir uma série de

direitos para essa população, a Convenção de 1951 não menciona expressamente o direito de refugiados à reunião familiar. Isso é usado por alguns Estados para justificar a não garantia de reunião familiar para essa população. Contudo:

A ata final da Conferência da ONU de Plenipotenciários sobre o *Status* dos Refugiados e Apátridas realizada em Genebra entre 2 e 25 de julho de 1951, em seu ponto B, garante aos refugiados o direito à reunião familiar. A conferência reconhece que a unidade da família é um direito essencial do refugiado, ainda que essa unidade seja ameaçada. Também reconhece que os direitos garantidos devem ser estendidos aos membros de sua família. O documento recomenda que os Estados adotem as medidas necessárias para proteger a família dos refugiados (MARTUSCELLI, 2018, p 231).

Ainda sobre esse tema, o Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados tem uma jurisprudência não-vinculante aos Estados, porém de caráter recomendatório sobre a garantia do direito à reunião familiar para refugiados. A organização tem refletido sobre esse tema na Conclusão nº 24 sobre Reunião Familiar de seu Comitê Executivo (1981), em sua Nota sobre Reunião Familiar (1983), por exemplo.

A Convenção Internacional sobre a Proteção dos Direitos de Todos os Trabalhadores Migrantes e dos Membros das suas Famílias (1990) também não traz explícito o direito dos trabalhadores migrantes à reunião familiar. Seu artigo 4º apresenta uma definição que pode ser interpretada de maneira restrita de membros da família a depender da legislação de cada Estado Nacional como

a pessoa casada com o trabalhador migrante ou que com ele mantém uma relação que, em virtude da legislação aplicável, produz efeitos equivalentes aos do casamento, bem como os filhos a seu cargo e outras pessoas a seu cargo, reconhecidas como familiares pela legislação aplicável ou por acordos bilaterais ou multilaterais aplicáveis entre os Estados interessados (ONU, 1990, Art. 4º).

Já o artigo 44 anuncia que o Estado deve proteger a família do trabalhador migrante e facilitar a reunificação dos membros de sua família, sem reconhecer esse como um direito do trabalhador migrante, como pode ser visto abaixo:

1. Reconhecendo que a família, elemento natural e fundamental da sociedade, deve receber a proteção da sociedade e do Estado, os Estados Partes adotarão as medidas adequadas a assegurar a proteção da família dos trabalhadores migrantes.
2. Os Estados Partes adotarão

todas as medidas que julguem adequadas e nas respectivas esferas de competência para facilitar a reunificação dos trabalhadores migrantes com os cônjuges, ou com as pessoas cuja relação com o trabalhador migrante produza efeitos equivalentes ao casamento, segundo a legislação aplicável, bem como com os filhos menores, dependentes, não casados (OIT, 1990, Art. 44).

Essa interpretação de que o artigo 44 não reconhece o direito do migrante à reunião familiar é complementada pelo artigo 79 da Convenção que afirma: “Nenhuma disposição da presente Convenção afetar o direito de cada Estado Parte de estabelecer os critérios de admissão de trabalhadores migrantes e de membros das suas famílias.” Assim, permanece como prerrogativa do Estado conceder ou não a reunião familiar e não há um reconhecimento da reunião familiar como um direito humano para imigrantes nesse documento específico. Ademais, essa Convenção não foi ratificada por um grande número de Estados, dentre eles o Brasil.

Contudo, há um tratado internacional quase universalmente ratificado (apenas os Estados Unidos da América não ratificaram) que traz expressamente o direito à reunião familiar: a Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos da Criança de 1989. É possível entender que seu artigo 10 se aplica a todos os tipos de imigrantes incluindo refugiados como podemos observar abaixo:

Art. 10 1. Nos termos da obrigação decorrente para os Estados Partes ao abrigo do n.º 1 do artigo 9.º, todos os pedidos formulados por uma criança ou por seus pais para entrar num Estado Parte ou para o deixar, com o fim de reunificação familiar, são considerados pelos Estados Partes de forma positiva, com humanidade e diligência (CONVENÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS sobre os DIREITOS DA CRIANÇA, 1989, Art. 10).

Assim, podemos entender que os Estados garantem o direito das crianças à reunião familiar. Isso significa tanto que crianças possam ser admitidas nos Estados de destino para conseguir a reunião familiar quanto que os pais devam ser admitidos para serem reunidos com seus filhos nos países de destino. Ainda assim, percebe-se que não há um consenso sobre o direito à reunião familiar na normativa internacional. Pelo contrário, percebe-se uma tentativa de não reconhecer esse direito ou colocá-lo como uma prerrogativa do Estado que regula a imigração. Se isso ocorre para refugiados e imigrantes documentados cujos direitos são reconhecidos e protegidos internacionalmente, é ainda mais complicado reconhecer o direito à reunião familiar para imigrantes indocumentados ainda que o princípio da não-discriminação esteja expresso em todos os documentos analisados nessa seção.

Sendo assim, podemos apresentar três reflexões sobre o direito à reunião familiar no âmbito internacional. 1) É possível interpretar que o direito à reunião familiar estaria implícito no direito à família para imigrantes e refugiados. Ou seja, a não garantia do direito à reunião familiar para essas populações poderia ser interpretada como uma interferência arbitrária do Estado de destino na vida familiar, o que é por si só uma violação de direitos humanos internacionalmente garantidos em diferentes tratados internacionais; 2) Ainda que organizações internacionais como o ACNUR defendam a reunião familiar para refugiados, não há um léxico do direito à reunião familiar dado que não há menção expressa desse nos principais tratados internacionais sobre migração e refúgio; 3) Contudo, há um reconhecimento expresso do direito das crianças à reunião familiar como um direito humano, situação que deveria facilitar processos de reunião familiar, mas que não vemos na prática.

4 A CONSOLIDAÇÃO DO DIREITO À REUNIÃO FAMILIAR NA NORMATIVA BRASILEIRA

É interessante observar que o tema de reunião familiar teve uma trajetória diferente no Brasil. O país é parte de diversos tratados internacionais de direitos humanos como os Pactos de Direitos Civis (1966), Políticas, de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais (1966), da Convenção da ONU sobre os Direitos da Criança (1989) e a Convenção sobre o Estatuto dos Refugiados (1951) e seu Protocolo de 1967 dentre outros. Contudo, a legislação migratória brasileira era atrasada e tinha uma visão do migrante como uma ameaça à segurança nacional até 2017.

O primeiro documento que normatiza a situação do migrante foi o Estatuto do Estrangeiro, ou Lei n. 6.815, sancionada em 19 de agosto de 1980. O país vivia sob o ordenamento jurídico da Constituição Federal de 1967 e sua respectiva emenda constitucional número 1/1969. A Constituição, assim como suas emendas, tinha o objetivo de legitimar atos fundamentados na Doutrina da Segurança Nacional²⁰.

A Lei n. 6.815 possuía caráter aberto, ou seja, dava grandes margens para a interpretação de quem a aplicava. Tal característica deixa claro que a entrada de migrantes no Brasil era pautada em ato arbitrário, embasando-se na ameaça “à ordem pública ou aos interesses nacionais”, termo presente em diversos dispositivos da norma²¹. O migrante era visto como inconveniente e nocivo ao país. A Lei era caracterizada pela rigidez e por um aparato jurídico e burocrático muito engessado, que não permitia ao estrangeiro dar continuidade a sua vida no Brasil. Os processos eram centralizados, tornando os procedimentos morosos e muitas vezes ineficientes. A complexidade deles desincentivava a entrada e a permanência de estrangeiros. Não havia qualquer menção acerca da reunião familiar na norma, o que reforça a ideia de transitoriedade do migrante, presente no pensamento de Sayad.

O Estatuto do Estrangeiro tratava o migrante como uma ameaça ao trabalhador nacional, como podemos perceber em: “Na aplicação desta Lei atender-se-á precipuamente à segurança nacional, à organização institucional, aos interesses políticos, socioeconômicos e culturais do Brasil, bem assim à defesa do trabalhador nacional (BRASIL, 1980, Art. 2º)”. O Estatuto do Estrangeiro trazia uma visão do imigrante exclusivamente como mão de obra, percepção criticada na obra de Sayad.

Com a redemocratização, o Brasil adotou a Lei 9474/1997 que delimita sobre o tema do refúgio no Brasil. Ainda que não fale especificamente de reunião familiar, a Lei traz em seu artigo 2º a possibilidade de extensão da condição do refugiado “ao cônjuge, aos ascendentes e descendentes, assim como aos demais membros do grupo familiar que do refugiado dependerem economicamente, desde que se encontrem em território nacional”. Para garantir que os membros do grupo familiar consigam chegar ao território nacional, o Comitê Nacional para Refugiados (CONARE) adotou resoluções normativas que disciplinam o processo de reunião familiar como a Resolução Normativa 04 (1998) substituída pela Resolução Normativa nº 16 (2013) que foi recentemente substituída pela Resolução Normativa 27 (2018). Nesse sentido, havia um entendimento implícito que refugiados tinham o direito à reunião familiar no Brasil. Isso pode ser visto como uma forma de lidar com a *Ghorba*, conforme conceito de Sayad, vivida por pessoas que tiveram que deixar suas vidas para trás e reconstruir suas histórias no território brasileiro.

Em 2017, o Estatuto do Estrangeiro foi substituído pela Lei da Migração ou Lei 13.445/17, que representou uma evolução no que diz respeito ao direito dos imigrantes no Brasil, pois mudava completamente o caráter da normativa. O imigrante passava a ser visto como um sujeito de direitos sob uma ótica de direitos humanos. A Nova Lei da Migração foi construída sob os pilares da globalização, do aumento dos fluxos migratórios e levando em consideração a atual crise dos refugiados enfrentada pelo mundo. A retórica da Segurança Nacional foi substituída por uma norma centrada nos Direitos Humanos, na inserção do migrante com foco no bem-estar dos indivíduos, como se pode concluir pela Exposição de Motivos número 00070, presente na própria Lei da Migração:

Quando promulgada da Lei número 6.815, de 19 de agosto de 1980, atual Estatuto do Estrangeiro, alterada pela Lei número 6.964, de 9 de dezembro de 1981, o foco era precipuamente à segurança nacional. Essa realidade nos dias atuais encontra-se em descompasso com o fenômeno da globalização, que tem revolucionado os movimentos migratórios. Impõe-se, assim, que a migração seja tratada como direito do homem, ao se considerar que a regulamentação migratória seja o caminho mais viável para a inserção do imigrante na sociedade (BRASIL, 2017, p.33) |.

Dentre as principais inovações da Nova Lei da Migração de 2017, está o reconhecimento do direito à reunião familiar como um direito humano de imigrantes com residência permanente no Brasil e, por conseguinte para refugiados. O tema da reunião familiar está explicitado em diversos dispositivos ao longo da norma, como no artigo 4º:

Art. 4º Ao migrante é garantida no território nacional, em condição de igualdade com os nacionais, a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, bem como são assegurados: [...] III - direito à reunião familiar do migrante com seu cônjuge ou companheiro e seus filhos, familiares e dependentes (BRASIL, 2017, Art. 4).

O direito à reunião familiar também é elevado como princípio a ser utilizado para guiar a política migratória brasileira: “Art. 3º A política migratória brasileira rege-se pelos seguintes princípios e diretrizes: [...] VIII - garantia do direito à reunião familiar”. Sendo assim, o Brasil reconhece o direito à reunião familiar de imigrantes explicitamente em sua normativa, resolvendo o impasse da discussão presente na normativa internacional. Assim a evolução da normativa a respeito do tratamento do migrante do Brasil (assim como a consolidação do direito à reunião familiar) conversam com a obra e pensamento de Sayad, priorizando fatores culturais e sociais do ser imigrante e não apenas questões econômicas.

Apesar disso, ainda há lacunas na nova Lei da Migração, como por exemplo a definição de “família”, que é baseada na hierarquia da família brasileira como podemos observar no trecho do texto da lei:

Seção V Da Reunião Familiar Art. 37. O visto ou a autorização de residência para fins de reunião familiar será concedido ao imigrante: I - cônjuge ou companheiro, sem discriminação alguma; II - filho de imigrante beneficiário de autorização de residência, ou que tenha filho brasileiro ou imigrante beneficiário de autorização de residência; III - ascendente, descendente até o segundo grau ou irmão de brasileiro ou de imigrante beneficiário de autorização de residência; ou IV - que tenha brasileiro sob sua tutela ou guarda (BRASIL, 2017, Art. 37).

Essa definição é mais restrita do que aquela presente no artigo 2º da Lei 9474/1997, não garantindo a reunião familiar para sobrinhos, primos, tios, sogros. Ou seja, apresenta uma estrutura rígida de família que não compreende as complexidades envolvidas no processo migratório. Tal problema também foi anteriormente abordado por Sayad, que criticava a estrutura rígida pela qual o

conceito de família era utilizado no contexto da migração argelina na França. Apesar disso, a Nova Lei representa um grande avanço para os direitos dos migrantes e dialoga diretamente com vários pontos do pensamento de Sayad discutidos em nossa reflexão.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Considerando nosso arcabouço teórico baseado no pensamento de Sayad, é possível concluir que o direito à família para imigrantes e refugiados é incompleto sem o direito à reunião familiar. No âmbito internacional, o imigrante continua a ser visto como transitório e apenas como um fator econômico, conforme reflete Sayad. Assim, não seria justificável reconhecer a reunião familiar. Internacionalmente, há possibilidade para reconhecer o direito à reunião familiar de refugiados como um direito implícito no direito à família, à unidade familiar e a não-interferência arbitrária do Estado na vida familiar. Também há um reconhecimento explícito do direito à reunião familiar em casos envolvendo crianças. Contudo, ainda não há um consenso e a reunião familiar permanece como um benefício que o Estado concede aos imigrantes e refugiados.

O Brasil resolveu esse dilema ao reconhecer o direito à reunião familiar para imigrantes residente permanentes como um direito na normativa doméstica brasileira e um princípio da política migratória. Isso decorre da mudança do entendimento do migrante como sujeito de direitos e não mais uma ameaça à segurança nacional. Entendemos que essa mudança de abordagem abre caminho para entender o imigrante não como um ser transitório. A Nova Lei da Migração configura uma mudança no paradigma de como o migrante é visto pelo Estado brasileiro. Assim, a família seria um instrumento para auxiliar o imigrante a lidar com o estado de *Ghorba* conforme definido por Sayad e a reunião familiar seria um mecanismo que favoreceria isso.

Apesar disso, permanece a situação de separação de famílias para imigrantes com residência temporária e indocumentados no Brasil. Também a definição de família adotada representa uma hierarquia da família brasileira (assim como a reflexão feita por Sayad a respeito da família francesa) e não necessariamente consegue entender e acolher os diferentes aspectos e situações dos projetos migratórios.

Finalmente, nosso estudo contribui para entender que a reunião familiar, como um dos processos e escolhas envolvidos na migração, é um processo complexo e muitas vezes forçado por circunstâncias alheias ao migrante. A evolução normativa no Brasil e no mundo representa, portanto, um avanço na assimilação e uso prático das premissas de algumas reflexões sobre o pensamento de Abdelmalek Sayad aqui apresentadas.

NOTAS

¹ SAYAD, 1979, p. 65.

² SAYAD, 1979.

³ Por reunião familiar entende-se o procedimento que garante aos membros da família de um refugiado reconhecido, que se encontrem fora do território nacional, o encontro com ele no país de refúgio (ACNUR, 2019). Apesar de apresentarmos a definição de reunião familiar utilizada pelo Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados - ACNUR (que se aplica a pessoas reconhecidas como refugiadas de acordo com a Convenção das Nações Unidas sobre o Estatuto dos Refugiados de 1951), entendemos que essa definição pode ser aplicada também para imigrantes de modo geral.

⁴ SAYAD, 1979.

⁵ SAYAD, 1979, p. 15.

⁶ NICHOLSON, 2018.

⁷ SAYAD, 1979.

⁸ JASTRAM; NEWLAND 2003

⁹ SAYAD, 1979 p.3

¹⁰ ACNUR, 2019.

¹¹ SAYAD, 1998.

¹² SAYAD, 1979, p. 70.

¹³ OC 21/2014, grifos nossos.

¹⁴ UNHCR, 2018.

¹⁵ Glendon, 1998.

¹⁶ Para o presente artigo, não será discutido o conceito de família e utilizaremos o conceito de Treuthart, que entende a família como uma unidade social que fornece apoio e amor para seus membros. (TREUTHART, 1990).

¹⁷ Entende-se por norma aberta aquela que possui definição ampla e dá a seu leitor e aplicador abrangência para realizar interpretações diversas. Dá-se, desta maneira, grande autonomia ao julgador, haja vista que este poderá utilizar-se desta em diversas situações, com acepções diferentes.

¹⁸ MARTUSCELLI, 2018.

¹⁹ PROUDFOOT, 1994.

²⁰ KENICKE, 2016.

²¹ BRASIL, 1980.

REFERÊNCIAS

ACNUDH - ALTO COMISSARIADO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA OS DIREITOS HUMANOS.

Convenção Internacional sobre a Proteção dos Direitos de Todos os Trabalhadores Migrantes e dos Membros das suas Famílias, 18/12/1990. Disponível em: <<http://acnudh.org/wp-content/uploads/2012/08/Conven%C3%A7%C3%A3o-Internacional-para-a-Prote%C3%A7%C3%A3o-dos-Direitos-Humanos-de-todos-os-Trabalhadores-Migrantes-e-Membros-de-suas-Fam%C3%ADlias.pdf>>. Acesso em 21 de março de 2019.

ACNUR - ALTO COMISSARIADO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA OS REFUGIADOS. **Reunião**

familiar e extensão da condição de refugiado. 2019. Disponível em: <<https://help.unhcr.org/brazil/asylum-claim/reunificacion-familiar/>> .Acesso em: 01/03/2019.

_____. **Convenção relativa ao estatuto dos refugiados** (1951). Disponível em: <https://www.acnur.org/fileadmin/Documentos/portugues/BDL/Convencao_relativa_ao_Estatuto_dos_Refugiados.pdf>. Acesso em 02 de jan. 2019.

BRASIL. **Lei n. 13445, de 24 de maio de 2017**. Lei da Migração. Brasília, 2017. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2017/Lei/L13445.htm> . Acesso em: 25 out 2017.

_____. **Lei n. 6815, de 19 agosto de 1980**. Estatuto do Estrangeiro. Brasília, 1980. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L6815.htm>. Acesso em 02 de jan. 2019.

_____. **Resolução Normativa do Comitê Nacional para Refugiados número 27**, de 30 outubro de 2018. Brasília. 2018. Disponível em: <http://www.justica.gov.br/seus-direitos/refugio/anexos/resolucao_normativa_n_27_conare.pdf> . Acesso em: 01/03/2019.

CONARE, **Resolução Normativa CONARE Nº 16 DE 20/09/2013**. Disponível em: <<https://www.legisweb.com.br/legislacao/?id=355279>>. Acesso em 21 de março de 2019.

CORTE INTERAMERICANA DE DIREITOS HUMANOS. **Opinião Consultiva 21/14 de 19 de Agosto de 2014, solicitada pela República Argentina, República Federativa do Brasil, República do Paraguai e República Oriental do Uruguai sobre Direitos E Garantias De Crianças No Contexto Da Migração E/Ou Em Necessidade De Proteção Internacional**, 19/08/2014. Disponível em: <http://www.corteidh.or.cr/docs/opiniones/seriea_21_por.pdf>. Acesso em 21 de março de 2019.

GLENDON, M. A. "Knowing the Universal Declaration of Human Rights", **Notre Dame L. Rev.**, v. 73, n. 5, 1998, pp. 1153-1190.

JASTRAM, K. and NEWLAND, K. "**Family Unity and Refugee Protection**", in **Refugee Protection in International Law: UNHCR's Global Consultations on International Protection**, (Feller et al eds), CUP, 2003. Disponível em: <<http://www.refworld.org/docid/470a33be0.html>, pp. 555-603>. Acesso em 21 de março de 2019.

KENICKE, P. H. G. **Estatuto do Estrangeiro e Lei de Migrações: Entre a doutrina de Segurança Nacional e o Desenvolvimento Humano**. Curitiba: Universidade Federal do Paraná, 2016. Disponível em: <<https://acervodigital.ufpr.br/bitstream/handle/1884/42884/R%20-%20D%20%20PEDRO%20HENRIQUE%20GALLOTTI%20KENICKE.pdf?sequence=1&isAllowed=y>>. Acesso em 21 de março de 2019.

MARTUSCELLI, P.N. "O Direito à Reunião Familiar no Contexto da Migração Forçada: Uma Análise da Declaração Universal dos Direitos Humanos". In: JUBILUT, L. L.; LOPES, R O. (Org.). **Direitos Humanos e Vulnerabilidade e a Declaração Universal dos Direitos Humanos**. 1ed. Santos: Leopoldium, 2018, pp. 219-234. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/329557604_

ONU-ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **O direito à família no contexto da migração forçada** – uma análise da Declaração Universal dos Direitos HUMANOS/download>. Acesso em 21 de março de 2019.

ONU – ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Convenção Internacional sobre a Proteção dos Direitos de Todos os Trabalhadores Migrantes e dos Membros das suas Famílias**. Genebra: ONU, 1990. Disponível em: <<http://www.mpf.mp.br/atuacao-tematica/pfdc/institucional/legislacao2/direitos-humanos/internacional-1/convencao-internacional-sobre-a-protecao-dos-direitos-de-todos-os-trabalhadores-migrantes-e-dos-membros-das-suas-familias/view>> . Acesso em 21 de março de 2019.

NICHOLSON, F. **The Right to Family Life and Family Unity of Refugees and Others in Need of International Protection and the Family Definition Applied**. UNHCR, Division Of International Protection, January 2018. Disponível em: <<https://www.unhcr.org/en-us/5a8c40ba1.pdf>>. Acesso em 21 de março de 2019.

PROUDFOOT, M. J. **European refugees: 1939-52: a study in forced population movement**. London, Faber & Faber, 1957.

SAYAD, A. **A Imigração ou os Paradoxos da Alteridade**, São Paulo, Edusp, 1998.

_____. **O que é migrante?**, França: Peuples Méditerranéens, 1979.

TREUTHART, M. P. "Adopting a more realistic definition of family". **Gonz. L. Rev.**, v. 26, 1990 p. 91.

UNHCR. **UNHCR Global Trends 2017**. Geneva, UNHCR, 2018. Disponível em: <<https://www.unhcr.org/en-us/statistics/unhcrstats/5b27be547/unhcr-global-trends-2017.html>>. Acesso em 21 de março de 2019.

UNHCR, **Note on Family Reunification**, 18 July 1983, Disponível em: <<http://www.refworld.org/docid/3bd3f0fa4.html>>. Acesso em 21 de março de 2019.

UNHCR ExCom, **Family Reunification, Conclusion No. 24 (XXXII)**, 21 October 1981, Disponível em: <<http://www.refworld.org/docid/3ae68c43a4.html>>. Acesso em 21 de março de 2019.

UNICEF (Fundo das Nações Unidas para a Infância). **Declaração Universal dos Direitos Humanos**, 10/12/1948. Disponível em: <https://www.unicef.org/brazil/pt/resources_10133.html>. Acesso em 21 de março de 2019.

RESUMO

Uma das consequências da migração é a separação de famílias. Para que possam realizar seu direito à família e à vida familiar, imigrantes e refugiados precisam ter reconhecido seu direito à reunião familiar por parte dos Estados. O presente artigo analisa a consolidação do conceito e das práticas que envolvem o direito à reunião familiar à luz do pensamento de Abdelmalek Sayad. Com um arcabouço teórico baseado nas ideias e conceitos de Sayad, analisamos fontes primárias e secundárias para entender a presença e o desenvolvimento do direito à reunião familiar no Brasil. No âmbito internacional, há espaço para o reconhecimento do direito à reunião familiar como implícito no direito à família e, explicitamente, em caso de crianças. Concluímos que o Brasil reconhece o direito à reunião familiar após mudar o paradigma de sua legislação migratória, porém sua definição de família não comporta as diferentes realidades do percurso migratório.

Palavras Chave: reunião familiar; migração; Brasil.

ABSTRACT

One of the consequences of migration is the separation of families. For they achieve their right to family and family life, immigrants and refugees must have their right to family reunification recognized by States. This article analyzes the consolidation of the concept and practices that involve the right to family reunification considering the work of Abdelmalek Sayad. With a theoretical framework based on the ideas and concepts of Sayad, we analyze primary and secondary sources to understand the presence and development of the right to family reunification in Brazil. At the international level, there is a possibility of recognizing the right to family reunification as an implicit right in the right to family and explicitly in the case of children. We conclude that Brazil recognizes the right to family reunification after changing the paradigm of its migratory legislation, but its definition of family does not include the different realities of the migratory journey.

Keywords: family reunification; migration; Brazil.

RESUMEN

Una de las consecuencias de la migración es la separación de las familias. Para que puedan realizar su derecho a la familia y a la vida familiar, los inmigrantes y los refugiados deben tener reconocido su derecho a la reunión familiar por parte de los Estados. El presente artículo analiza la consolidación del concepto y de las prácticas que implican el derecho a la reunión familiar a la luz del pensamiento de Abdelmalek Sayad. Con un marco teórico basado en las ideas y conceptos de Sayad, analizamos fuentes primarias y secundarias para entender la presencia y el desarrollo del derecho a la reunión familiar en Brasil. En el ámbito internacional, hay espacio para el reconocimiento del derecho a la reunión familiar como implícito en el derecho a la familia y explícitamente en el caso de los niños. Concluimos que Brasil reconoce el derecho a la reunión familiar después de cambiar el paradigma de su legislación migratoria, pero su definición de familia no comporta las diferentes realidades del proceso migratorio.

Palabras clave: reunión familiar; migración; Brasil

As contribuições de Sayad e Fanon para compreender as consequências enfrentadas pelo sujeito migrante na sociedade pós-colonial

*Rogério Macedo Ramos**

1 DISCUSSÕES TEÓRICAS INICIAIS E PERSPECTIVAS METODOLÓGICAS

No atual cenário sociocultural brasileiro, faz-se necessário discutir temáticas que estão em voga, e que se apresentam, neste caso, a partir de um programa social desenvolvido para atender a população de baixa renda e que enfrenta dificuldades em acessar serviços essenciais como a saúde. Dessa forma, com a migração do médicos cubanos, abriu-se um leque de oportunidades para discutir as questões racial e migratória enfrentadas por esses profissionais que vieram exercer a medicina em território brasileiro. Na medida que se compreende a importância dessas questões, o texto procura apoiar-se nas ideias desenvolvidas por Frantz Fanon e Abdelmalek Sayad, autores pós-coloniais e fundamentais para pensar o outro no enfrentamento das questões raciais e migratórias da sociedade atual.

Neste sentido, a perspectiva de Fanon (2008) contribui para a percepção de como o processo de colonização deixou marcas enraizadas na sociedade. Por exemplo, a ideia de se pensar como branco, visto que com a dominação e escravidão do negro, foi se criando estereótipos negativos, de inferiorização, imputando isso aos negros por causa da cor da pele, sendo que isso vai se impregnando nas estruturas e nas instituições sociais. A questão migratória será abordada apoiando-se nas reflexões de Abdelmalek Sayad (1979; 2000), como forma de compreender a condição social do migrante, sua provisoriamente, e suas relações a partir do instante em que põe os pés em outro lugar.

O campo de análise é o facebook, haja vista a grande utilização dessa mídia social na exposição de comentários e opiniões. Essa mídia social permite também que as pessoas, além de entreterem umas com as outras, exponham

* *Mestre em Desenvolvimento Social pela Universidade Estadual de Montes Claros – UNIMONTES.*

também sua visão de mundo. Dessa forma, busca-se a análise de discursos contrários aos médicos cubanos no facebook, uma vez que esses profissionais, desde o anúncio da sua chegada em território brasileiro, se depararam com a inferiorização, estigmatização, racismo, preconceito por parte de profissionais médicos brasileiros e de pessoas que se posicionaram contrários à sua vinda. Esses elementos identificados são importantes na abordagem porque demonstram que se fazem presente, de maneira histórica, dentro das estruturas socioculturais brasileira; da discussão em torno da classe trabalhadora; das médicas cubanas comparadas às empregadas domésticas; a questão migratória; a ideia de provisoriedade. Isto posto, como modo de compreender que, através de um programa social foram identificados tais elementos, assim, serão examinados e discutidos, já que essas temáticas estão presentes, de maneira implícita e/ou não, no cotidiano social brasileiro.

Essa discussão é relevante dadas as transformações sociais presentes no contexto atual no Brasil, e porque possibilita pensar nas temáticas propostas: racial e migratória. E que estão presentes no debate acadêmico, nas mídias tradicionais e digitais. Isso, dada a implementação de políticas públicas e programas sociais, nos últimos anos, que contribuíram para a inclusão social de setores das classes subalternas e o seu acesso a serviços sociais, como saúde, educação e habitação. Dentre esses programas, destaca-se o Mais Médicos. No âmbito desse Programa destaca-se a chegada de médicos cubanos que vieram exercer sua medicina em diversas regiões e localidades brasileiras, além de deparar com os espaços estabelecidos e comumente ocupado pelas elites e pela classe média, ganharam relevância, principalmente nas mídias.

Diante disso, abriu-se a possibilidade de debater as relações do imigrante cubano diante de questões que foram sendo identificadas, como o ódio ao negro, racismo, inferiorização, migração, discriminação e outros. Haja vista que médicos cubanos pretos, brancos e pardos vieram participar do Programa Mais Médicos. Esses assuntos são de suma relevância para compreender a situação em que os médicos cubanos passaram a se deparar e, nesse sentido, destaca-se o pensamento de Fanon (2008), dada a sua importância na discussão sobre raça..

2 FANON: CONTRIBUIÇÕES QUE POSSIBILITAM PENSAR A QUESTÃO RACIAL

Os médicos cubanos, ao entrarem no tecido social brasileiro, se deparam com importantes relações socioculturais, dentre elas a questão racial. É neste contexto que Fanon (2008) traz reflexões que ajudam a compreender tal temática. Trata-se de intelectual fundamental para encorpar a temática racial relacionada a pessoa que, ao emigrar para terras estrangeiras, sofre diversos insultos, estranhamentos, xingamentos, além de mecanismos socioculturais

de inferiorização, através de discursos preconceituosos e racistas, enraizados no imaginário social, de modo a ser reproduzido e, comumente, destinado às classes subalternas. Mecanismos sociais que envolvem a linguagem, sotaque, a cor da pele, tipo de cabelo, enfim, características físicas que estão atreladas à perspectiva subjetiva e objetiva (FANON, 2008).

Nesse sentido, Fanon é importante porque suas reflexões exploram questões pós-coloniais, posto que mesmo com a descolonização, principalmente da África, dominada por países europeus, como Inglaterra, Portugal, França, Bélgica e outros, muitas características e aspectos ficaram impregnados nessas sociedades, tais como o racismo, preconceito, discriminação, inferiorização de etnias e desigualdades sociais (FANON, 2008). E é nesse aspecto que se recorre a este autor martinicano, com seu olhar e perspicácia que contribuirão para analisar as relações de uma pessoa na condição de *outsider*. Ou seja, o médico cubano que, através de sua presença em um espaço estabelecido, acabou explicitando uma série de questões presentes no discurso das elites e nas estruturas sociais. Discursos que se refletem nas relações socioculturais reveladoras de muitos privilégios produzidos e conservados por quem ocupa os melhores espaços dentro da sociedade brasileira.

Fanon (2008) se encontra fora do eixo europeu, e sentiu na própria pele o que é ser negro e discriminado por seus iguais, imaginando ser tratado como tal, o que vai influenciar decisivamente em sua escrita, de modo a priorizar aspectos que envolvem o racismo e o preconceito (FAUSTINO, 2013). E através de suas análises e abordagens que permeiam o colonialismo, tais como os elementos elencados acima, é que se permite trazer à tona e a base para colocar em evidência o *outsider*, de quem migra para outro espaço desconhecido, e se vê diante de dificuldades, como a língua e as relações já consolidadas. E nesse contexto, Fanon possibilita ampliar e observar outros povos inferiorizados pela predominância mácula e cultural do branco: “não ignoramos, entretanto, que os mesmos comportamentos podem ser encontrados em meio a raça que foi colonizada” (FANON, 2008, p.40).

Neste contexto, a língua aparece como elemento importante, pois o cubano também se depara com ela. E a questão da linguagem envolve a inferiorização do negro discutida por Fanon (2008). Esse sujeito, ao migrar para outro espaço, depara-se com esse elemento. É como se assumisse uma cultura diferente da sua, e suportando o peso de outra civilização (FANON, 2008). Para Fanon (2008), a linguagem tem uma certa potência, sendo que “um homem que possui a linguagem, em contrapartida, o mundo que essa linguagem expressa e que lhe é implícito” (FANON, 2008, p.34). A posição do negro diante da linguagem é importante porque o processo de inferiorização, não somente do negro, mas também de todo aquele que foi colonizado, passa pela interiorização da língua do colonizador.

O pensamento de Fanon (2008) traz reflexões importantes que contribuem para analisar a condição do homem negro, uma vez que, desde o processo de colonização, incorporou-se vários mecanismos subjetivos, estereótipos, seja através da linguagem, do sotaque, de características físicas negativas construídos pelo branco europeu e que levaram o negro a se sentir inferior nos diversos aspectos culturais, políticos, sociais em que se encontra inserido (FANON, 2008). E nos diversos discursos analisados, desde a chegada dos cubanos ao Brasil, houve a tentativa de inferiorizá-los, principalmente através de alguns estereótipos. O seguinte trecho foi extraído da rede social facebook. Trata-se da fala de uma jornalista que postou um comentário sobre os cubanos: *“Me perdoa se for preconceito, mas essas médicas cubanas tem uma cara de empregada doméstica. Será que são médicas mesmas???* Afe, que terrível. Médico, geralmente, tem postura, tem cara de médico, se impõe pela aparência... coitada da nossa população. Será que eles entendem de dengue? E febre amarela? Deus proteja o nosso povo!¹

As expressões utilizadas no comentário acima evidenciam não somente o preconceito, mas demonstram que uma pessoa, para ser médica, deve ter “aparência de médica”. Isso reforça a ideia de que para ser médico no Brasil tem que vir de determinada classe, ter um padrão bem estabelecido, ou seja, ser principalmente branco (a). Além disso, há uma clara discriminação com profissões de baixa remuneração e que não exigem tanta escolaridade, no caso em questão, a de empregada doméstica.

Nessa perspectiva de que há estereótipos definidos socialmente, sendo que, a jornalista ao dizer em sua conta no Facebook *“essas médicas cubanas têm cara de empregada doméstica”*², evidencia não somente uma opinião de um sujeito isolado, mas demonstra uma fala impregnada nas relações socioculturais e de setores sociais bem definidos. Percebe-se que, a fala representa uma definição de posição de classes bastante consolidadas no Brasil, elite e classe média, por exemplo; uma herança escravagista e colonial que perpassa gerações, entra pelos estratos sociais, ganha corpo nas relações cotidianas e é reproduzida, tanto consciente quanto inconscientemente por essas classes e/ou pelas classes subalternas. Trata-se de um modo de inferiorizar e estigmatizar as médicas cubanas, o que evidencia o racismo presente no discurso contra esses profissionais.

Nesse sentido, busca-se compreender a questão racial explicitada com a vinda e entrada dos cubanos ao Brasil. Isso possibilitou discutir tais temáticas, dada sua relevância em explorar essas relações socioculturais em que esses sujeitos estiveram inseridos. Dessa forma, através da migração, busca-se compreender também a condição social dos cubanos. Para tanto, recorre-se a Abdelmalek Sayad.

3 A IMPORTÂNCIA DE SAYAD PARA A DISCUSSÃO SOBRE A CONDIÇÃO SOCIAL DO IMIGRANTE

Essas reflexões que envolvem a linguagem, racismo, estigmatização, inferiorização são importantes porque estão inseridas dentro do processo migratório de médicos cubanos para o Brasil. Isto posto, nessa perspectiva, podemos também considerar as reflexões de Abdelmalek Sayad.

Na perspectiva do pensamento de Abdelmalek Sayad, o sujeito migra por determinadas questões como, relações interétnicas, econômicas, sociais, guerras, etc. (SAYAD, 2000). Migrar é universal. E pode acontecer em qualquer lugar do mundo. Mas, as migrações são distintas, de modo histórico ou sociológico, “nenhuma migração assemelha-se à outra” (SAYAD, 2000, p.10). E por mais que as pessoas migram por questões sociais, políticas ou econômicas, ou seja, relacionada às condições sociais que a cada indivíduo esteja sujeito, isso implicará no mercado de trabalho.

Essas discussões abrem espaço para aproximarmos o pensamento de Sayad à condição do médico cubano, este que é visto também como um sujeito transitório, de acordo com a visão do autor acerca da condição do migrante, e os lugares para onde emigrou, no caso o Brasil, dotado de significados secundários, onde não há raízes (SAYAD, 2000). Cabe notar que o espaço físico onde o cubano se insere a partir da migração, torna-se, também, um espaço social dotado de relações presentes (SAYAD, 2000).

Logo, é visto como um ser provisório, transitório, de relações efêmeras, e como que não estabelecerá laços duradouros e coesos. A condição de provisoriedade marcará sua condição social no processo migratório.

Há, neste contexto, a ideia implícita daquele que vem como ser provisório, que vem ocupar um espaço historicamente estabelecido e dominado pelas classes médicas. Isso acaba também provocando a criação de uma certa instabilidade. Assim como os questionamentos quanto à sua qualificação; ao problema da linguagem, e desse outsider cuja trajetória passada não é levada em conta, especialmente suas raízes culturais e seu país de origem. Uma ideia de repulsa e discriminação é forjada contra ele: a de que vem roubar o emprego dos brasileiros como se observa a seguir.

As expressões, abaixo, evidenciam que os médicos cubanos vieram roubar os empregos dos brasileiros “*Favorecer os cubanos, esse Programa [Mais Médicos] foi criado claramente para isso, os médicos de outros países não se vêem, apenas cubanos*”³. Entretanto, a posição do Programa Mais Médicos, inicialmente, foi contemplar os médicos brasileiros, só que por não conseguir preencher as vagas, principalmente em áreas bastante vulneráveis e com falta de assistência médica, houve a oferta para os cubanos. Assim, há uma tentativa de colocar o cubano em evidência, como se o Programa Mais Médicos fosse criado para favorece-lo.

O migrante vem para trabalhar nesse espaço, em que há um cooperativismo e aversão a presença desse sujeito. Trata-se de quem não aceita dividir o mesmo espaço, além de culpar o outro pela falta de emprego. No trecho abaixo, a ideia é de que o migrante está roubando o emprego do brasileiro: *“fui demitido hoje sem justa causa para dar vaga a um médico cubano”*⁴. Nesse sentido, segundo Sayad (2000), a condição de migrante, que vai implicar no mercado de trabalho, também provoca certa instabilidade nos espaços estabelecidos, porque além do trabalho, são vistos, a princípio como suposta ameaça.

A presença desse migrante nos espaços sociais brasileiros levou a pensar na ideia de instabilidade social, a partir de Sayad (1979), dentro das relações que se formam com a vinda desse *outsider*. Percebe-se que nos comentários apresentados nas falas analisadas, na visão de Sayad (1979), há uma maneira diferente de ver e tratar o imigrante. E se seu passado não é reconhecido, quando olham para o *outsider*, neste caso o imigrante cubano, ele é visto apenas como algo pejorativo; repleto de negatividade; ameaça aos empregos dos médicos brasileiros. “[...] *governo pilantra. Por quê não oferece condições de trabalho aos médicos brasileiros e oportunidade?...*”. Conforme o que foi dito, só de vir de Cuba, provoca aversão, preconceito e uso de expressões como *“vermelhos de Cuba”* *“ditadura cubana”*, remetendo de modo pejorativo ao comunismo.

Essa questão que se discute da vinda do migrante como possível causador de uma certa instabilidade social diante de relações estabelecidas, baseadas nas reflexões de Sayad, está presente no imaginário brasileiro, principalmente das elites.

Para Sayad (2000), a migração vai implicar no mercado de trabalho. No caso do Programa Mais Médicos, para o Brasil, emigraram médicos de diversas nacionalidades, principalmente os cubanos. Estes interessam à discussão, já que estão no bojo dos noticiários e nas postagens e comentários das mídias sociais. O trabalho é a condição desse sujeito que emigra, que ao pisar em solo estrangeiro, se torna um *outsider*. A desconfiança, a questão de lidar com a língua diferente da sua, os questionamentos da qualidade profissional: *“Será que estará mais humanizado???? Será que estão realmente preparados para atender a nossa população???”*⁵ Comentários como esse vão estimulando e criando condições concretas para a construção da imagem do *outsider* em nossa sociedade.

O comentário acima deixa implícito que o *outsider* vem numa espécie de hierarquia social, mas de maneira inferior dentro desse processo. Isso se comprova pela colocação *“Será que estará mais humanizado???”*. Seguido de outro comentário que interpela e põe em xeque o atendimento e qualidade do serviço a ser prestado.

Os comentários se seguem, há uma interação entre duas interlocutoras que buscam um certo diálogo em defesa de seus argumentos. É nesse instante que a questão da língua entra em cena. Há uma indagação a respeito do atendimento

e do falar o português refinado, em que marca a inferiorização através da linguagem: “...fui super mal atendido por uma médica “estrangeira”. Ela nem sabia onde estava o prontuário de atendimento e nem falava o português direito...”⁶. Esses são elementos abordados por Sayad (2000), mas que possibilitam dialogar com Fanon (2008), uma vez que a linguagem é um mecanismo que inferioriza o outro nas relações sociais, estabelecendo uma hierarquização de quem expressa uma linguagem refinada.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esse texto procurou explorar as questões racial e migratória, a partir dos médicos cubanos no Brasil, em particular, através do discurso nas mídias digitais, precisamente, o *Facebook*.

Fanon (2008) foi fundamental nessas análises, porque possibilitou compreender melhor como os mecanismos que inferiorizam os negros funcionam, buscando atingir sua imagem e desqualificá-lo; como, muitas vezes, são inferiorizados e provocam-lhes uma imagem negativa. Além disso, passam a ser associados aos empregos subalternos, de baixa qualificação. É como se o negro, por ter tido uma posição social rebaixada no colonialismo e pós colonialismo, não tivesse condições intelectuais de exercer determinadas profissões, tais como a de médico, bem como ocupar posições sociais e políticas de destaque.

A condição social do cubano que, ao emigrar para o Brasil, torna-se um *outsider*, tem-se a relevância nas ideias desenvolvidas pelo argelino Abdelmalek Sayad, que facultou compreender as condições sociais vividas pelo migrante. Como *outsider*, visto assim, a partir do que foi analisado, e não como um profissional médico, com formação e qualificação. Dotado de um passado, com suas origens, costumes e práticas, mas visto como um inferiorizado, provisório e ameaçador.

Dessa maneira, Sayad (1979; 2000) apresenta relevantes reflexões acerca da condição social do migrante e da questão migratória de maneira geral. O médico cubano, como foi exposto, ao migrar, torna-se um *outsider*, é visto como um certo temporal, provisório, em que sua história não é levada em conta. Ou melhor, o que se leva em conta são aspectos negativos imputados à sua condição social e origem. E também ao migrar, passa a ser levado em conta a partir desse momento. É como se o seu passado não fizesse sentido, tampouco a sua condição de migrante. Entretanto, o cubano, ao migrar para o Brasil abre espaço para se pensar na fissura que sua presença traz para com a estrutura sociocultural brasileira. Leituras e abordagens feitas a partir da análise dos discursos, principalmente nas redes sociais, buscaram demonstrar isso, isto é, a hierarquia dos espaços estabelecidos sendo rompida por quem migrou.

NOTAS

¹ <https://www.facebook.com/>

² Idem

³ Idem

⁴ Idem

⁵ Idem

⁶ Idem

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, ET AL. Mais Médicos: um programa brasileiro em uma perspectiva Internacional. Botucatu, **Interface**, V.19, n.54, jul/set. 2015, ISSN 1414-3283 On-line version ISSN 1807-5762.

ARAÚJO, S. G. “Una Sociología (de las migraciones para la resitencia)”. Universidad de Granada. **EMPIRIA**. Revista de Metodología de Ciencias Sociales. N.o 19, enero-junio, 2010, pp. 235-249. ISSN: 1139-5737

BELLO; E.; OLIVEIRA, M. F. “Uma introdução filosófica à vida e ao pensamento de Frantz Fanon na visão de Lewis Gordon”. RS. **Revista de Estudos Constitucionais, Hermenêutica e Teoria do Direito**, 8 (1): pp. 108-116. 2016.

BRANDÃO, H. H. N. **Introdução à análise do discurso**. Campinas/SP: Editora da Unicamp, 2004.

CAMPOS, G.W.S, PEREIRA JÚNIOR, N. “A atenção primária e o programa mais médicos do sistema único de saúde: conquistas e limites”. **Ciência & Saúde Coletiva** [online]. 2016, vol.21, n.9, pp.2655-2663. ISSN 1413-8123.

ELIAS, N.; SCOLTSON, J. **Os estabelecidos e Outsiders**. Traduzido por Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2000.

FANON, F. **Pele negra, máscaras brancas**. Salvador: EDUFBA, 2008.

FAUSTINO, D. M. “Colonialismo, racismo e luta de classes: a atualidade de Frantz Fanon”. **Anais do V Simpósio Internacional Lutas Sociais na América Latina**. ISSN 2177-9503. 2013.

FONTANA-ZOPPI, M; CESTARI, M.J. “Cara de empregada doméstica”: discursos sobre os corpos de mulheres negras no Brasil. In: **RUA** [online]. 2014, Edição Especial - ISSN 14132109. pp. 168-185.

GUIMARÃES, A. S. A. A recepção de Fanon no Brasil e a identidade negra. **Novos Estudos**. CEBRAP. 2008. pp. 99-114. <https://www.facebook.com/>

ORTIZ, RENATO. “Frantz Fanon: Um itinerário político e intelectual”. **Contemporânea – Revista de Sociologia da UFSCar**. São Carlos, v.4, n.2 jul-dez 2004, pp 425-442.

SAYAD, ABDELMALEK. O que é um migrante? **Peuples méditerranées**, n.7, abr-jun.1979. pp.3-23.

SAYAD, ABDELMALEK. “O retorno: elemento constitutivo da condição de migrante”. São Paulo, **Travessia Especial**, 2000. ISSN 01035576.

VENTURA, D. “**A nudez por trás do jaleco**: Eliana Brum entrevista”, 06/09/2013. Disponível em: <https://saudeglobal.org/2013/09/06/a-nudez-por-tras-do-jaleco-eliane-brum-entrevista-deisy-ventura/>.15/04/2016.

RESUMO

O presente texto procura abordar as questões racial e migratória enfrentadas pelos médicos cubanos que vieram para o Brasil através do Programa Mais Médicos (PMM) do governo federal. Diante disso, pretende-se discutir tais questões já que estão relacionadas, de maneira histórica, com a sociedade brasileira. Nesse quadro, o texto busca, como referência teórica, autores que abordem a questão racial e migratória, através de uma perspectiva pós-colonialista. Em particular, destaca-se Frantz Fanon e Abdelmalek Sayad, fundamentais para discutir as relações conflitivas, especialmente vinculadas à imigração, dentro da sociedade brasileira.

Palavras-chave: migração; racismo; Brasil; médicos cubanos

ABSTRACT

The present text seeks to address the racial and migratory issues faced by Cuban physicians who came to Brazil through the Federal Government's Mais Medicos (PMM) Program. In view of this, it is intended to discuss such issues since they are related, historically, to Brazilian society. In this context, the text seeks as theoretical reference authors who approach the racial and migratory issue, through a post-colonial perspective. In particular, we highlight Frantz Fanon and Abdelmalek Sayad, who are fundamental for discussing conflicting relationships, especially linked to immigration, within Brazilian society.

Keywords: Migration; racism; Brazil, Cuban doctors

RESUMEN

El presente texto trata de abordar las cuestiones racial y migratoria enfrentadas por los médicos cubanos que vinieron a Brasil a través del Programa Más Médicos (PMM) del gobierno federal. Ante ello, se pretende discutir tales cuestiones ya que están relacionadas, de manera histórica, con la sociedad brasileña. Siendo que fueron identificadas a partir de este Programa. En ese cuadro, el texto busca como referencia teórica autores que aborden la cuestión racial y migratoria, a través de una perspectiva post-colonialista. En particular, se destaca Frantz Fanon y Abdelmalek Sayad, fundamentales para discutir las relaciones conflitivas, especialmente vinculadas a la inmigración, dentro de la sociedad brasileña.

Palavras clave: Migración; racismo; Brasil: médicos cubanos

Crítica bibliográfica

Con el proceso de la globalización y la intensificación de las relaciones internacionales impactando todos los continentes, también las migraciones ganan una mayor relevancia. Esa tendencia general pone cada vez más en evidencia la necesidad en se conocer las dinámicas de las fronteras internacionales. Percibiese como, alrededor de las fronteras entre dos o tres países, se van constituyéndose territorios con rasgos muy propios, donde los flujos de diferentes grupos de la población que contribuyen para la dinámica de su formación. En América Latina, tenemos varios ejemplos de territorios transfronterizos que adquieren un destaque cada vez más importante en la dinámica de las relaciones entre los países de la región. Desde ahí se permite observar de manera privilegiada las transformaciones de los marcos históricos, políticos y socioculturales que condicionan las relaciones entre los países del subcontinente.

En ese marco, considerando los territorios fronterizos en América Latina que son objeto de investigación en los distintos países da región, destacase el complejo de Tacna y Arica en la confluencia de la triple frontera entre Chile, Perú y Bolivia. Sobre esa región, hacemos la recensión de dos libros, relativamente recientes, que tienen acercamientos desde dos perspectivas distintas. Son trabajos de investigación de índole colectiva, a partir de proyectos elaborados en diferentes Universidades de Chile. La primera publicación recoge trabajos sobre el complejo urbano formado en el territorio transfronterizo, tratando separadamente los aspectos geográfico, histórico, económico, sociológico, geopolítico y político-institucional. La segunda se presenta como un estudio etnográfico, desarrollado y escrito de manera conjunta por sus autores, sirviéndose también de otras disciplinas para tratar su objeto de estudio, las mujeres migrantes peruanas en Arica. Si la segunda publicación tiene como objetivo principal el estudio de un grupo específico de migrantes, la primera no deja de dar una atención importante a la migración como uno de los aspectos centrales para el entendimiento del complejo de relaciones que forman ese territorio. En común a los dos proyectos, la búsqueda de mirar el territorio transfronterizo de Arica y Tacna como un todo.

“La vuelta de todo eso. Economía y sociedad en la frontera chileno/peruana – el complejo urbano transfronterizo Tacna/Arica”

*Haroldo Dilla Alfonso; Camilla Alvarez Torres (edit.)
Santiago de Chile, RIL editores/
Universidad Arturo Prat, 2018, p. 232*

Esa publicación presenta el resultado del proyecto Fondecyt-Conicyt de investigación sobre la regionalización fronteriza del complejo formado por Arica y Tacna, cuyo objetivo fue la colecta de información y la construcción de conocimiento sobre esa franja fronteriza. El trabajo se ha concretizado por medio del intercambio realizado entre investigadores de diferentes áreas de conocimiento en el marco de la Universidad Arturo Prat (INTEL/UNIP. Ese volumen reúne el producto de la sistematización teórica alcanzada con los resultados del proceso de investigación.

Son siete artículos de distintos autores en que se busca comprender bajo diferentes miradas complementares, los aspectos geográficos, históricos, económicos, sociológicos y políticos de los procesos transfronterizos en el Grande Norte Chileno. Mientras tanto, el eje principal que articula el conjunto de los estudios, reflejando el complejo de relaciones que ahí se entablan, parece ser de carácter geopolítico y socioeconómico. El primer texto, de uno de los coordinadores del volumen, Haroldo Dilla Alfonso, sobre *“localismo e intimidación de una región fronteriza”* indica esa dirección. En ese trabajo se traza la problemática central que define la región. El territorio de Arica y Tacna es concebido como un “complejo urbano transfronterizo”, con un conjunto de relaciones complementares y conflictivas, multidimensionales y multiescalares, de asimetrías e intercambios desiguales. El territorio es visto como un todo, y por ello también nombrado como una “región íntima”, en el sentido de que en ese territorio se despliegan lógicas propias y autónomas, que se distinguen de aquellas del Estado-Nación. Los demás textos del libro se encauzan en esa vía al examinar, bajo diferentes disciplinas, las relaciones y dimensiones de ese complejo.

El segundo texto, de Daniel Soto Tancara, hace *“una breve historia de la moderna frontera de Arica y Tacna”*, al recuperar el recorrido histórico de la región en los dos últimos siglos, cuando se operaron las transformaciones políticas que estructuraron su actual conformación. Para tanto, se guía por cuatro grandes “coyunturas”: el proceso de emancipación de los países y construcción de los

Estados-nación de la región (siglo XIX); el proceso de chilenización de Arica y Tacna (1880-1930); el apogeo de la estrategia desarrollista y su crisis (1930-1980); las dictaduras, la transición democrática y la hegemonía neoliberal (desde los años 1980).

El texto siguiente de Haroldo Dilla Alfonso y Camilla Alvarez Torres describe el “*ámbito de la economía transfronteriza*” de Arica y Tacna, y examina los intercambios económicos que constituyen el binomio interdependiente de las dos ciudades. Caracterizado como un subsistema autónomo de las economías nacionales de los países de la región, los autores lo describen como un “complejo urbano transfronterizo (CUT)”, con sus asimetrías que contradictoriamente alimentan la intensa dinámica de relaciones entre los dos lados de la frontera. Apuntan cuatro circuitos de relaciones que marcan la dinámica económica transfronteriza: las transacciones mayoristas, con el tránsito de bienes y servicios de grandes empresas, visibilizado por el tráfico de camiones en dirección al puerto de Arica; la movilidad circulatoria de personas, que dinamiza el comercio y los servicios, en función de la zona franca de Tacna; el flujo de trabajadores informales y temporáneos, que salen de Tacna a Arica, para el trabajo agrícola en el Valle de Lluta y Azape o para los servicios domésticos y de manutención en el circuito urbano de Arica; los itinerarios de comercio “hormiga” realizado por mujeres migrantes peruanas, llevando a un intenso movimiento por el paso de Chapalluta, impulsado por el comercio de ropa usada americana.

A seguir, en la perspectiva de un “territorio íntimo” como subsistema autónomo en relación a los territorios nacionales, el estudio de Marcela Tapia Ladino, Yasna Contreras Gatica, Nanette Liberona Concha trata la movilidad humana: “*cruzar y vivir en la frontera de Arica y Tacna*”. Pone como objetivo “conocer las movilidades y practicas socioespaciales transfronterizas que despliegan los residentes tacneños en Arica y los residentes ariqueños hacia Tacna.” Después de considerar la larga historia de intercambios y movimientos de población en la región, las autoras buscan construir una tipología del movimiento transfronterizo actual. Para tanto examinan la dinámica de cruces diarios por la frontera, y buscan identificar los diferentes grupos que la transitan, sus orígenes sociales, las motivaciones de sus desplazamientos, los impactos de sus prácticas sociales. Primero examinan “las movilidades y prácticas socioespaciales reproductivas”, direccionadas por el consumo de servicios de salud, gastronomía, compras y ocio, practicado principalmente por turistas chilenos en Tacna. Después, “las movilidades y prácticas socioespaciales productivas”, que contemplan los diferentes flujos de trabajadores peruanos que migran para Arica. En ese punto, la tipología describe el perfil de los migrantes que buscan trabajo temporáneo agrícola en los valles de Azapa y Lluta; de los trabajadores domésticos, de construcción y de servicios que buscan empleo en el área urbana de Arica; de las mujeres peruanas que hacen el transporte en pequeñas cantidades de ropa americana reciclada, varias veces al día, por el paso fronterizo, entre Arica y Tacna.

Los tres últimos textos tratan de temas referentes a las relaciones políticas e institucionales, en el marco del complejo urbano fronterizo: el “régimen político fronterizo en Arica”, de Haroldo Dilla Alfonso y Karen Hansen Figueroa; el texto “*entre la buena vecindad y la rígida institucionalidad transfronteriza*”, de Camila Alvarez Torres, sobre las relaciones institucionales entre Tacna y Arica; y por último, lo estudio de un contencioso fronterizo reciente entre Chile y Perú, en “*incidentes políticos en la frontera norte y su impacto en la gestión fronteriza*”, de Cristian Ovando Santana. Los textos estudian las dificultades y contingencias de la gobernanza transfronteriza en nivel local, al considerar las relaciones multiescalares de la frontera, sobre todo en relación al ámbito federal. Los dos primeros textos dan destaque a la actuación de un organismo de diálogo institucional local arriqueño, el Comité de Integración y Desarrollo Fronterizo (CIDF), que ha buscado una concertación con las entidades comerciales representativas de Tacna. El último texto pone su atención en un contencioso fronterizo, puesto en evidencia entre 2008 y 2014, entre Perú y Chile, demostrando como las representaciones nacionales sobre el espacio fronterizo aún condicionan las relaciones políticas en la región fronteriza.

Sidnei Marco Dornelas, Cs

“Des/venturas en la frontera: una etnografía sobre las mujeres peruanas entre Chile y Perú”

*Menara Guizzardi; Felipe Valdebenito; Eleonora Lopez;
Esteban Nazal
Santiago de Chile,
Ediciones Universidad Alberto Hurtado, 2019, p. 358*

Este libro presenta el resultado de un proyecto colectivo de investigación centrado en la frontera Arica y Tacna, con un objeto de estudio más particularizado: las mujeres migrantes peruanas en Arica. Desde el principio se propone el desarrollo de un acercamiento específico: una etnografía desde una perspectiva relacional y dialéctica. En ese sentido, en la búsqueda de tratar la totalidad de las relaciones implicadas por su objeto, hace una propuesta epistemológica que conscientemente se despliega a lo largo de toda la obra. La redacción es hecha colectivamente y se constituye como un relato que sigue desarrollándose de capítulo en capítulo. De esa manera, se sigue un recorrido, desde la proposición

del objeto de estudio hasta la formulación de las conclusiones sobre la vivencia de la “maternidad dialéctica” entre las mujeres migrantes, y la presentación de propuestas de revisión crítica de algunos de los postulados de los estudios migratorios transfronterizos y transnacionales.

A partir de ese posicionamiento epistemológico y de la opción por un objeto de investigación bien concreto es que se proponen las herramientas metodológicas y su forma de discusión teórica. Observamos como el objetivo del estudio va emergiendo en la medida en que madura ese proceso. En el prólogo, la exposición se abre con el relato de vida de una migrante que condensa los rasgos principales de la condición migratoria de las mujeres estudiadas. En ese relato se presenta de forma palpable el significado concreto de las relaciones y contingencias vividas por las migrantes en el contexto transfronterizo. En la introducción, el territorio transfronterizo es presentado como siendo el locus donde se condensan las asimetrías entre los dos países, concretizadas en las relaciones sociales, económicas y étnicas, y sobre todo, las violencias de género. A seguir, los autores hacen algunas indagaciones “circulares” que sirven a orientar su estrategia analítico-metodológica y la forma como entienden desarrollar la investigación, en que los temas “van siendo re-evocados en la medida que las informaciones empíricas nos habilitan a profundizar en las definiciones y vicisitudes de la relación entre género, fronteras nacionales y límites sociales” (p. 30).

En el primer capítulo se describe como se llegó a la propuesta de ir a la frontera y se justifica la formulación de la “estrategia metodológica”. Empieza por una revisión crítico-bibliográfica de los estudios recientes de migración en Chile, en que se detecta lo que llaman de “santiaguismos metodológicos”, una forma de sesgo de “nacionalismo metodológico”. A seguir, extiende la crítica a otras formas de sesgos metodológicos: de los estudios sobre el norte chileno, de los antropólogos en comparación a arqueólogos y historiadores, de los estudios sobre la globalización en un contexto de frontera. En base a esa discusión crítica, son propuestas sus herramientas metodológicas en vista de una etnografía dialéctica: la *Extended Case Method* (ECM) y la etnografía multi-situada. La primera propone una práctica etnográfica superación de la división entre teoría y práctica, y como trabajo colectivo e interdisciplinario. La segunda herramienta, la etnografía multi-situada, busca acompañar y describir el modo de vida de las mujeres en su condición de movilidad, siguiéndolas en sus historias de vida, sus ambientes, desplazamientos y conflictos.

Los dos capítulos siguientes ejecutan esa propuesta y dan continuidad a ese acercamiento teórico. El capítulo II trata de la aparente incompatibilidad entre las teorías sobre el transnacionalismo en las migraciones y los estudios transfronterizos. Examina los puntos de contacto y de conflicto entre las dos perspectivas teóricas, y de sus distintos campos de estudio. Considerando los aportes de los dos distintos campos de investigación, los autores proponen

una revisión de los presupuestos de los estudios transnacionales, en vista de un acercamiento con el tema de las configuraciones culturales en los territorios transfronterizos. El capítulo III, sobre las “configuraciones históricas del patriarcado en la frontera”, busca ya un acercamiento del tema del patriarcado, como llave para el entendimiento de las relaciones de género en la frontera, recapitulando la historia reciente del complejo fronterizo de Tacna y Arica.

A partir del capítulo IV, “las complejidades de la eterna primavera”, entramos propiamente en el terreno de la investigación y somos introducidos más específicamente en la delimitación del objeto de estudio. Es el capítulo más largo, en que se hace una descripción de los espacios de tránsito de los migrantes en Arica, sobre todo en su perímetro urbano. De esa manera, son identificados los llamados “espacios hiperfronterizos”, en que se condensan las relaciones y contradicciones de la presencia peruana: el Terminal Internacional de autobuses y el Agromercado. En ellos se evidencian sus estrategias de inserción en el mercado de trabajo, y como los moldean culturalmente. En el capítulo siguiente, “el arte de trazar perfiles”, al servirse de los datos colectados en un relevamiento junto a las mujeres peruanas, se procura construir un mosaico de sus experiencias transfronterizas. Ese acercamiento hace más evidente la precarización de su condición social y femenina, así como la recurrencia de la violencia de género. El capítulo VI, sigue profundizando ese acercamiento de la condición fronteriza de esas mujeres. Al tratar de la “configuración del ‘yo’ en la frontera”, hace una reconceptualización de la “simultaneidad” en las migraciones, buscando comprender las estrategias utilizadas por las migrantes en las situaciones creadas por el flujo transfronterizo. En particular, la atención se pone en la flexibilidad de las modalidades encontradas para entrar y salir de diferentes configuraciones identitarias, en función de las exigencias de los ambientes que frecuentan.

Los tres últimos capítulos hacen propiamente el análisis de la condición social y femenina de las migrantes peruanas en Arica. El capítulo VII, “violencias liminales”, estudia el carácter estructural de la violencia de género en la región fronteriza. Recupera históricamente como viene se reforzando las relaciones patriarcales, sea en la formación generacional de las familias migrantes, sea en la configuración nacional del territorio de la frontera. En las entrevistas, se puede percibir la recurrencia de la violencia de género y las estrategias movilizadas por las migrantes para su autoafirmación. El capítulo VIII, “maternidades dialécticas”, muestra como en la maternidad ellas encuentran paradójicamente la manera más efectiva de empoderamiento en su condición de mujer migrante. Son “maternidades dialécticas” porque, de un lado, la maternidad condensa la violencia reproductiva, las asimetrías patriarcales, su vulnerabilidad como mujer, la sobrecarga de trabajo y responsabilidades; por otro, como madres pueden encontrar la legitimidad de su lugar en la familia, la justificación de su libertad, el empoderamiento para trabajar. Es la condición paradójica de madre que justifica su protagonismo en las luchas sociales de los migrantes, y permite repensar la

familia migrante en el contexto fronterizo. Ese es el tema del capítulo IX, “familias en la frontera”, en que se hace, en base al examen de su vivencia familiar, una rediscusión de la concepción de familia en las teorías del transnacionalismo migrante, lo que lleva a proponer una nueva comprensión de las familias migrantes en el territorio transfronterizo, como transnacionales y “translocales”.

En las consideraciones finales, “fronteras, género y etnografía”, los autores proponen cuatro ejes para una composición de una antropología de/en territorio transfronterizo: una crítica del “fetichismo de la frontera”; la discusión sobre las “condensaciones patriarcales fronterizas”; la necesidad de una mirada más atenta a la “historicidad de la frontera”; y la importancia de seguir con una etnografía de la frontera de corte “dialéctico” para comprender las complejas relaciones de acción y subordinación de los sujetos fronterizos, y la articulación entre las comunidades y grupos transfronterizos frente al “conjunto de fuerzas macrosociales abarcadoras” (p. 329-330).

LA CONDICIÓN MIGRANTE EN LA FRONTERA: ¿UN “HECHO SOCIAL TOTAL”?

Las dos publicaciones tienen en común la búsqueda de seguir el camino de un diálogo multidisciplinar en un campo en que se evidencia una creciente acumulación de trabajos sobre las fronteras nacionales y las relaciones que se entablan en los territorios que ahí se forman. En el plano de las investigaciones en curso, esas diferentes miradas siguen se multiplicando, en la medida que también crece el interés geopolítico, económico y social por esos territorios. En efecto, la interdisciplinariedad puede se realizar bajo diferentes modalidades, pero, más allá de la diversidad de acercamientos posibles, las fronteras mismas se revelan como una “totalidad relacional y dialéctica”. Si la obra “La vuelta de todo eso” ya nos introduce en la totalidad paradójica de ese “complejo urbano fronterizo”, en el alentado estudio sobre las mujeres migrantes peruanas se percibe a su vez como su condición social condensa los rasgos más salientes de las relaciones contradictorias de ese territorio. Así es que somos llevados a nos preguntar se todo el territorio fronterizo, en las actuales condiciones en que vivimos la globalización, no se nos revelaría algo como un “hecho social total”. La complejidad y múltiples implicaciones de las relaciones sociales en ese territorio, en ese sentido, permitiría adentrar en el conocimiento de la totalidad de la sociedad en que vivimos. Y en ese territorio, en especial, la condición social de los migrantes transfronterizos.

El creciente interés por los estudios fronterizos, las tensiones de diferentes niveles en las fronteras nacionales actualmente parecen confirmar esa percepción. Esos dos trabajos colectivos, entre tantos, en ese sentido, no solamente introducen en esa complejidad, sino que también plantean diferentes caminos

de interpretación que van más allá de los objetos de estudio en cuestión, o de la frontera de Tacna y Arica. Si esos estudios arrancan de la proposición de una gama amplia de indagaciones, sus resultados conducen a otras interrogaciones, a la par de otras tantas posibilidades de comprensión de la realidad de la migración en las fronteras. Por lo tanto, esos dos acercamientos de la región fronteriza se nos presentan como una invitación más para seguir en la colaboración y mejorar el dialogo crítico entre las varias disciplinas. Una interrogación que podríamos agregar, por ejemplo, en el marco de la ampliación e intensificación de los flujos internacionales en todo subcontinente Sudamericano, es sobre cómo comprender mejor las migraciones y los migrantes de larga distancia, que también se encuentran de paso en esos territorios transfronterizos.

Sidnei Marco Dornelas, Cs

TRAVESSIA agora também ONLINE

Um acervo sem data de vencimento

Já são mais de 80 edições lançadas, com conteúdos para estudo, informação e pesquisa que jamais perdem sua validade. Para aquisição de números anteriores, o valor unitário baixa de acordo com a quantidade solicitada. Aproveite a promoção e pague praticamente a valor da postagem. Entre diretamente em contato conosco.

Valor da assinatura

(3 números por ano)

Nacional

- por 1 ano.....R\$ 20,00
- por 2 anos.....R\$ 35,00
- por 3 anos.....R\$ 45,00

Exterior

- por 1 ano.....U\$ 20,00
- por 2 anos.....U\$ 35,00

Forma de pagamento

Depósito nominal à: **Pia Soc. dos Miss. de S. Carlos**

Banco Bradesco; Agência 515-0; c/c 23083-9

Após efetuar o depósito, informe por e-mail o valor, a data do depósito, finalidade do mesmo, seu endereço atualizado, sua profissão e/ou área de atuação.

Entre em contato conosco através do e-mail
cem@missaonspaz.org ou através
do novo portal acesse os últimos números
da revista **TRAVESSIA**

www.revistatravessia.com.br

Acesse também o nosso Facebook:

Revista Travessia - Revista do Migrante

www.missaonspaz.org

NORMAS DE PUBLICAÇÃO NA REVISTA TRAVESSIA

A Revista Travessia publica: dossiês, artigos originais, notas de pesquisa, entrevistas, resenhas, relatos, poemas, contos. Os textos podem ser em: português, espanhol, inglês, francês, etc.

ARTIGOS - Até 20 páginas, fonte Times New Roman, tamanho 12, espaço entre linhas - 1,5, margens: esquerda e direita – 2,5, cabeçalho e rodapé – 2,5

NOTAS DE PESQUISA – Até 10 páginas, fonte Times New Roman, tamanho 12, espaço entre linhas- 1,5, margens: esquerda e direita – 2,5, cabeçalho e rodapé – 2,5

RELATOS – Até 7 páginas, fonte Times New Roman, tamanho 12, espaço entre linhas - 1,5, margens: esquerda e direita – 2,5, cabeçalho e rodapé – 2,5

ENTREVISTAS - Até 10 páginas, fonte Times New Roman, tamanho 12, espaço entre linhas- 1,5, margens: esquerda e direita – 2,5, cabeçalho e rodapé – 2,5

RESENHAS – Até 5 páginas, fonte Times New Roman, tamanho 12, espaço entre linhas - 1,5, margens: esquerda e direita – 2,5, cabeçalho e rodapé – 2,5

CONTOS – Até 5 páginas, fonte Times New Roman, tamanho 12, espaço entre linhas – 1,2, margens: esquerda e direita – 2,5, cabeçalho e rodapé – 2,5

Obs. Os textos podem conter imagens, preferencialmente em alta resolução

REFERÊNCIAS

A Revista Travessia adota a NBR 6023/2002 da ABNT como norma para referência de documentos em textos acadêmicos. Procurando facilitar o trabalho dos autores de Travessia, apresentamos, abaixo, uma síntese da NBR 6023/2002 tomando como base o seu documento original e ainda o compêndio elaborado por Luciana Pizzani e Rosemary Cristina da Silva (2016). A síntese que se segue não dispensa consulta ao documento (NBR 6023/2002) original e integral da ABNT.

Existem vários meios de informação que podem ser referenciados:

Livros, Dissertações e Teses, Folhetos, Revistas ou Periódicos, Relatórios, Manuais, Eventos, Multimeios, Documentos eletrônicos, Discos e Fitas, Filmes, Fotografias etc.

ALINHAMENTO - A lista final deve ser alinhada à margem esquerda do texto

NOTAS DE RODAPÉ - Em formato numérico, ao final do texto

HAVENDO DUAS OU MAIS REFERÊNCIAS DE UMA MESMA AU-

TORIA, OBSERVE-SE: a) um só autor: PIZZANI, L.

b) mesmo autor e outro: PIZZANI, L.; SILVA, R.C.

c) mesmo autor e outros: PIZZANI, L. et al.

REFERÊNCIA DE LIVROS/OBRA TRADUZIDA/SÉRIE

Autor, título, subtítulo (se houver), edição, local, editora e data de publicação.

AUGÉ, M. **Não lugares**. Campinas: Papyrus, 2006.

CHEVALIER, J.; GHEERBRANT, A. **Dicionário de símbolos**. Tradução Vera da Costa e Silva.

3.ed. Rio de Janeiro: J. Olympio, 1990.

BRANDÃO, C.R. **O que é educação**. São Paulo: Brasiliense, 1987. 116p. (Coleção primeiros passos, 20).

CAPÍTULO DE LIVRO

Autor, título da parte, subtítulo (se houver), seguidos da expressão "In:" e da referência completa da publicação, número de páginas ou volume.

ROMANO, G. **Imagens da juventude na era moderna**. In: LEVI, G.; SCHMIDT, J. (Orgs.). História dos jovens 2. São Paulo: Companhia das Letras, 1996. p.7-16.

AUTOR DO CAPÍTULO É O MESMO AUTOR DO LIVRO

SANTOS, R.F. A colonização da terra do Tucujús. In: _____ . **História do Amapá, 1º grau**.

2.ed. Macapá: Valcan, 1994. cap.3, p.15-24.

LIVRO DISPONÍVEL NA INTERNET

JUNQUEIRA, L.C.U. **Histologia básica**. 10.ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2004. Disponível em: <[TRAVESSIA - Revista do Migrante - Ano XXXIII, Nº 89 - Julho - Dezembro/2020](http://www.>. Acesso em: 30 set. 2007.</p></div><div data-bbox=)

ARTIGO DE PERIÓDICO – revista, boletim etc. *Autor, título do artigo, subtítulo (se houver), título da publicação, local da publicação, numeração correspondente ao volume e/ou ano, número ou fascículo, paginação inicial e final do artigo, informações de período, ano de publicação.* Exemplos: DORNELAS, S.M. Entre a Igreja do Brasil e da França: Uma experiência com os portugueses em Paris. **Travessia** – revista do Migrante, São Paulo, ano XXII, n. 65, p. 13-32, set-dez. 2009.

ARTIGO EM PERIÓDICO – revista, boletim etc. disponível em meio eletrônico *Autor, título do artigo, subtítulo (se houver), título da publicação, local da publicação, numeração correspondente ao volume e/ou ano, número ou fascículo, paginação inicial e final do artigo, informações de período, ano de publicação, informações pertinentes ao suporte eletrônico.*

BASSO, N.A.S. et al. Insulinoterapia, controle glicêmico materno e prognóstico perinatal: diferença entre o diabetes gestacional e clínico. **Rev. Bras. Ginecol. Obstet.**, v.29, n.5, p.253-259, maio 2007. Disponível em: <http://www.____>. Acesso em: 16 jan. 2004.

ARTIGO DE JORNAL: *Autor, título do artigo, subtítulo (se houver), título do jornal, local de publicação, data de publicação, seção, caderno ou parte do jornal e a paginação correspondente.*

NAVES, P. Lagos andinos dão banho de beleza. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 28 jun. 1999. Folha Turismo, Caderno 8, p.13.

ARTIGO DE JORNAL disponível em meio eletrônico

NAVES, P. Lagos andinos dão banho de beleza. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 28 jun. 1999. Folha Turismo, Caderno 8, p.13. Disponível em: <http://www.____>. Acesso em: 20 fev. 2004.

MONOGRAFIAS, DISSERTAÇÕES, TESES

SILVA, C. F. da. **Das calçadas às galerias: mercados populares do centro de São Paulo.** 2014. 176p. Originalmente apresentado como tese de doutorado em Sociologia. São Paulo: USP, 2014.

MONOGRAFIAS, DISSERTAÇÕES, TESES disponíveis em meio eletrônico RODRIGUES, M.A.Q. **Bandagem ajustável do tronco pulmonar: comparação de dois métodos de hipertrofia aguda do ventrículo subpulmonar.** 2006. 85p. Tese (Doutorado) – Faculdade de Medicina, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/5/5156/tde-06112006-130715/>>. Acesso em: 20 dez. 2007.

EVENTO CIENTÍFICO: *Autor, título do trabalho apresentado, subtítulo (se houver), seguido da expressão "In:," nome do evento, numeração (se houver), ano e local de realização, título da publicação, subtítulo (se houver), local de publicação, editora, data de publicação, página inicial e final da parte referenciada, elementos pertinentes a parte referenciada.*

– Quando disponível em meio eletrônico, acrescentar: “Disponível em....”, como no exemplo abaixo.

BENGTSSON, S.; SOLLEIM, B.G. Enforcement of data protection, privacy and security in medical informatics. In: WORLD CONGRESS ON MEDICAL INFORMATICS, 7., 1992, Geneva.

Proceedings... Amsterdam: North Holland, 1992. p.1561-1565. Disponível em: <http://www._____>. Acesso em: 21 jan. 2004.

DOCUMENTO JURÍDICO

Jurisdição (ou cabeçalho da entidade, no caso de se tratar de normas), título, numeração, data e dados da publicação. No caso de Constituições e suas emendas, entre o nome da jurisdição e o título, acrescenta-se a palavra Constituição, seguida do ano de promulgação entre parênteses.

BRASIL. Medida provisória nº 1.569-9, de 11 de dezembro de 1997. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Brasília, DF, 14 dez. 1997. Seção 1, p.29514.

BRASIL. **Código Civil**. 46.ed. São Paulo: Saraiva, 1997.

BRASIL. Constituição (1988). Emenda constitucional nº 9, de 9 de novembro de 1995. **Lex**: legislação federal e marginalia, São Paulo, v.59, p.1966, out./dez. 1995.

SÃO PAULO (Estado). Secretaria do Meio Ambiente. **Diretrizes para a política ambiental do Estado de São Paulo**. São Paulo, 1993. 35p.

BRASIL. Ministério da Justiça. **Relatório de atividades**. Brasília, DF, 1993. 28p.

IMAGEM EM MOVIMENTO - Inclui filmes, videocassetes, DVD, entre outros

Título, diretor, produtor, local, produtora, data e especificação do suporte em unidades físicas.

ADEUS, Lenin! Dir. Wolfgang Becker. Alemanha: Prod. X Filme Creative Pool; WDR (Cologne); Arte France Cinéma, 2003. 1 DVD

DOCUMENTO ICONOGRÁFICO -

Inclui pintura, gravura, ilustração, fotografia, desenho técnico, diapositivo, diafilme, material estereográfico, transparência, cartaz, entre outros.

Autor, título, data e especificação do suporte.

KOBAYASHI, K. **Doença dos xavantes**. 1980. 1 fotografia.

O QUE acreditar em relação à maconha. São Paulo: CERAVI, 1985. 22 transparências.

MATTOS, M.D. **Paisagem-Quatro Barras**. 1987. 1 original de arte, óleo sobre tela, 40cm x 50cm. Coleção particular.

DOCUMENTO CARTOGRÁFICO - Inclui atlas, mapa, globo, fotografia aérea etc.

Autor(es), título, local, editora, data de publicação, designação específica e escala.

ATLAS Mirador Internacional. Rio de Janeiro: Enciclopédia Britânica do Brasil, 1981. 1 atlas. Escalas variam.

BRASIL e parte da América do Sul: mapa político, escolar, rodoviário, turístico e regional. São Paulo: Michalany, 1981. 1 mapa, color., 79 cm x 95 cm. Escala 1:600.000

BÍBLIAS

BÍBLIA. Língua. Título da obra. Tradução ou versão. Local: Editora, Data de publicação. Total de páginas.

BÍBLIA. Português. **Bíblia sagrada**. Tradução de Padre Antônio Pereira de Figueiredo. Rio de Janeiro: Encyclopaedia Britannica, 1980. Edição Ecu-
mênica.

PARTES DA BÍBLIA: Quando se tratar de partes da Bíblia, inclui-se o título da parte antes da indicação do idioma e menciona-se a localização da parte (capítulo ou versículo) no final.

BÍBLIA, N.T. João. Português. **Bíblia sagrada**. Versão de Antonio Pereira de Figueiredo. São Paulo: Ed. Das Américas, 1950. cap.12, vers.11.

CITAÇÃO DIRETA - TRECHO CITADO MENOR OU IGUAL A 3 LINHAS

As citações diretas, menores ou iguais ao limite de 3 linhas devem ser feitas de acordo com as seguintes especificações: "Sendo necessário citar trecho de obra, sem ultrapassar o limite de três linhas, deve-se fazer a citação no corpo do próprio texto, mantendo o espaçamento

adotado, o tamanho de fonte 12, sem itálico, iniciando e terminando com aspas” (SOUZA, 2005, p. 18). Esta regra também confere com a ABNT 6023/2002.

CITAÇÃO DIRETA - TRECHO CITADO MAIOR QUE 3 LINHAS

As citações maiores devem ser feitas seguindo as seguintes especificações:

Sendo necessário citar trecho de obra ou transcrever a opinião de determinado autor ou ainda acórdão, ementa, lei, ultrapassando três linhas, deve-se recuar 4 centímetros à direita com os seguintes cuidados: espaço simples, fonte 10, sem itálico, iniciando e terminando sem aspas. Após, entre parênteses, constar a fonte, com o sobrenome do autor em maiúsculas, o ano de publicação da obra e a página. (SOBRENOME, 2003, p. 10).

O sobrenome do autor, quando colocado entre parênteses, deve ser grafado em maiúsculas.

PARA REFERÊNCIA DE OUTROS DOCUMENTOS NÃO PRESENTES NESTA SÍNTESE, confira: ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 6023**: informação e documentação – referências – elaboração. Rio de Janeiro, 2002. 24p.

Disponível também em: <<https://www.ict.unesp.br/Home/biblioteca/6023referenciaeelaborao.pdf>>. Acesso em: 02 mar. 2018.

PIZZANI, L.; SILVA, R. C. **ABNT 6023 Elaboração de Referências**. 87p. Botucatu-SP: UNESP, 2016. Disponível em:

<http://www.biblioteca.btu.unesp.br/Home/Referencias/LuABNT_6023.pdf>.

Acesso em: 02 mar. 2018.

Seja um(a) Colaborador(a)

Pensou migrante, pensou *Travessia!*

Pensou diferente, pensou *Travessia!*

De estrada palmilhada, por um Conselho Editorial atuante, lá se vão de trinta anos mais.

A temática para a qual você estendeu o seu olhar, é mais do que cantante: **Os migrantes**

Politicamente..... || ora desejados, ora indesejados - sempre estiveram na ordem do dia e, na atualidade, transformaram-se em tema das agendas internacionais de governos;

Culturalmente..... || alguns são homenageados, vangloriados; outros, a maioria, discriminados, vítimas de preconceito, quando não de xenofobia;

Economicamente.. || são integrantes, como fator de maior visibilidade, de um dos eixos constitutivos da modernidade - a mobilidade do trabalho;

Teoricamente..... || abordados a partir de diferentes enfoques, nem sempre conseguem ser suficientemente abarcados.

Se seu horizonte não míngua nos limites do acadêmico, dispute este espaço, pois a *Travessia* transita para além das estantes.

Você encontra aqui um espaço ágil e flexível para socialização

dos seus estudos acadêmicos

da sua produção literária

da sua atuação militante.

A qualquer momento você pode enviar a sua colaboração.

*Dos/as migrantes cabem,
na gíngua da Travessia,
as amostras da empiria,
os embates da teoria,
as lutas do dia a dia,
os sonhos da poesia.*

travessia@missaonspaz.org

cem@missaonspaz.org

www.revistatravessia.com.br

www.missaonspaz.org

Sumário

APRESENTAÇÃO
José Carlos A. Pereira

ARTIGOS

Em busca de um lugar de memória de trabalhadores/as rurais. Constituição de um repositório digital em dois espaços-tempos

Maria Aparecida de Moraes Silva; Tainá Reis

Doña Elvira Elena Capriotti, o la historia de una marchigiana en pergamino

Patricio Andrés Klimezuk

A inviabilidade de adoção legal de crianças sírias por brasileiros

Alethea Rodrigues Sólha

O direito à reunião familiar no Brasil sob as lentes de Abdelmalek Sayad

Patrícia Nabuco Martuschelli

As contribuições de Sayad e Fanon para compreender as consequências enfrentadas pelo sujeito migrante na sociedade pós-colonial

Rogério Macedo Ramos

RESENHAS

“La vuelta de todo eso. Economía y sociedad en la frontera chileno/peruana – el complejo urbano transfronterizo Tacna/Arica”

Haroldo Dilla Alfonso; Camilla Alvarez Torres (edit.)

Santiago de Chile, RIL editores / Universidad Arturo Prat, 2018, p. 232

Por Sidnei Marco Dornelas, Cs.

“Des/venturas en la frontera: una etnografía sobre las mujeres peruanas entre Chile y Perú”

Menara Guizzardi; Felipe Valdebenito; Eleonora Lopez; Esteban Nazal

Santiago de Chile, Ediciones Universidad Alberto Hurtado, 2019, p. 358

Por Sidnei Marco Dornelas, Cs.

travessia@missaonspaz.org
www.revistatravessia.com.br
www.missaonspaz.org

ISSN 0103-5576



0103-5576

TRAVESSIA ONLINE
ISSN 2594-7869